

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO,  
CULTURA E AMAZÔNIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

NARA CRISTINA MOURA PESSOA

**INTERAÇÕES COMUNICATIVAS DE MULHERES EM PRISÃO  
DOMICILIAR:**

Entre sociabilidades, aprisionamentos e resistências

BELÉM- PARÁ  
2019

NARA CRISTINA MOURA PESSOA

**COMUNICAÇÃO DE MULHERES EM PRISÃO DOMICILIAR:**  
Entre sociabilidades, aprisionamentos e resistências

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da comunicação. Linha de pesquisa: Comunicação, cultura e socialidades na Amazônia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Regina Trindade Chagas Amorim

BELÉM-PARÁ  
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

M929i Moura Pessoa, Nara Cristina  
INTERAÇÕES COMUNICATIVAS DE MULHERES EM  
PRISÃO DOMICILIAR: : Entre sociabilidades, aprisionamentos e  
resistências / Nara Cristina Moura Pessoa. — 2019.  
149 f.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Célia Regina Trindade Chagas  
Amorim

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em  
Comunicação, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade  
Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Comunicação. 2. mulheres . 3. sociabilidade. 4.  
Resistência . 5. Exclusão. I. Título.

CDD 302.2

---

NARA CRISTINA MOURA PESSOA

**INTERAÇÕES COMUNICATIVAS E MULHERES EM PRISÃO  
DOMICILIAR:** Entre sociabilidades, aprisionamentos e resistências


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da comunicação. Linha de pesquisa: Comunicação, cultura e socialidades na Amazônia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Regina Trindade Chagas Amorim

RESULTADO: APROVADO  REPROVADO ( )

Data: 14/03/2019

**BANCA EXAMINADORA**



Prof (a) Dr (a) Célia Trindade Amorim – Orientadora (PPGCOM / UFPA)



Prof (a) Dr (a) Alda Cristina Costa – Avaliadora Interna (PPGCOM / UFPA)



Prof (a) Dr (a) Andrea Mello Pontes – Avaliadora Externa (FASS/ ICESA/UFPA)

BELÉM-PARÁ  
2019



Ao meu eterno herói e incentivador: meu pai,  
com todo meu amor!

## AGRADECIMENTOS

A minha mais profunda gratidão ao Criador de tudo que é, minha força maior, pela coragem de continuar quando eu não acreditava mais que poderia. Gratidão a ele pela inspiração que tive para escrever estas linhas e chegar até o final, porque muitos foram os desafios. Mas com a energia emanada do universo pude superar tudo e contemplar mais essa vitória.

Aos meus pais, Najla e Raimundo, que me deram o maior presente que eu poderia ter: A vida! A vocês todo meu amor e gratidão.

Ao meu filho, minha inspiração, Ian Pessoa, pelo carinho, pois apenas com cinco anos de idade entendia quando eu dizia que precisava terminar a pesquisa. Sentava-se ao meu lado e esperava terminar de escrever para podermos brincar. Amo-te meu pequenino!

A minha orientadora, Célia Amorim, por tantos diálogos, parceria e respeito. Sempre estimulando a minha autonomia para a tomada de decisões. Gratidão também pelo direcionamento teórico-metodológico pautado na dialogicidade de Paulo Freire, que me mostrou que a visibilidade e o reconhecimento do outro se dá num processo de comunicação voltada ao entendimento. Essa não foi apenas uma orientação, foi um processo libertador, pois sai de um lugar de aprisionamento, de vitimização, para o empoderamento de tudo aquilo que me tornei, Uma mulher forte!

Às professoras Andrea Pontes e Alda Cristina Costa, membros da banca examinadora, que desde o seminário de avaliação contribuíram muito para o amadurecimento da pesquisa. Com vocês eu percebi que estudar gênero é olhar a mulher não como vítima de um sistema machista, mas como protagonista de uma história de resistências. É entender que estar em situações de vítima, não quer dizer tornar-se vítima.

Aos meus amigos Dilermando Gadelha e Natália Cohen pelos encontros que me fizeram retomar a pesquisa com muito mais confiança, pois novas ideias surgiram em meios aos debates regados a risadas e vinhos.

Meu muito obrigada às cinco mulheres sujeitos desta pesquisa por terem aceitado fazer um relato de si, da sua história. Desde o primeiro momento estiveram dispostas a contribuir com a pesquisa e a me ajudar a desvendar esse universo complexo da comunicação por meio de processo dialógico, de igualdade. Vocês são mulheres fortes.

A todos, muito obrigada!

Se você pensa nas pessoas encarceradas apenas como objetos da caridade alheia, você destrói o objetivo mesmo do trabalho antiprisional. Você as institui como inferiores ao tentar defender seus direitos. O movimento abolicionista aprendeu que, sem a participação efetiva das pessoas encarceradas, não existe campanha. Isso é um fato. Muitas pessoas encarceradas contribuíram para que se chegasse à consciência da abolição do complexo prisional. Talvez nem sempre seja fácil garantir a participação de pessoas encarceradas, mas, se elas não estiverem envolvidas e não forem reconhecidas como iguais, o fracasso é certo (Angela Davis).

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta o tema “Interações comunicativas e mulheres em prisão domiciliar: Entre sociabilidades, aprisionamentos e resistências”. Essas mulheres, em sua grande maioria, apresentam situações de vulnerabilidade social, cometeram crime, passaram pelo regime fechado do cárcere e agora enfrentam o desafio de retornar ao “convívio social”. Mas só podemos entender este desafio a partir das interações comunicativas estabelecidas com as próprias mulheres. Por tal motivo esta pesquisa tem na sua centralidade o estabelecimento de processos comunicacionais com cinco mulheres que cumprem pena em prisão domiciliar em Belém do Pará, para que possamos compreender não só suas histórias de vida como também a sociabilidade construída nos espaços de sociabilidade. Nesse sentido, o problema da pesquisa apresenta o seguinte questionamento: Como são construídas as interações comunicativas das mulheres em prisão domiciliar nos espaços de sociabilidade em que circulam? Desse modo, parte-se da hipótese de que as mulheres em prisão domiciliar estabelecem nos espaços de sociabilidade em que convivem interações comunicativas de constantes tensionamentos, vivenciadas entre situações de exclusão/estigmas e situações de resistência. Trata-se de um constante jogo para sobreviverem numa sociedade desigual e injusta. Assim, o referencial teórico que nos permitiu refletir sobre comunicação e sociabilidade foi Freire (1983), Mead (1973), Simmel. Em relação à questão de gênero e cárcere recorremos a Davis (2016) e Artur (2011), e para discutir sobre as prisões nos ancoramos em Goffman (2004), Foucault (2011) e Thompson (2002). Quanto ao percurso metodológico, adotou-se o método comunicativo-dialógico usado em rodas de conversa com as cinco mulheres acusadas de terem cometido crime, além de entrevista formal com o juiz responsável pelo projeto “Começar de Novo”, ao qual elas estão vinculadas por meio do trabalho. Como resultado da pesquisa observamos que as relações comunicativas estabelecidas são de constantes tensionamentos, ora o diálogo e o entendimento são limitados pelos estigmas de condição de presa, ora elas rompem com essa relação de poder que tenta colocá-las num lugar de exclusão.

**Palavras-chave:** Comunicação, Mulheres, Sociabilidade, Resistência, Exclusão.



## ABSTRACT

This research presents the theme "Communicative interactions and women under house arrest: Between sociabilities, imprisonments and resistances". These women, in their great majority, present situations of social vulnerability, have committed crime, have gone through the closed prison system and now face the challenge of returning to "social life." But we can only understand this challenge from the communicative interactions established with the women themselves. For this reason, this research has in its centrality the establishment of communication processes with five women who are serving a sentence under house arrest in Belém do Pará, so that we can understand not only their life histories but also the sociability constructed in spaces of sociability. In this sense, the research problem presents the following question: How are the communicative interactions of women under house arrest in the spaces of sociability in which they are circulated constructed? Thus, it is based on the hypothesis that women in house arrest establish in the spaces of sociability in which there are communicative interactions of constant tensions, experienced between situations of exclusion / stigma and situations of resistance. It is a constant game to survive in an unequal and unjust society. Thus, the theoretical framework that allowed us to reflect on communication and sociability was Freire (1983), Mead (1973), Simmel. In relation to the issue of gender and prison, we have recourse to Davis (2016) and Artur (2011), and to discuss the arrests we anchor in Goffman (2004), Foucault (2011) and Thompson (2002). As for the methodological approach, the communicative-dialogic method used in conversation with the five women accused of having committed a crime was adopted, as well as a formal interview with the judge responsible for the "Begin Again" project, to which they are linked by of work. As result of the research we observe that the established communicative relations are of constant tensions, sometimes the dialogue and the understanding are limited by the stigmas of prey status, or they break with this relation of power that tries to place them in a place of exclusion.

**Keywords:** Communication, Women, Sociability, Endurance, Exclusion.

## SUMÁRIO

|              |  |           |
|--------------|--|-----------|
| <b>1</b>     | <b>PRISÕES... PARA QUEM? .....</b>   | <b>12</b> |
| <b>2</b>     | <b>COMUNICAÇÃO COM AS MULHERES PRESAS: O PERCURSO TEÓRICO - METODOLÓGICO DE MATRIZ DIALÓGICA .....</b>                   | <b>21</b> |
| 2.1          | A COMUNICAÇÃO EM RODAS DE CONVERSA: BREVE CONSIDERAÇÃO TEÓRICA.....  | 25        |
| 2.2          | O DIÁLOGO COM AS MULHERES EM RODAS DE CONVERSA - AUTORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE.....                            | 27        |
| 2.3          | A ESTRUTURAÇÃO DOS PROCESSOS COMUNICACIONAIS DAS RODAS DE CONVERSA E DA ENTREVISTA FORMAL .....                          | 30        |
| 2.4          | COMUNICAÇÃO REVELADA DAS MULHERES QUE CUMPREM PRISÃO DOMICILIAR .....  | 32        |
| <b>2.4.1</b> | <b>História de vida das mulheres em prisão domiciliar: Trajetória de resistência e exclusão.....</b>                     | <b>32</b> |
| 2.4.1.1      | Rafaela.....   | 32        |
| 2.4.1.2      | Emília .....   | 35        |
| 2.4.1.3      | Karolina .....   | 41        |
| 2.4.1.4      | Margarida .....  | 45        |
| 2.4.1.5      | Catarina.....  | 47        |
| <b>3</b>     | <b>CÁRCERE E AS INTERSEÇÕES COM O GÊNERO E OS PROCESSOS COMUNICATIVOS.....</b>   | <b>53</b> |
| 3.1          | NASCIMENTO DA PRISÃO FEMININA E AS INTERAÇÕES E NÃO INTERAÇÕES COMUNICATIVAS.....  | 53        |
| 3.2          | GÊNERO, CLASSE E RAÇA: MECANISMOS DE CONTROLE PARA O APRISIONAMENTO.....   | 63        |
| <b>4</b>     | <b>SOCIABILIDADE DAS MULHERES EM PRISÃO DOMICILIAR: UM CONSTANTE TENSIONAMENTO DE RESISTÊNCIAS E APRISIONAMENTOS ...</b> | <b>68</b> |
| 4.1          | ENTRE DOCILIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS NO CÁRCERE...  | 70        |

|          |  |           |
|----------|--|-----------|
| 4.2      | COMEÇAR DE NOVO?: ESTIGMA, INVISIBILIDADE E EMPODERAMENTO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO ..... | 78        |
| <b>5</b> | <b>CONCLUSÃO .....</b>   | <b>90</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>  | <b>94</b> |
|          | <b>APÊNDICES .....</b>   | <b>97</b> |

## 1 PRISÕES... PARA QUEM?

Esta pesquisa apresenta o tema “Interações comunicativas de mulheres em prisão domiciliar: Entre sociabilidades, aprisionamentos e resistências”. Tem na sua centralidade o estabelecimento de processos comunicacionais com cinco mulheres que cumprem pena em prisão domiciliar em Belém do Pará, para que possamos compreender não só suas histórias de vida como também a sociabilidade construída nos espaços sociais em que elas convivem.

Essas mulheres possuem histórias de vulnerabilidade social, cometeram crime, passaram pelo regime fechado dos muros e grades de ferro do cárcere e enfrentam o desafio de retornar ao “convívio social”, que é um retorno cheio de tensionamentos marcados por relações de exclusão e resistência ao preconceito.

Assim, as interações comunicativas, ou seja, a comunicação com o outro atravessa as instituições e os relacionamentos humanos, pois o compartilhamento, a troca e o diálogo são inerentes à vida humana, e essas trocas podem ser permeadas tanto de dominação, quanto de resistência configurando relações de poder (FOUCAULT, 2012). Então, é necessário entender esses tensionamentos comunicativos a partir do olhar de quem já passou pelo cárcere e agora termina de cumprir a pena também em outros espaços passíveis dessas relações.

Dessa forma, a prisão domiciliar, assim como o cárcere, é permeada de conflitos. Embora as mulheres estejam terminando de cumprir a pena em casa, convivendo com a família, amigos, podendo ter lazer, trabalho, estudo, essa condição implica também em limitações como ter uma certidão de antecedentes criminais com registros dos crimes de que foram acusadas – o que as impede de obter, por exemplo, um trabalho formal. Isso as estigmatiza com a marca do cárcere.

Podemos observar um tensionamento entre estar em convívio social fora da prisão e continuar presa a um sistema que precisa identificar quem cometeu crime, mesmo já tendo cumprido parte ou toda a pena. Isso configura uma tentativa de silenciar e ocultar alguns sujeitos, impedindo-os de uma participação social mais ampla. No entanto, mesmo vinculadas a um sistema de justiça opressor e excludente muitas mulheres rompem o aprisionamento modificando as condições de dominação.

No entanto, antes de avançarmos nessa discussão sobre como as mulheres construíram suas histórias a partir das relações comunicacionais é necessário iniciar um debater sobre o contexto penitenciário, pois as mulheres dessa pesquisa cumpriram uma parte da sentença nesse lugar. Então, é necessário debater sobre ele num contexto dialógico, pois a forma como comunicamos com o outro revela contextos de exclusão ou diálogo.

Sendo assim, a sociedade tem presenciado nos últimos anos um crescimento do número de prisões para dar conta de tantas pessoas encarceradas. Em 2016, o Brasil possuía um total de 1.449 prisões para abrigar 689.510 presos (as). Se compararmos esse quantitativo de presos com o ano de 1990, cujo número de presos era de 90 mil, teremos em 16 anos um aumento de 575%. Esse total de pessoas privadas de liberdade ocupa 358.663 vagas, ou seja, quase dois detentos por vaga, o que já configura uma lotação acima da capacidade estrutural e humana, apontando conflitos.

Diante desse contexto, o Brasil ocupa o 4º lugar em maior população prisional do mundo, atrás somente dos Estados Unidos, China e Rússia (INFOPEN, 2017)<sup>1</sup>, e o Estado do Pará é o 13º estado do Brasil com maior número de presos – 16.819 presos, que estão distribuídos em 9.021 vagas alocadas em 41 unidades de encarceramento em todo o estado (INFOPEN, 2017).

Segundo Wacquant (2003), esse crescimento se dá uma vez que as políticas públicas estão cada vez mais voltadas para o aparelhamento da polícia, combate à criminalidade, tendo como consequência a diminuição nos investimentos a programas sociais mais direcionados às necessidades reais da população. Por esse ângulo, é notório que a “reclusão” está para os pobres e a sua permanência na prisão é imprescindível para a economia penitenciária (WACQUANT, 2001; DAVIS, 2016).

Ao estudar a economia das prisões, Wacquant (2003) deixa claro que a guerra contra a pobreza é substituída pela política de criminalização dos pobres, por meio de um sistema de vigilância e controle das camadas menos favorecida, o que concretiza um Estado penal. Em consequência disso, quem chega e permanece no cárcere, na maioria das vezes, vem de um contexto de violência, de desigualdade social, baixa escolaridade e, muitas vezes, até a falta de acesso às necessidades básicas de sobrevivência.

No Brasil, a faixa etária de maior predominância na população carcerária feminina e masculina é de 18 a 29 anos, que representa 18% da população do país (INFOPEN, 2017). Outro fator que evidencia um Sistema Prisional classista e excludente é a questão de raça, cor ou etnia, pois cerca de 64% da população prisional é composta por pessoas negras.

Em 2015, a parcela negra nas prisões representava 53% da população brasileira acima de 18 anos, indicando a maciça presença deste grupo populacional no sistema prisional. Em relação ao nível de instrução - 51% dos presos (as) tem apenas o ensino fundamental

---

<sup>1</sup> O relatório é feito pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), órgão do Ministério da Justiça, e atualizado periodicamente com os dados repassados pelos gestores dos estabelecimentos prisionais de cada Estado. O objetivo é acompanhar as demandas das prisões para possíveis tomadas de decisão.

incompleto. Ou seja, jovens em uma idade produtiva, com baixa escolaridade que encontram no roubo ou nas drogas uma alternativa de vida.

No Pará, do total de 16.819 presos, 887 são mulheres, Cerca de 80% dessas prisões femininas foram por tráfico de entorpecentes, talvez o tráfico tenha se tornado uma alternativa de vida diante das dificuldades. Não podemos esquecer que mesmo tentando ir contra o sistema de opressão social, a cultura do machismo, que também está nas instituições, tenta a todo instante dar um lugar de inferioridade para essa mulher também no crime. Assim, podemos inferir, a partir de Soares e Ilgenfritz (2002), que o aumento do número de mulheres nas prisões estaria associado à centralidade conferida à política de repressão às drogas e ao fato delas ocuparem, em relação aos homens, posições subalternas ou periféricas na estrutura do tráfico, tendo poucos recursos para negociar sua liberdade quando capturadas pela polícia.

No Pará, o número de mulheres presas pode até ser pequeno em comparação aos homens, mas se analisarmos um período de 10 anos a prisão de mulheres cresceu 210%, isso quer dizer que em 2007 havia no Centro de Reeducação Feminino do Pará (CRF) 284 mulheres (SANTANA, 2012).

Em vista disso, é impossível não perceber que o perfil da mulher que está encarcerada é pobre, negra, com pouca escolaridade e com ocupações que não exigem qualificação. Esse perfil também reflete o das mulheres em prisão domiciliar que estão participando desta pesquisa.

Para além da criminalização da pobreza, raça e classe, Davis (2018) afirma que para compreendermos a proliferação das prisões é preciso olhar também o que ela chama de “complexo industrial prisional”, isto é, a “simbiose” de um conjunto de corporações público-privadas unidas em prol da estruturação e funcionamento do sistema prisional de todo o mundo com a finalidade de obter vantagens econômicas e, para isso, dissemina um discurso ideológico de combate ao crime como a única saída para a paz social.

Outro fator que nos leva a questionar a existência das prisões é que a punição estatal decorrente delas se estrutura a partir do gênero, que logicamente está enraizada na sociedade como um todo, que define “[...] mulheres criminosas podem se regenerar por meio da assimilação de comportamentos femininos adequados – isto é, tornando-se especialistas na vida doméstica – especialmente cozinhar, limpar e costurar” (DAVIS, 2018, p.69).

Davis (2018) destaca que isso se dá porque a criminalidade masculina sempre foi vista como mais normal que a feminina, por isso esta última é mais ameaçadora para a sociedade, isto implica dizer que as mulheres que cometem crime e são condenadas estão perdidas e precisam retornar ao seu “bom lugar de mulher” porque “transgrediram princípios morais

fundamentais a condição feminina”, enquanto que os homens criminosos apenas “violaram o contrato social” (DAVIS, 2018, p. 76). Mais uma vez observamos que as prisões servem para justificar os discursos hegemônicos à sociedade de que o Estado está fazendo algo para diminuir a criminalidade e para punir e educar ao mesmo tempo quem transgrediu as normas.

Todos esses fatores aliados à situação de superlotação, a condição precária de aprisionamento de mulheres e a falta de ações planejadas para a questão de gênero, mostra que, embora o número de mulheres presas seja menor, elas não têm suas particularidades respeitadas, são a todo instante colocadas no “bom lugar” que uma mulher precisa estar, conforme o patriarcado historicamente imposto.

A consequência disso pode ser a docilização dessa mulher ou a própria resistência e rebeldia para superar a ordem imposta, o que se choca com o discurso de “transformação” humana e recuperação do Sistema de Justiça Criminal no Brasil.

Assim, consideramos utópico falar em reinserção social por três motivos: primeiro, porque as *estruturas físicas e políticas das prisões* não possibilitam mudanças mais profundas como objetiva o Sistema Penitenciário por todos os problemas enfrentados pelas prisões; segundo, porque, *as prisões femininas foram estruturadas não para responsabilizá-las pelo crime, mas para puni-las por terem saído do “bom lugar de mulher”*, terceiro e mais importante de todos: *a comunicação relacional estabelecida pelas prisões com as pessoas privadas de liberdade é unilateral, opressiva, não há diálogo*, ou seja, não há escuta ativa do outro, mesmo que esse outro tenha cometido um crime, o que por si só retrata a falta de reconhecimento do outro como ser humano.

Ângela Davis (2018, p. 14-15) nos encoraja a questionar sobre a existência das prisões e afirma que o cárcere ainda é tão necessário porque “tendem a fazer com que as pessoas pensem que seus próprios direitos e liberdades estão mais protegidos do que estariam se elas não existissem”.

Assim, acredita-se que o encarceramento garantirá o cerceamento e a exclusão das pessoas presas de um processo comunicativo e de participação com a sociedade - Não irá, porque o cárcere é uma extensão da sociedade (THOMPSON, 2012), portanto formado por indivíduos que se relacionam a partir de uma sociabilidade comunicativa.

Davis (2018) aponta algumas alternativas para o sistema de encarceramento, entre elas a de criar instituições que gradativamente substituam os espaços hoje ocupados pelas prisões e que não reproduzam os mesmos preconceitos e opressões que o cárcere, ou seja, que proporcionem espaços de diálogos entre as pessoas.

A partir deste contexto, muitas reflexões foram feitas, entre elas sobre quais as possibilidades de integrar uma pessoa à sociedade como cidadã/cidadão com seus direitos assegurados, se ela cumpre pena em presídios superlotados, em condições insalubres, sem espaços adequados para o estabelecimento de diálogo e entendimento, entre outros problemas que as afetam em presídios de todo o Brasil.

Desse modo, não teremos uma resposta efetiva se não olharmos, comunicarmos, com as próprias mulheres que estão na prisão. Elas precisam se comunicar, como sujeito de suas falas. Mas para que ocorra essa mudança, há necessidade de se estabelecer processos comunicacionais com elas, que estão em cumprimento de pena. Por isso, fomos buscar em Freire (1983) entendimentos de como podemos construir esses processos comunicacionais. De acordo com ele nos construímos a partir do contato com o outro e esse contato é dialógico, é comunicacional.

Assim, a comunicação pensada por Freire (1983) deve ser uma comunicação participante, ou seja, com interação, na qual as pessoas envolvidas pensam juntas em um aprender com o outro num processo comunicacional. Nesta proposta, não há sujeito passivo ou ativo no processo, mas sim um diálogo no qual irão se produzir significados construtivos, percepção da realidade. Por isso, colocar barreiras à comunicação entre os sujeitos é transformá-los em quase “coisa”, atitude de dominadores, não de pessoas que pretendem melhorar o mundo e as relações.

Dessa forma, o diálogo proporciona o conhecimento e este, a liberdade para o indivíduo ser sujeito de si mesmo e da sua história. Ademais, a simples transmissão de informação seria aprisionar o ser humano num processo de desigualdade, sem estimular a problematização e a possível mudança de percepção da sua realidade (FREIRE, 2008).

Por esses motivos, escolhemos cinco mulheres em prisão domiciliar para construirmos um processo dialógico no sentido de entendermos, a partir de suas comunicabilidades, a realidade social de cumprir pena em prisão domiciliar sob o olhar de quem vive esse contexto. Diante desse cenário, este trabalho direcionou suas reflexões às mulheres em prisão domiciliar, apontando em direção ao seguinte problema: *Como são construídas as interações comunicativas das mulheres em prisão domiciliar nos espaços de sociabilidade onde circulam?*

É importante destacar que por serem mulheres em prisão domiciliar com acesso mais amplo a espaços sociais, os processos comunicativos estabelecidos com elas, por meio de rodas de conversa, indicaram ambientes que mais marcaram a vida delas, ambientes sempre permeados por tensionamentos nas relações: isto é, *família*, que está descrito na história de



vida delas no segundo capítulo; e o *ambiente de trabalho e o cárcere*, dando continuidade ao entendimento da história de vida dessas mulheres, que está localizado no quarto capítulo desta pesquisa

Refletir sobre os espaços de sociabilidade das mulheres em situação de prisão domiciliar foi importante para pensarmos no problema de pesquisa. Ficamos sabendo desses espaços em rodas de conversa que realizamos com elas. Nesse momento percebemos que existem espaços que são fundamentais para o processo de convivência e interações comunicacionais, e esses espaços são sempre de tensionamento, a partir de integrações e invisibilidades, por serem mulheres, negras, presas, e há uma transexual.

As histórias das mulheres desta pesquisa apontam situações de vulnerabilidade social, cometimento de crime, passagem pelo regime fechado, e agora ultrapassam os muros simbólicos da prisão, resistindo e lutando para o retorno ao “convívio social”. Nesse sentido, os efeitos de terem cometido um crime são refletidos nos espaços do pós-cárcere que elas circulam nesse momento de prisão domiciliar<sup>2</sup> e dependendo de como as relações sociais forem estabelecidas o domicílio se torna um novo cárcere pelos estigmas da condição de presa ou ex-presa, mostrando para nós a sociedade como um “grande cárcere”.

Desde o ano de 2009 iniciei o estudo sobre o tema das prisões femininas e o contexto de gênero. A primeira pesquisa se deu em 2012 com o objetivo de concluir a graduação de Jornalismo, momento em que fiz um estudo sobre o rádio no Centro de Reeducação Feminino do Pará (CRF). Em 2013, realizei a pesquisa de mestrado profissional em Mediação de Conflitos (UFPA) que consistiu em saber qual o papel da TV no processo de sociabilidade também no Centro de Reeducação Feminino do Pará (CRF).

O interesse por esses estudos começou quando fui servidora do Sistema Penitenciário do Pará, no período de 2009 as 2012, na área de comunicação social. No programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPA, escolhi continuar estudando as mulheres em situação de prisão, mas no contexto do pós-cárcere.

Dessa forma, os encontros e debates do Grupo de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Trindade Amorim, orientadora desta pesquisa, foram essenciais para valorizarmos, por meio da dialogicidade em Paulo Freire, a trajetória de vida de cada mulher presa que aceitou participar desta pesquisa, e o amadurecimento

---

<sup>2</sup> Para o processo da reintegração social, o Estado criou a Lei nº 7.210 (Lei de Execução Penal - LEP), em 11 de julho de 1984, cujo objetivo é prevenir o crime e orientar o retorno da pessoa presa à convivência em sociedade. Sendo assim, o artigo 1º da LEP denominou de “harmônica integração social do condenado ou internado” (BRASIL, 2008, p. 19) o processo de recuperação das pessoas que estão nas prisões. Assim, para cumprir tal objetivo de lei, esta lei prevê sete assistências às presas e aos presos durante o processo de integração social, são elas: assistência material, jurídica, educacional, social, religiosa, à saúde, e de assistência ao egresso.

acadêmico para refletirmos sobre a importância de estudar a comunicação extramuros a partir dessas mulheres, definir o corpus de análise, formular o problema de pesquisa, definir teorias e metodologias e questionar mais o contexto da comunicação, sociabilidade e cidadania que envolve o tema.

Portanto, é preciso conhecer as histórias de vida de quem está atrás das grades ou que já passou por elas, conhecer em diálogo, em comunicação, com quem viveu ou vive essas situações de opressão e resistências, porque são histórias que seguem invisíveis e quando chegam até nós, vêm como se as pessoas que cometeram crime não tivessem uma história, uma identidade, como se tivessem acabado de nascer ali, naquele momento.

Dante disso, somente em comunicação diretamente com elas, conheceremos o contexto e motivação de suas decisões e atitudes do decorrer de suas trajetórias, não para dizermos se está certo ou errado, mas para entender as relações comunicacionais no contexto de vida. Então, será que encarcerar é a solução? Quem está nas prisões? Porque essas mulheres chegaram até lá? São outros questionamentos que se impõem a essa pesquisa.

Assim, definimos a seguinte hipótese para esta pesquisa: Desse modo, parte-se da hipótese de que *as mulheres em prisão domiciliar estabelecem nos espaços de sociabilidade em que convivem interações comunicativas de constantes tensionamentos, vivenciadas entre situações de exclusão/estigmas e situações de resistência. Trata-se de um constante jogo para sobreviverem numa sociedade desigual e injusta.*

Logo, acreditamos que esse estudo é importante tanto para o campo Acadêmico como também para que o Estado possa refletir não somente sobre o modelo prisional e punitivo no Brasil direcionado às mulheres, mas também começar a questionar a existência da própria prisão, e iniciar um debate sobre o desencarceramento como estratégia, que para Davis (2018, p.113) “a única alternativa completa é construir um tipo de sociedade que não precise de prisões: uma redistribuição digna de poder e renda de modo a pagar a chama oculta da inveja que arde em crimes de propriedade – tanto os roubos cometidos por pobre, quanto os desvio por ricos”

Tal relevância se dá também em razão de por meio do conhecimento das vivências dos processos comunicativos, ser possível observar como elas vem ultrapassando as dificuldades e tentando romper preconceitos e estigmas para se reposicionar na sociedade. Além disso, há escassez nos estudos sobre gênero, comunicação, sociabilidade e cárcere para a reflexão de como as mulheres presas se constituem nas interações comunicativas nesse processo de prisão.

Com base no contexto acima, elencamos como objetivo geral: Compreender os processos comunicacionais estabelecidos pelas mulheres em prisão domiciliar nos espaços de sociabilidade que circulam. Por outro lado, como objetivos específicos, elencam-se: a) descrever e analisar, por meio dos processos de sociabilidade e comunicação estabelecidos com as mulheres em prisão domiciliar, a história de vida de cada uma delas; b) compreender a história das prisões femininas e os silenciamentos desse processo; c) analisar os processos comunicativos e de sociabilidades delas, a partir de suas falas, identificando as interações vividas e criadas nos espaços que elas circulam.

Diante disso, para o desenvolvimento desta pesquisa nos apoiamos na dialogicidade de Paulo Freire, não só do ponto de vista teórico quanto metodológico. Desse modo, Freire defende a comunicação como o “sentido da vida humana” (1987, p. 37), pois o pensar do homem só ganha autenticidade na autenticidade do outro e isso se dá pela intercomunicação, ou seja, o diálogo nos constrói enquanto sujeitos ou a falta dele nos exclui ou aprisiona, pois, o olhar do outro afeta quem está sendo olhado justamente pelo sentido que esse olhar comunica.

Assim sendo, partimos, então, para uma definição teórico-metodológico da pesquisa - a da comunicação dialógica, horizontal, com a finalidade de nos aproximarmos das mulheres em prisão domiciliar, pois somente em diálogo com elas poderíamos saber de suas experiências de vida e da forma como construíram sua sociabilidade comunicativa.

Então, foi a partir da comunicação dialógica que nos aproximamos das cinco mulheres. Nesse sentido, além dos ensinamentos de Paulo Freire, outros foram necessários como Mead (1973) e Simmel (2006), ambos entendem a comunicação numa perspectiva de movimento em que o *estar com* e *para* o outro é necessário para o entendimento, interação e diálogo para uma melhor vivência.

Dessa forma, a técnica utilizada para materializar o diálogo horizontal com as mulheres foi a Roda de Conversa (MELO; CRUZ, 2014), que explicaremos mais adiante. Dessa maneira, localizamos esta pesquisa como bibliográfica, que segundo Gil (2012) é uma pesquisa desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos sobre um determinado assunto.

Neste estudo bibliográfico, realizaram-se várias leituras em diferentes fontes e aprofundamento de conceitos e autores sobre o tema para melhor conhecer e compreender o problema e a análise de pesquisa, o que eleva a qualidade do trabalho (GIL, 2012). Nesse sentido, autores como Davis (2016), Artur (2011), Goffman (2004), Foucault (2011),

Thompson (2002), vem se somar às reflexões de Freire (1983), Mead (1973), Simmel (2006) sobre comunicação e sociabilidade.

Além disso, a pesquisa é também qualitativa, pois se trabalha com a análise de significados, motivações, valores e crenças, e estes não podem ser simplesmente reduzidos a questões quantitativas” (MINAYO *apud* BONI; QUARESMA, 2005, p. 70). Outro autor que também partilha dos mesmos conceitos é Goldenberg (2013, p. 53), ele observa que “os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos e seus próprios termos [...] obrigando o pesquisador a ter flexibilidade no momento de coletá-los e analisá-los”.

Diante desse contexto, este trabalho divide-se em quatro capítulos. Após esta introdução, o texto aborda, no segundo capítulo, o percurso teórico metodológico da matriz dialógica a partir de Freire (1983), bem como dos ensinamentos de Mead (1973) e Simmel (1983, 2006), que delineou todo o fazer da pesquisa e nos permitiu estabelecer processos comunicacionais para nos aproximarmos das mulheres em prisão domiciliar e entender um pouco das suas histórias de vida.

Já o terceiro capítulo apresenta um contexto histórico do nascimento das penitenciárias femininas no Brasil e no Estado do Pará, o qual passa pelas discussões de gênero, classe e raça, bem como essa estruturação foi atravessada pela comunicação relacional numa perspectiva de construção desses sujeitos que estão nas prisões. Esse debate se deu a partir das teorias de Davis (2016, 2018); Artur (2011); Queiroz (2015) e Santana (2012).

A partir da perspectiva de autores como Goffman (1974); Foucault (2011); Thompson (2002); Wacquant (2001), o quarto capítulo discute as formas de sociabilidade das mulheres em prisão domiciliar nos espaços de interação, que é uma sociabilidade permeada de tensionamentos, ora pela invisibilidade, ora pela resistência às relações opressoras de poder.

## **2 COMUNICAÇÃO COM AS MULHERES PRESAS: O PERCURSO TEÓRICO - METODOLÓGICO DE MATRIZ DIALÓGICA**

O primeiro delineamento teórico metodológico desta pesquisa se materializou a partir de Paulo Freire (1983) – que argumenta que a comunicação deve promover a inclusão, o pertencimento do ser em seu contexto social, e não simplesmente a transmissão informações, negando autonomia dos sujeitos.

Nessa perspectiva, Freire (1983) afirma que só existe comunicação se houver entendimento mútuo, construído por meio da co-participação. Para ele a comunicação não é um ato de quem se isola, “de quem se ‘aconchega’ a si mesmo na solidão, mas um ato comunicante” (FREIRE, 1996, p. 37).

Nos estudos de Paulo Freire, a comunicação atua numa perspectiva democrática e participativa, rompendo a lógica da passividade em que o “emissor fala e o receptor recebe”, valorizando a criatividade do homem como o caminho para a transformação. Assim, o fio condutor deste capítulo parte das ideias de Freire para nos aproximar dos sujeitos desta pesquisa – cinco mulheres que estão cumprindo pena em prisão domiciliar, após terem cumprido uma parte da pena entre grades e muros do regime fechado do cárcere, a outra parte em regime semiaberto até poder chegar ao regime atual, de prisão domiciliar.

Para Freire (1987, p. 44-45), o diálogo é o sentido da educação, o que nos leva a perceber que é este mesmo diálogo que é a essência da comunicação, pois “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”. “O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-los, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”. Logo, a comunicação implica reciprocidade que não pode ser rompida. É por isso que ele defende que comunicação não é extensão, mas sim compartilhamento - a liberdade, o diálogo, o educar-se.

Quando o autor trata a comunicação, ele deixa claro que é preciso romper com a hegemonia de que o comunicador ou emissor tem um saber superior ao de quem recebe a mensagem, logo é preciso que o processo de comunicação seja horizontal, o contrário disso é transferência de informação trajada de ideologia para que se perpetue o processo de dominação (FREIRE, 1987).

Quando o processo de comunicação é vertical, gera a ingenuidade e não a criticidade, pois “a superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se critica” (FREIRE, 1996, p. 31).

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta vernalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria a criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos (FREIRE, 1996, p. 32)

O autor considera que o tempo do diálogo jamais será um tempo perdido, pois é a partir deste que, em qualquer hipótese, ocorre a “problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la (FREIRE, 1983, p. 34). Do mesmo modo, também é necessário avançarmos nas reflexões do filósofo George Mead (1973), que pensa a comunicação na ordem de um movimento, em que o desafio é desenvolver meios que ajudem os sujeitos a captarem esses movimentos.

Nesse contexto, o autor reflete sobre a ideia do “ato completo” que é a incorporação, numa dinâmica reflexiva, da sociedade, do *self* e do espírito. Para Mead (1973), a sociedade é fruto das relações de cooperação entre as pessoas que a formam e das trocas em comum entre elas. Por sua vez, o *self* é o elemento que orienta a ação do indivíduo na sociedade; e o espírito é “consciência reflexiva” que ajuda na avaliação do *self*, ou seja, atribuir significado aos outros à medida que dá a si mesmo.

Em um estudo mais aprofundado do *self*, Mead (1973) afirma que ele é composto pelo “eu” e pelo “mim”. O primeiro seria a dimensão instintiva, criativa e espontânea da pessoa; e o segundo, a internalização das imagens e expectativas dos outros sobre “nós”, normas morais que impedem de nos mostrar – “o outro generalizado”. Isto é, o *self* é o resultado de um conflito entre o “eu” e “mim”, que permite interiorizar o social e intervir na sociedade, o que só se torna possível com a ajuda do espírito.

Por conseguinte, Mead (1973) entende a comunicação numa perspectiva de interação, porque remete a um sentido compartilhado, que tem dois elementos: fala de ação conjunta, reciprocamente referenciada, e a reflexividade das relações sociais, de que não existimos sozinhos, mas sim a partir do outro.

Dessa forma, existe comunicação quando os gestos, que fazem parte do ato social, tornam-se símbolos e estímulo para quem dele participa. De tal modo, os gestos fazem parte de uma linguagem e trazem um sentido partilhado para todos os indivíduos envolvidos na ação. Isto posto, a comunicação decorre da natureza desses gestos, ou seja, o que eles significam e com que sentido foram usados (MEAD, 1973).

Logo, nessa perspectiva só existe comunicação para Mead (1973) quando os gestos, a partir da linguagem, trazem à tona perguntas e respostas com um sentido que é compartilhado pelos indivíduos envolvidos na ação, ou ato comunicativo, que é recíproco e consciente. A consciência da qual fala Mead não é só a consciência de si mesmo, mas daquilo que afeta o outro e do que é afetado pelo outro. De igual maneira, o núcleo central da comunicação para o autor seria a afetação mútua através dos gestos, que permite a convivência social.

A consciência do diálogo está ligada à consciência do significado que as atitudes terão ao afetar o outro, ou das transformações que essas atitudes sofrem ao ser afetadas pelo outro. Por isso, a comunicação humana é um estímulo entre os indivíduos, assim como para aquele que a emitiu, provocando uma resposta nos dois lados, numa “afetação mútua” (MEAD, 1973).

Outro autor que vai ao encontro da comunicação como meio de interação humana, e que nos ajudará nos diálogos com as mulheres aqui mencionadas, é Simmel (2006, p. 75). Para ele, o suporte da sociabilidade é a conversa, porque ela permite a interação. As pessoas conversam sobre aquilo que partilham, querendo se entender nesses aspectos. Por isso, “o discurso se torna um fim em si mesmo – mas não no sentido naturalista, como no palavrório, e sim como arte de conversar, com suas próprias leis artísticas”.

Na visão do autor, para haver sociabilidade, as diferenças devem ser postas em segundo plano. Se essas diferenças forem muitas, a possibilidade de existir sociabilidade diminui.

Essa interação surge sempre a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades. Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo-conquista, ajudam na doutrinação, e inúmeros outros fatores com que o ser humano, entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros. Isso quer dizer que ele exerce o efeito sobre os demais e também sofre efeitos por parte deles. Essas interações significam que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades formam uma unidade – mais exatamente, uma “sociedade” (SIMMEL, 2006, p. 59-60).

Quando Simmel afirma que a interação, ou seja, a comunicação, existe a partir das finalidades, o que formará uma sociedade, é fácil entender que as mulheres que cumprem pena nas prisões ou fora delas, em domicílio, por exemplo, não fazem parte do contexto de alguns lugares, mas a todo instante elas buscam meios para romper com esse ciclo de exclusão procurando estratégias que possam torná-las visíveis.

Até para ir “contra outro é preciso ter afinidades, pois se está num estado de correlação”, cujos fatores só serão de “sociação” quando transformarem “a mera agregação isolada dos indivíduos em determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro que pertencem ao conceito geral de interação” (SIMMEL, 2006, p. 60). Como ser com o outro ou ir contra o outro, se não houver a sensação de pertença ao contexto, se não há compartilhamento de significados?

Nesse sentido, as partes envolvidas na interação precisam comunicar significados que fazem sentido para ambos, devem reconhecer o outro como parte da sociedade e partilhar interesses comuns, porque a sociação é uma unidade, ou seja, é a base da sociedade humana, da existência.

Sociação é, portanto, a forma na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados – se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Esses interesses, sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base da sociedade humana (SIMMEL, 2006, p. 61).

Simmel (2006, p. 65-67) define “sociabilidade como a forma lúdica de sociação”, ou seja, de interação com o outro e para o outro. Assim, ele pontua que um grande problema só chegará à solução dentro da sociabilidade, isto porque “tudo que representa de mais pessoal na vida, no caráter, no humor, no destino, não tem qualquer lugar nos limites da sociabilidade”, prevalecendo os valores sociáveis, como da alegria e vivacidade, por exemplo.

Nesta perspectiva, Simmel (2006, p. 69) pontua que o caráter democrático da sociabilidade só pode existir no interior de “um estrato social”, “entre os iguais”. Isso significa que se os estratos são diferentes, a sociabilidade torna-se “contraditória e constrangedora”, pois a igualdade é atingida na eliminação do pessoal e do material.

Tais reflexões de Simmel nos remetem novamente ao pensamento de Freire, que observa que, numa relação entre comunicadores, o pensamento central é a relação dialógica para o qual “a ‘estrutura horizontal’, o mundo social e humano, não existiria como tal se não fosse um mundo de comunicabilidade fora do qual é impossível dar-se o conhecimento humano” (FREIRE, 1983, p. 44).

Destarte, “todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos. O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação” (FREIRE, 1983, p. 44).



Se o objeto do pensamento fosse um puro comunicado, não seria um significado significante mediador dos sujeitos. Se o sujeito “A” não pode ter no objeto o termo de seu pensamento, uma vez que este é a mediação entre ele e o sujeito “B”, em comunicação, não pode igualmente transformar o sujeito “B” em incidência depositária do conteúdo do objeto sobre o qual pensa. Se assim fosse – e quando assim é –, não haveria nem há comunicação. Simplesmente, um sujeito estaria (ou está) transformando o outro em paciente de seus comunicados. A comunicação, pelo contrário, implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. Por isto, não é possível compreender o pensamento fora de sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa [...] Na comunicação não há sujeitos passivos. Os sujeitos contencionados ao objeto de seu pensar se comunicam seu conteúdo. (FREIRE, 1983, p. 45).

Logo, nessa relação dialógico-comunicativa, os sujeitos se expressam por meio de um sistema de signos linguísticos, que traz o entendimento mútuo, o que é indispensável ao ato comunicativo, porque “a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito” (FREIRE, 1987, p. 45).

Por isso, para Freire (1987, p. 46), “se não há este acordo em torno dos signos, como expressões do objeto significado, não pode haver compreensão entre os sujeitos, o que impossibilita a comunicação”, pois entre compreensão, inteligibilidade e comunicação não há separação, são um processo simultâneo. Além disso, os sujeitos precisam ter a oportunidade de participação no processo de construção social.

Diante de tais argumentos, assumimos os ensinamentos de Paulo Freire, além das reflexões de George Mead e Georg Simmel, para travarmos um diálogo aberto com as cinco mulheres que estão cumprindo pena em prisão domiciliar do Sistema Penitenciário do Pará, bem como utilizaremos estes ensinamentos para analisar como se dão os processos comunicacionais das mulheres em prisão domiciliar nos espaços que elas circulam durante esse momento de término de cumprimento de pena.

## 2.1 A COMUNICAÇÃO EM RODAS DE CONVERSA: BREVE CONSIDERAÇÃO TEÓRICA

Nesta pesquisa, utilizaremos a roda de conversa que nos permitiu colocar em prática os conceitos da matriz dialógica que, segundo Melo e Cruz (2014, p. 31), “é uma possibilidade metodológica para uma comunicação dinâmica e produtiva”, pois proporciona uma atmosfera de informalidade e descontração, podendo ser utilizada para nos encontros com as mulheres.

Para esses pesquisadores, por suas potencialidades específicas, a roda de conversa se mostra um instrumento eficaz para o estabelecimento de um espaço de diálogo e interação. Assim, escolhemos essa metodologia por entendermos que também proporcionaria um espaço de diálogo com as interlocutoras e entre elas, pois o método permite que as participantes expressem, concomitantemente, suas impressões, conceitos, opiniões e concepções sobre o tema proposto, assim como permite trabalhar reflexivamente as manifestações apresentadas pelo grupo (MELO; CRUZ, 2014, p. 32).

Para além disso, as rodas de conversa são encontros mais informais e descontraídos, permitindo às interlocutoras que fiquem mais à vontade para expor suas ideias e sentimentos, pois elas já se encontram em um contexto desconfortável em relação à sociedade – prisão domiciliar. Logo, queríamos um diálogo autêntico e espontâneo entre interlocutoras e pesquisadora. Um diálogo horizontal, entre iguais, com as mesmas possibilidades comunicativas.

A coleta de dados por meio da *Roda de Conversa* permite a interação entre o pesquisador e os participantes da pesquisa por ser uma espécie de entrevista de grupo, como o próprio nome sugere. Isso não significa que se trata de um processo diretivo e fechado em que se alternam perguntas e respostas, mas uma discussão focada em tópicos específicos na qual os participantes são incentivados a emitirem opiniões sobre o tema de interesse (IERVOLINO; PELICIONI, 2001 *apud* MELO; CRUZ, 2014, p. 33).

Nesse sentido, as rodas de conversa foram realizadas com cinco mulheres que cumprem pena em prisão domiciliar pelo Sistema Penitenciário do Estado do Pará e que já passaram pelo regime fechado da prisão, cujo principal objetivo foi a percepção e o conhecimento da realidade por meio da problematização, do compartilhamento, da troca e fundamentalmente do diálogo. A partir desse prisma, a ideia era que elas falassem das suas experiências, vivências e opiniões sobre a prisão, as dificuldades do recomeço, trajetória de vida, família, entre outros assuntos que surgissem durante o debate aceito por elas.

Outra técnica que foi adotado como complemento às rodas de conversa foi a entrevista formal, que também permite uma comunicação participativa e horizontal. Gil (2012, p. 110-111) afirma que o método oferece uma “visão aproximativa ao problema pesquisado” e é “uma forma de interação social [...] muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano”.

Para além disso, a entrevista é também similar a uma simples conversa, um diálogo aberto, sem perguntas diretas que pudessem mecanizar a conversa, e só se distingue da conversa porque tem a finalidade de coletar dados, além de ser usada em estudos

exploratórios que visam a abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador e um maior detalhamento do assunto em tela (GIL, 2012).

Em relação à entrevista formal, esta foi realizada com o juiz Claudio Rendeiro, coordenador do projeto “Começar de Novo”, que tem a finalidade de ajudar na reinserção social de presas e presos. A partir desse projeto que as mulheres participantes desta pesquisa iniciaram o trabalho junto ao setor de digitalização de documentos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA).

Sendo assim, para garantir a análise qualitativa da pesquisa, o resultado das rodas de conversa e da entrevista formal foi transcrito de forma a captar não só as palavras, mas sentimentos, gestos e emoções que ocorreram durante o processo, pois mostram muito sobre os interlocutores e o contexto no qual estão inseridos (BOURDIEU, 1999).

## 2.2 O DIÁLOGO COM AS MULHERES EM RODAS DE CONVERSA - AUTORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE

Antes de realizarmos as rodas de conversa com as mulheres, o juiz Cláudio Rendeiro precisou autorizar a pesquisa, pois elas não podem participar de pesquisas em que precisem citar o projeto sem autorização do juiz, o que já demonstra uma comunicação cerceada, limitada. Do ponto de vista de Freire, essa atitude pressupõe uma comunicação vertical, uma vez que a liberdade dialógica passa por uma vigilância institucional.

No entanto, mesmo diante dessa atitude de controle, ele autorizou e as mulheres puderam dialogar em roda de conversa sobre vários temas, incluindo o próprio projeto “Começar de Novo”, além de o próprio juiz ter concedido entrevista. Vale ressaltar que todos fizeram críticas ao sistema o qual estão submetidos.

É importante frisar que na reunião feita antes do início da pesquisa para saber quem aceitaria participar 13 mulheres estavam presentes, das quais seis aceitaram participar, porém uma desistiu por estar grávida, próximo de ter o bebê.

O fato das cinco mulheres trabalharem em diferentes setores do Tribunal de Justiça do Pará, nos levou a criar um grupo no *WhatsApp* para facilitar a comunicação entre elas e a pesquisadora. Frente a isso, para preservar a identidade dessas mulheres foi pedido que elas se identificassem com um nome fictício. A escolha ficou ao critério de cada uma, não foi dada nenhuma sugestão. Dessa forma, das cinco, duas não quiseram se identificar e as outras três disseram que não precisavam esconder sua identidade.

No entanto, optamos por não as identificar porque observamos nas falas durante as rodas de conversa que elas não se sentiam bem ao falar do passado em público, assim como no trabalho e nas redes sociais, pois alegaram enfrentar muito preconceito social pela condição de estarem cumprindo pena por serem acusadas de ter cometido crime.

Apesar da justificativa que as outras três deram para serem identificadas como: “não preciso me esconder atrás de outro nome”, “minha nova escolha por opção de mudança social, me considero mulher”, “não tenho receio algum porque sei que o que falo é verdadeiro” –, decidimos em diálogo com elas, e pelos motivos acima já expostos, chamar também as três pelos seguintes nomes fictícios: Rafaela, Emília e Catarina. Em relação à Karolina e Margarida, os nomes foram escolhidos, segundo elas, a partir de um significado especial em suas vidas. No caso de Margarida, o nome foi escolhido, porque “é flor linda”. Já no caso de Karolina, era o nome da sua boneca.

No primeiro encontro com elas para explicar sobre a pesquisa, conhecemos Rafaela que afirmou ser travesti<sup>3</sup>. Ela entrou na sala junto com as outras e, ao ser perguntado quem aceitaria participar da pesquisa, Rafaela foi a primeira que aceitou por se sentir mulher. Em seguida, durante a roda de conversa ela contou como foi o momento de se assumir mulher:

Com 18 anos, eu decidi minha escolha, de ser isso e assumi não só pra minha família, mas pro mundo todo, porque é assim, quando a gente é travesti que é fechado só pra gente, a gente sofre muito bullying de dizerem “chegou o fresco”, “chegou a bicha”. Então, isso aí é uma coisa que me deixava muito constrangido, das pessoas ver o que eu era e eu dizer que eu não era uma coisa que eu era. Então, eu sofri muito nessa parte (Informação verbal)<sup>4</sup>.

Aos 18 anos Rafaela decidiu assumir sua escolha sexual, pois percebeu que esconder seria mais difícil por conta do preconceito com que as pessoas olham quem não se encaixa nos valores morais conservadores. Então, apesar de seus medos, Rafaela decidiu enfrentar sua família e a sociedade revelando que o gênero independe do sexo e que ela podia sim sentir-se mulher, mesmo tendo o físico de um homem. Percebe-se que naquele momento, Rafaela queria se libertar de um segredo que tem um peso social muito forte e que traz muitos estigmas para a sua vida, mas que seria uma libertação necessária, pois o segredo a aprisionava mais.

A filósofa Judith Butler (2003, p. 24) defende que “por mais que o sexo seja intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente não é, nem o

---

<sup>3</sup> É uma pessoa que não se identifica com o gênero biológico e se veste e se comporta como pessoas de outro sexo. É um homem que se veste como mulher, se comporta como mulher e se sente mulher ou o contrário, uma mulher que se veste, comporta e age como se fosse um homem.

<sup>4</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

resultado causal do sexo, nem tão pouco tão aparentemente quanto ao sexo”. Logo, para Butler não se pode atribuir o termo homem somente aos corpos masculinos, muito menos a construção de mulheres só para corpos femininos.

Isso porque o gênero é uma intenção e requer *performatividade* insistente; gestos, sentimentos, vocábulos, formas de vestir, o que vão formar o “eu” de cada indivíduo (BUTLER, 2003, p. 30). Com base nessa teoria *queer*, em que o gênero é construído socialmente, entendemos os anseios e desejos da Rafaela e a acolhemos como interlocutora desta pesquisa. Vale ressaltar que está em fase de tramitação judicial a identidade social dela para a mudança de nome.

Antes de iniciar as rodas de conversa, sabíamos que trataríamos de temas sensíveis (BARREIRA, 1998), pois elas poderiam ter vergonha ou desconfiança de tratar do assunto. Assim, definimos estratégias de como chegar ao encontro delas, por ser um tema sensível, não queríamos levantar barreiras ou conflitos.

O intuito era “diminuir, ao máximo, a violência simbólica bastante presente na relação entre sujeito pesquisador e pesquisado” (BARREIRA, 1998, p. 19). Nessa direção, Bourdieu (1999) nos diz que os pesquisados mais carentes aproveitam, muitas vezes, esses momentos de diálogo para falar das suas dores e das suas experiências de vida, o que pode trazer um certo alívio para elas e também pode ajudar nas percepções sobre o mundo e sobre elas próprias.

Então, no momento da roda de conversa, como bem nos ensinou Freire, o diálogo se dá na base do respeito mútuo, na condição de igualdade, e a primeira coisa que adotamos foi a simplicidade com o estilo de conversa baseada no diálogo, de maneira que elas se “identificassem” conosco. Queríamos uma comunicação horizontal, de igualdade, onde as diferenças socioculturais de raça, classe e nível de escolaridade não interferissem nos diálogos. Não queríamos que elas nos olhassem como pessoas tentando invadir a privacidade delas, mas pessoas dispostas a conversar, trocar ideias e experiências.

Boni e Quaresma (2005, p. 77) falam que as conversas devem “proporcionar ao pesquisado bem-estar para que ele possa falar sem constrangimento de sua vida e de seus problemas e quando isso ocorre surgem discursos extraordinários”. Para isso, é preciso todo o respeito e consideração com sentimentos, afetos pessoais e fragilidades que possam aparecer nas entrevistas.

Partindo para os encontros, estes não poderiam ser no local de trabalho das mulheres, por dois motivos: isso poderia inibi-las de falar das suas opiniões; e por elas não trabalharem no mesmo endereço, o que dificultaria o encontro. Logo, foi pensado um local reservado e

acessível para todas. Então, elas mesmas sugeriram que fosse num local próximo e de fácil acesso. Sugerimos na residência delas, mas elas colocaram algumas dificuldades nessa sugestão. Então, sugerimos que fosse em uma sala reservada no Fórum Cível de Belém, localizado no bairro da Cidade Velha, próximo de onde três delas trabalhavam, e de pronto elas aceitaram.

Dois dias antes da roda de conversa, as chefias das mulheres foram avisadas para poderem liberá-las duas horas antes de terminar o expediente delas. O encontro ocorreu depois do expediente do Fórum Cível, porque assim não haveria problemas em trancar a sala para não sermos interrompidas durante o diálogo. Durante a primeira roda de conversa, realizada às 14h do dia 17 de novembro de 2017 (Apêndice A), todas as participantes ficaram comovidas ao saber detalhes das histórias umas das outras. Detalhe que, muitas vezes, mesmo quem cumpriu pena em regime fechado na mesma cela não sabia a respeito.

É tão bonito ver a história de vocês e vê onde a gente tá hoje. É um filme que passa na nossa cabeça. A gente olha hoje, cara, eu não digo nem pela minha história, mas pela deles, porque é assim, eu não me envolvi no crime, entendeu? O meu foi um caso de fatalidade. Já no caso deles (amigos que estavam na roda de conversa) eu gosto de ouvir. Quando eles me contavam as histórias, eu ficava assim, nossa, sabe, a história dela. Ela chorava de mais no cárcere (Informação verbal)<sup>5</sup>.

Os depoimentos colhidos nas rodas de conversa demarcam toda essa pesquisa, pois nos aproximamos delas através de processos comunicativos no sentido de entendermos as suas histórias de vida, para depois compreendermos os seus próprios processos comunicativos construídos nos espaços em que circulam de forma a perceber como se dá as interações e sociabilidade delas nesses locais. Na seção abaixo, abordamos como se deu a estruturação das rodas de conversa e da entrevista informal.

### 2.3 A ESTRUTURAÇÃO DOS PROCESSOS COMUNICACIONAIS DAS RODAS DE CONVERSA E DA ENTREVISTA FORMAL

Apresentamos nesta seção os processos comunicacionais criados para conhecer a história de vidas das mulheres: a estruturação das rodas de conversas com elas e da entrevista formal realizada com o coordenador do projeto “Começar de Novo”, juiz Cláudio Rendeiro, mostrando assim como ocorreu todo o processo de coleta de dados.

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida por Karolina, 35 anos.

Antes de iniciarmos as rodas de conversas, perguntamos às mulheres se poderíamos utilizar o gravador e elas autorizaram. Explicamos que seriam muitos relatos e poderíamos não ter habilidade suficiente para escrever de forma rápida as falas. Elas entenderam, autorizaram e não se intimidaram com o gravador.

Na primeira roda de conversa, procuramos iniciar o diálogo a partir da história de vida delas. Esse era o ponto de partida para conhecer como chegaram ao projeto, as dificuldades e as expectativas de sair do regime fechado e ir para o regime domiciliar, retornando ao convívio social. Emília e Catarina não compareceram ao primeiro encontro por problemas de saúde, por isso foi remarcada outra roda de conversa com elas duas. No dia 13 de dezembro de 2017, às 14h, a segunda roda ocorreu com a participação de Emília e Catarina (Apêndice B).

Elaboramos um roteiro aberto, com tópicos, para direcionar o diálogo. O objetivo era deixá-las falar livremente, sem cerceamento, sem a ditadura do tempo das entrevistas. Procuramos estabelecer a comunicação dialógica, demarcando que naquela sala éramos iguais na comunicação, não havia hierarquia, estávamos apenas na mediação do diálogo. Assim muitos assuntos foram surgindo, a partir dos que elas quisessem expressar.

Nas rodas de conversa, elas falaram das trajetórias de vida, da família, do significado do projeto “Começar de Novo”, das dificuldades, das superações diante dos obstáculos, principalmente, na comunicação com o outro, que é cerceada, expectativas da integração social, do preconceito e sobre o uso das redes sociais digitais.

Como as conversas foram bastante dialógicas, percebemos que o discurso das mulheres em prisão domiciliar está pautado em quatro pilares: trabalho, família, cárcere e estigma, e mídias sociais. Nesse sentido, passamos a observar que os atos comunicativos atravessam todos esses contextos e espaços, já que sem comunicação não existe vida, não existe sociabilidade.

Já a entrevista com o juiz Cláudio<sup>6</sup> Rendeiro ocorreu no dia 28 de novembro de 2017 (Apêndice C), no gabinete dele no Fórum Criminal. Durante a entrevista, procuramos seguir um roteiro semiestruturado (Apêndice C) para saber, entre outras questões, sobre quais as dificuldades do projeto e, conseqüentemente, da integração social; como ele trabalha a conscientização da integração de presas no Judiciário e nas outras empresas conveniadas com o projeto, se há processos comunicativos disponibilizados para que essas mulheres em regime de prisão tenham participação e/ou visibilidade.

---

<sup>6</sup>Foi juiz por cinco anos da Execução Penal. Hoje, é juiz da Vara Criminal e coordena o projeto “Começar de Novo” desde sua criação no Pará, em 2010.

A partir desta abordagem teórico-metodológica, mostraremos no próximo tópico o perfil e uma breve trajetória das mulheres que cumprem pena em prisão domiciliar. Portanto, inferimos que as metodologias escolhidas podem ajudar a responder ao problema de pesquisa definido e a alcançar os objetivos propostos.

## 2.4 COMUNICAÇÃO REVELADA DAS MULHERES QUE CUMPREM PRISÃO DOMICILIAR

Neste capítulo, apresentaremos uma breve trajetória de cinco mulheres que já passaram pela prisão, e hoje cumprem pena em prisão domiciliar e aceitaram participar desta pesquisa. Fazemo-la à luz da comunicação dialógica de Freire e de outros teóricos que apostam em uma intercomunicação, ou seja, no ato de estar com o outro e para o outro, numa relação de troca de significados e experiências.

No regime domiciliar de pena, há mulheres com diferentes histórias de vida, mas em busca de superar essa fase difícil deixada pelo cárcere. Vindas de famílias de classe baixa, bairros periféricos, desigualdade social, essas mulheres tiveram uma infância ou adolescência conflituosa, mas sempre enfrentaram o medo, o preconceito e as dificuldades impostas pela sociedade, sem perder a esperança de uma vida melhor.

Nos depoimentos que serão apresentados a seguir, tivemos o cuidado de não ofuscar as falas trazidas por elas nas rodas de conversa, reescrevendo o que elas disseram. Procuramos apresentar a trajetória de vida, sem interferir na linha de pensamento e sentimento trazidos por elas, de modo a sempre apresentar na íntegra suas falas.

### 2.4.1 História de vida das mulheres em prisão domiciliar: Trajetória de resistência e exclusão

A trajetória dessas mulheres participantes da pesquisa será apresentada até ao ingresso no projeto de integração social “Começar de Novo” do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. As informações foram obtidas, como já foi dito, em rodas de conversa, por meio de um diálogo aberto. Dois dos nomes usados foram os escolhidos por elas e três pela pesquisadora, conforme já explicado acima.

#### 2.4.1.1 Rafaela



Cabelos loiros e longos, de estatura média e muito espontânea, a travesti Rafaela (forma como gosta de se apresentar) tem 28 anos. A certeza dessa escolha veio na adolescência, quando tinha 15 anos, momento em que percebeu que era mulher. Ela retornou de um tempo de convivência com os avós e aos 18 anos foi morar com o pai, momento que decidiu compartilhar com ele a sua escolha.

Na fase de adolescente quando eu estudava, eu já sabia o que eu era, com 15 anos eu já sabia quem eu era. Com 18 anos eu assumi pra minha família. Eu morava com meu pai, chamei ele e conversei. Falei a verdade. ‘Pai eu vou falar uma coisa pro senhor que o senhor já tem quase uma certeza, mas eu acho que o senhor sente um pouco de dúvida. E aí ele aceitou numa boa. Minha mãe também aceitou numa boa (Informação verbal)<sup>7</sup>.

Logo após assumir sua sexualidade, atitude que revelou o reconhecimento e o entendimento mútuo de seu pai, Rafaela decidiu ir embora para outra cidade, em busca de um estilo de vida diferente da família. A maneira percebida por ela de sair de um trabalho que considerava puxado, estudar e realizar seus sonhos.

Eu disse: pai eu vou pra Castanhal, conhecida como uma cidade modelo, né? Eu queria sair da roça, porque eu achava a vida na roça muito puxada, um sol quente, e eu dizia que eu não queria aquilo. Eu queria estudar e conseguir um emprego e conquistar todas as coisas como eu queria (Informação verbal)<sup>8</sup>.

Rafaela terminou o ensino fundamental no município de Castanhal, na escola José Sales. No município, também concluiu o curso de informática básica e avançada. Trabalhou na área de cabelo pela Embelleze, mas não finalizou o curso. Hoje, quer ter um emprego e ser cabeleireira profissional, viajar para a cidade de São Paulo para por o silicone nos seios e se sentir mais mulher.

Em relação à mãe, Rafaela sente-se abandonada, pois a mãe a deixou na infância. Porém, apesar da mágoa, Rafaela quer a mãe perto, por isso a trouxe para morar com ela.

Eu sempre falei pra ela: Mãe eu sempre pensei na senhora. A senhora me deixou quando eu era criança, mas assim, as pessoas falavam mal da senhora, mas assim pra mim uma mãe luta pelos filhos. Digo pra minha mãe que ela não foi uma mãe de lutar pelos filhos (Informação verbal)<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

<sup>8</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

<sup>9</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

Inclusive até hoje ela (mãe) mora comigo, ela veio de São Paulo, graças a Deus eu pago o aluguel e eu chamei ela pra morar comigo, que há 19 anos a gente não nos via (Informação verbal)<sup>10</sup>.

De uma família de sete irmãos, passou a morar com os avós paternos aos cinco anos de idade, porque sua mãe precisou ir para São Paulo, acompanhar a filha mais nova, dos seis irmãos, que nasceu com “problemas de órgãos”.

Solteira, moradora do bairro de Tapanã, área periférica de Belém, conseguiu estudar até a 8ª série do ensino fundamental. Da adolescência para a fase adulta, teve alguns empregos, mas depois ficou desempregada, momento em que foi para a prostituição. Ela afirma ainda não ter uma profissão definida. Pensativa, Rafaela relembra sua escolha:

Fiquei desempregada, então eu optei pela prostituição, que foi aonde eu conheci outras pessoas da prostituição. Só que o tempo que eu fui conhecendo as pessoas, conheci pessoas boas, ruins. Quando fui morar em Santa Maria do Pará, eu conheci eles (as outras travestis que faziam programa em Castanhal). A gente somos falhos pelo fato de tudo isso que aconteceu comigo (Informação verbal)<sup>11</sup>.

Apesar da coragem de Rafaela assumir sua sexualidade e decidir sair de casa para ir em busca de uma vida melhor, ela se envolveu com o tráfico de entorpecente. Em seguida, conheceu um rapaz que lhe ofereceu 10 petecas de droga para vender. Com o passar do tempo, foi se envolvendo afetivamente com esse rapaz. Na percepção de Rafaela era um dinheiro rápido e um caminho mais fácil para alcançar seu sonho de travesti: “colocar o silicone”.

Como São Paulo é uma cidade grande que é mais fácil tudo por lá, isso foi me dando intuito de vender mais droga e conseguir dinheiro pra viajar e pôr o silicone, que foi onde eu me dei mal. Já tinham feito denúncia duas ou três vezes. Quando foi uma certa noite eu tava bebendo no posto onde passavam os caminhoneiros, as pessoas iam também jantar no posto pelo fato de ser também restaurante. Numa certa noite eu fui abordada pelos policiais e me pegaram com 800 peteca em Santa Maria do Pará. Foi quando a minha casa caiu. Foi quando eu passei a viver uma nova temporada no cárcere (Informação verbal)<sup>12</sup>.

Por meio de sua escolha, Rafaela foi presa com 800 petecas de cocaína e condenada por esse crime. Foi presa no regime fechado masculino. Um tempo depois a transferiram

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

<sup>11</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

<sup>12</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

para a Colônia<sup>13</sup> Agrícola Heleno Fragoso e por lá ficou dois anos e quatro meses. Ao chegar na Colônia, trabalhou na cozinha como cozinheira – atividade com que se identificou a partir da entrevista com a assistente social da unidade. Rafaela permaneceu nesse trabalho por um ano e seis meses. Segundo ela, foi importante porque ajudou na remissão<sup>14</sup> da pena. Ao cumprir parte da pena no semiaberto, finalmente Rafaela foi para o regime aberto, terminar de cumprir a pena na sua casa. Assim, retornaria para a família, amigos e conheceria o “Começar de novo”.

Quando eu saí de lá (Colônia Agrícola), eu fiz o treinamento do Começar de Novo, que seu Cláudio Rendeiro (juiz) abriu as portas para gente fazer o treinamento, que inclusive foi a última vaga que eu preenchi. Eu fiquei aguardando eles (do projeto) entrarem em contato, que eles falaram que iam precisar da gente. Então, eu fiquei lá em Castanhal, fiquei morando com meu amigo e a vida foi passando. Eu fazia um bico aqui, um outro ali (Informação verbal)<sup>15</sup>.

Há dois anos e dois meses no projeto, passou a ter uma renda fixa de R\$ 900,00, mais vale transporte, o que a fez convidar a mãe e a irmã mais nova para morar com ela, após 19 anos de distância, pois a mãe e a irmã moravam em São Paulo por conta do tratamento de saúde da irmã caçula. O pai de Rafaela já faleceu.

#### 2.4.1.2 Emília

Após ter terminado seu curso de graduação de Serviço Social enquanto estava cumprindo pena em regime fechado no cárcere, o maior sonho de Emília é trabalhar com jovens infratores como assistente social da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa), seu objetivo é mostrar a partir da sua experiência de vida que não vale a pena se deixar levar pelo “mundo do crime”.

Então, é assim, eu queria passar isso para os jovens. É tanto jovem morrendo. Antigamente, os filhos enterravam os pais, agora é ao contrário. Os pais enterram seus filhos jovens, que têm uma vida toda, mas que precisam de outro tipo de conversa (Informação verbal)<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> Unidade Prisional masculina, onde os presos cumprem regime semiaberto, ou seja, já cumpriram parte da pena no regime fechado e progrediram para o semiaberto, mais um passo para o retorno à sociedade. Na Colônia, o trabalho para os presos é obrigatório. A unidade oferece atividades de educação formal e informal, trabalho ligado ao campo, como criação de porcos, patos, plantação de legumes, hortaliças e está localizada no Complexo Penitenciário do Pará, município de Americano – Pará.

<sup>14</sup> De acordo com a LEP, a cada três dias trabalhados na prisão, diminui-se um dia na pena.

<sup>15</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

<sup>16</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

Com muita resistência às violências advindas da prisão, ela concluiu o curso de Graduação quando ainda estava no Centro de Reeducação Feminino (CRF). Foi presa por ser acusada de tráfico ilícito de entorpecentes e sentenciada a 24 anos de prisão. Passou oito anos em regime fechado e hoje está terminando a pena em prisão domiciliar.

Ao contar e relembrar sua história de vida ela chora muito e diz não esquecer as dificuldades da sua infância. Emília relata as situações de pobreza pela qual passou junto com a mãe e o único irmão. O primeiro fato que ela cita é o abandono pelo pai, que era alcoólatra, e o esforço da mãe para criar os dois filhos sozinha, trabalhando em uma fábrica de castanha.

Meu pai foi embora, meu irmão nem conheceu ele. Meu pai era alcoólatra, bebia, bebia, bebia, não tinha emprego fixo, vendia caranguejo. A minha mãe sempre trabalhava na fábrica de castanha, até então, perdeu um lado da visão com óleo quente de castanha e se aposentou muito cedo. O benefício era pelo Inamps, não era pelo INSS como agora, e a gente teve muitas dificuldades, muitas mesmo. Nunca tivemos casa própria (Informação verbal)<sup>17</sup>.

Ainda em meio às lágrimas, Emília fala que não consegue esquecer quando a expulsaram, junto com a sua família, da casa em moravam por falta de pagamento do aluguel, jogando os pertences deles na vala. No tumulto dessa época, sua avó caiu e quebrou a cabeça. Sem ter onde ficar, a família de Emília foi morar em um depósito atrás da casa da uma tia, irmã da mãe de Emília. No entanto, a tia não aceitava que os filhos “se misturassem” com Emília e o irmão.

Ela (tia) botou a gente num depósito de madeira velha que tinha muita aranha, muita barata, minha mãe passava a noite... **[choro]**. Eu me lembro muito bem... passava a noite matando pra não cair em cima da gente aquelas baratas cascudas e tudo aquilo ficou na minha mente. Eu ficava olhando, meu Deus... por que tudo isso, né? Minha mãe era lutadora (Informação verbal)<sup>18</sup>.

Quando chegou à adolescência, Emília conta que queria muito estudar e ser médica pediátrica para cuidar de crianças. Além da vontade de ser médica, ela tinha a escola como um ambiente onde poderia encontrar o alimento que precisava e que, muitas vezes, não havia na sua casa. Ainda sob muito choro, ela lembra como cuidava do uniforme da escola e de como eram seus sapatos. Ao terminar de relatar esse período da sua vida, Emília se questiona porque que ela mudou, sem entender muito bem o que a levou para o caminho do tráfico de drogas.

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

<sup>18</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

A gente ficou adolescente, eu queria estudar, queria ser médica, queria cuidar de criança, ser pediatra. Olha, Nara, eu nunca faltei na escola. Eu ia pra escola pra mim comer, porque eu estava com muita fome. Eu repetia duas, três vezes aqueles copos de mingau, porque eu sabia que quando chegasse lá em casa ia ser complicado, mas a culpa não é dela. Ela não tinha mesmo, o que ela podia fazer, ela fazia por nós. A culpa não é da minha mãe [...] Eu fui estudar. Eu peguei umas apostilas, comecei a estudar, eu não queria aquilo pra mim (pobreza). Minha farda era muito velha [choro]. Final do ano eu desmanchava, virava, costurava e colocava em baixo de um colchão velho. Meu sapato era velho, velho, velho, esquentava tanto no meu pé, doía tanto no meu pé, tinha que trocar porque trocava a numeração, mas não podia comprar outro sapato. Aquilo doía no meu pé, um sapato de borracha, mas eu gostava de estudar, era aquilo que eu queria pra mim. Eu não entendo, assim, eu me pergunto: o que foi que mudou em mim? Por quê? Depois de eu passar tudo aquilo, porque que de repente eu troquei, mudei, me tornei aquela pessoa (Informação verbal)<sup>19</sup>.

Ainda muito criança, Emília tentou sim resistir às dificuldades impostas pela pobreza, via nos estudos um caminho para a mudança de vida, tanto é que enfrentou as normas de dominação da prisão para alcançá-lo.

Aos 15 anos de idade, ela conta que começou a fumar maconha, o que a levou a ser reprovada na escola e a se entristecer por ser responsável por si mesma na vida escolar: “Meu Deus, como eu fiquei reprovada, minha mãe nunca veio numa reunião da escola minha. Sempre foi eu mesma, sempre, sempre, sempre. Onde foi que eu errei? ” (Informação verbal)<sup>20</sup>. Em seguida, começou a namorar, mas diz que o namorado não era usuário de drogas. Nesse momento, ela traz à tona um sentimento de arrependimento pelo caminho que escolheu. “Tudo foi eu mesma. Eu não culpo ninguém, entendeu Nara? Foi cabeça fraca minha mesmo, mente fraca, burrice minha. Eu poderia ser uma médica agora, eu poderia. Eu era muito inteligente. Eu sei que ainda sou” (Informação verbal)<sup>21</sup>.

Mesmo não querendo ter filhos e se achando muito “doida” por gostar de festa Emília teve três filhas. Aos 25 anos, ela engravidou da sua primeira filha. A única certeza era que sua mãe não iria criar a neta, pois já criara os filhos com muita dificuldade. A mãe e a irmã de Emília a apoiaram na gravidez.

Mas para assumir a responsabilidade das despesas com a filha, Emília decidiu roubar no centro comercial de Belém. “Eu disse vou criar minha filha, não é justo deixar com a minha mãe. Aí passei a roubar no comércio. Não roubar assim assaltar, não. Passei a roubar no comércio as lojas pra minha filha, pra mim. Depois fui embora pra São Paulo” (Informação

<sup>19</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

<sup>20</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

<sup>21</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

verbal)<sup>22</sup>. Emília deixa claro que não roubava com o intuito de causar violência, mas sim para o sustento de sua filha, o que parece, na sua percepção, que a sua atitude não tem significado de crime por causa da finalidade da ação – o sustento.

Quando passou a comercializar entorpecentes, Emília em nenhum momento culpa alguém pela sua atitude ou nega que foi uma alternativa de vida para ganhar dinheiro. “Não tem nada haver, meus filhos, minhas filhas, nada, todas trabalham. Comigo não tem esse negócio de culpar porque passei muita fome, porque tem várias maneiras de você trabalhar” (Informação verbal)<sup>23</sup>.

A tia de Emília veio de São Paulo para Belém. Então, Emília quis ir morar um tempo na capital paulista. Os familiares a ajudaram a comprar a passagem. Ao chegar lá, ela conseguiu o primeiro emprego em um “armarinho” e mandou buscar a filha, que havia ficado com a avó, mãe de Emília. Ela morou por 11 anos em São Paulo, casou, comprou a casa própria e teve a segunda filha. A vida de Emília mudou depois que ela veio passar férias em Belém e viu o dinheiro fácil que o irmão ganhava ao vender entorpecentes.

Eu vim pra Belém passar umas férias sozinha. Foi quando eu me empolguei, porque meu irmão vendia (droga), aí eu vi muito dinheiro, muita coisa, eu vi minha casa tão humilde lá em São Paulo sem nada, a louca ficou com aquilo na cabeça. Aí voltei pra São Paulo. Quando eu guardei meu dinheiro todinho, no final do ano eu vou passar o Natal com minha irmã. Eu trouxe as duas (filhas). Aí que não quis mais voltar. Ele ficou pra lá, que ele era paulista. Ele me ligou e falou: você tá certa disso que você quer, vai cuidar da minha filha, porque essa cidade aí não presta pra criar filhos. Eu falei: eu não vou devolver minha filha. Eu não botei filho no mundo pra ninguém criar a não ser eu, mesmo tu sendo pai, eu vou ficar com minha filha. Ele disse: tudo que acontecer com ela a culpa vai ser sua. Eu disse: então tá, eu assumo essa culpa. Ele vendeu nossa casa e mandou todo o dinheiro. Ele disse: tá aqui, isso é pro estudo da minha filha. Eu peguei esse dinheiro e comprei droga (Informação verbal)<sup>24</sup>.

Emília conta que se empolgou com o dinheiro da venda da droga. Comprou vários carros, motos, uma barraca no Ver-o-Peso, construiu a casa. Quando se deu conta, já estava sendo investigada pela Divisão de Repressão e Combate ao Crime Organizado da Polícia Civil do Estado do Pará (DRCO). Foi avisada pela filha sobre a investigação, mas não deu importância.

Eu me empolguei, fiz minha casa, eu tinha um pálio (carro), tinha um fox (carro), tinha várias motos, tinha uma barraca no Ver-o-Peso, fui me empolgando, me empolgando, me empolgando. Quando eu vi, me dei por

<sup>22</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

<sup>23</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

<sup>24</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

conta de mim mesmo, foi quando minha filha disse: mamãe, vem cá, o teu nome tá aqui na DRCO. estão atrás de ti. Eu falei: atrás de mim por quê? Eu podendo dizer o que era, não. Eu podia pagar um advogado, eu tinha dinheiro. Não fui. Entramos (as pessoas que vendiam droga com Emília) numa escuta telefônica. Seis meses de investigação e eu nem sabia que estava sendo investigada. Quando eles resolveram prender sete ou oito pessoas. Tudo que eu construí em dez anos, eu perdi no mesmo ano em que eu fui presa. Eu fiquei só com a minha casa. O advogado acabou com tudo, tudo, tudo, tudo, fui dando pra sair da cadeia, pra ver minha filha (Informação verbal)<sup>25</sup>.

Na prisão, Emília fez tratamento para depressão, o qual terminou em 2017. Passou por dias difíceis e não entende porque teve uma sentença tão alta para um crime de tráfico de entorpecentes. “Minha sentença foi 24 anos. Eu só falei ficar doida. Eu queria me matar. Eu não entendia, por tão pouco, uma sentença tão grande. Eu não tinha matado ninguém. Cumpro oito anos na prisão. Cumpro até hoje, no Fórum, mas com bom comportamento” (Informação verbal)<sup>26</sup>.

Ao falar das outras duas filhas de 40 e 25 anos, Emília diz que elas também não compreenderam a sua prisão, mas não podiam lhe julgar, uma vez que usufruíram do dinheiro.

Não aceitaram, mas viviam do bom e do melhor, nunca estudaram em escola pública. Tudo foi com o dinheiro do tráfico. Elas não podiam me julgar, elas tinham que aceitar. Elas tinham que dizer: mãe, não concordo contigo, vamos pra escola pública. Tudo foi gasto com elas também. Só que elas nunca foram de falar: a mamãe é traficante (Informação verbal)<sup>27</sup>.

Apesar de não terem terminado a graduação, atualmente, as duas filhas mais velhas têm um espaço de bronzamento que Emília, mesmo na prisão, ajudou a construir. Uma delas também trabalha como projetista.

Uma (filha) é projetista. Tu dá o que tu queres da tua casa, ela monta rapidinho, tua cozinha, tua sala, ela é muito boa no que ela faz. Todas duas fizeram faculdade. Não terminaram porque não querem, porque quando eu entrei pro cárcere eu não pude mais pagar, mas elas deveriam pagar, elas já eram moças, já eram adultas. Poxa, minha mãe já me adiantou e muito, nunca estudei em colégio público, então vou estudar. Todas duas tem nível superior incompleto, agora fizeram, eu ajudei, claro que eu ajudei, fui guardando meu dinheiro, quando tava lá dentro (prisão), sempre guardei, peguei da Susipe que eu trabalhava juntei tudo, ajudei elas nesse novo espaço de bronzamento que elas têm e tô aí. Nunca parei de estudar (Informação verbal)<sup>28</sup>.

<sup>25</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

<sup>26</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

<sup>27</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

<sup>28</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

Ainda chorando muito, Emília revelou que é muito difícil o relacionamento com a filha caçula, porque o tempo que passou no cárcere rompeu com os laços afetivos que existia entre elas. Emília tenta o diálogo, mas a filha resiste por não aceitar a mãe ter cometido um crime. Nesse aspecto, Simmel (2006) afirma que o sustento da sociabilidade é a conversa, caso ela não exista não será possível a interação, pois o diálogo se dá no compartilhamento daquilo que é comum as pessoas para o entendimento mútuo. No caso da Emília e sua filha a sociabilidade está limitada por aspectos atravessados pela prisão, o que compromete a relação.

É muito difícil. Eu deixei minha filha pequena. Hoje, ela é uma adolescente. Eu vejo não é mais a mesma coisa. Ela não aceita. Nunca me perdoou, e eu nem sei se ela vai me perdoar um dia, porque é muito complicado a minha convivência com minha filha menor, a de 15 anos. A gente não tem aquele amor. Eu tenho amor por ela, mas ela não tem por mim, Eu falo: minha filha não esquece que eu sou tua mãe. Bora conversar? eu como assistente social e tu como adolescente. Ela fala: “Eu não quero conversar contigo sobre isso” (Informação verbal)<sup>29</sup>.

A gente não tem mais aquela afinidade de quando eu deixei minha filha com sete anos de idade. Tudo isso é complicado, a família. Até a família é complicado, porque muitos não perdoaram, não esqueceram, a vergonha do jornal, da televisão. Dentro da própria família é complicado. Tudo é a família. Tipo assim, é o esteio. Ela que te aguarda. Os filhos também. Eles se espelham nos pais. Que tipo de espelho é eu, a Emília? Sou um espelho rachado. Foi esse tipo de espelho que eu fui pra minha família. Isso eu não me perdoei nunca (Informação verbal)<sup>30</sup>.

Além de pegar a depressão, eu fui para o cárcere e levei a família junto pro cárcere. Que direito que eu tenho de levar minha família, porque minha filha ficou assim doente. Minha mãe tá muito fraquinha, muito mal, com 83 anos. Ela entrou numa depressão, porque abandonaram, porque você não pode deixar o idoso sem falar, sem conversar. Abandonaram minha mãe, jogaram ela pra lá numas kit nets que eu tinha. Ela foi ficando prostrada, não lembra de mais nada. Ainda tem tudo isso, minha mãe tá doente, não quer mais ficar sozinha. Vou te falar [...] É muito difícil. Eu deixei minha filha pequena. Hoje, ela é uma adolescente. Eu vejo não é mais a mesma coisa. Ela não aceita. Nunca me perdoou, e eu nem sei se ela vai me perdoar um dia, porque é muito complicado a minha convivência com minha filha menor, a de 15 anos. (Informação verbal)<sup>31</sup>.

Ao sair do CRF para terminar de cumprir a pena em prisão domiciliar, Emília encontrou a filha mais nova, hoje com 15 anos, “com muitos problemas emocionais” e a mãe “quase morrendo de depressão”. Emília afirma que levou a família para o cárcere junto com ela e que não se perdoa por isso. No entanto, ela não culpa ninguém, nem a situação de pobreza, pelas suas escolhas.

---

<sup>29</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

<sup>30</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

<sup>31</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.



O cárcere aprisiona não só as pessoas que cometeram crime, mas também a família causando conflitos nas relações. No entanto, Emília busca retomar os laços afetivos por meio da relação dialógica (FREIRE, 1983), o que permite que essas relações familiares não se percam apesar das prisões.

Mãe de três filhas, Emília tem 53 anos, é solteira, reside no bairro do Parque Verde, em Belém. Sem ainda conseguir um emprego formal por conta dos seus antecedentes criminais, Emília vive com a bolsa-auxílio de R\$ 900 que recebe do projeto “Começar de Novo” e da venda de confecções. Apesar de toda a dificuldade e desafios da história de Emília, ela conseguiu superar algumas barreiras e segue em busca dos seus sonhos.

#### 2.4.1.3 Karolina

Fruto de uma família de sete irmãos, Karolina revela que sua infância foi muito boa, mas não tem motivos para se alegrar da adolescência, porque aos 13 anos se apaixonou por um rapaz, com quem conviveu por 11 anos, teve uma filha e se envolveu no tráfico.

Quando criança, foi tudo maravilhoso, tudo bacana (risadas). Meu pai já é falecido e minha mãe é idosa. Com 13 anos eu me meti com um rapaz e foi uma vida de terror, porque na época (eu tenho uma filha de 17 anos e ele é o pai da minha filha), enquanto eu tenho 35, ele tá caminhando pra 50 anos, então era uma vida assim, eu gostava dele e a minha família nunca aceitou esse relacionamento, porque ele era um homem agressivo me batia e eu vivi com ele 11 anos. Então, a minha adolescência eu não tenho muito o que falar de alegria, porque eu me dediquei a esse romance, com 17 anos eu tive a Jamile e hoje minha filha tem 17 anos (Informação verbal)<sup>32</sup>.

Karolina conta que apanhava do ex-companheiro a ponto de ficar toda roxa, mas não se separou porque achava que precisava aceitar a violência em prol do amor que sentia por ele. Com 17 anos Karolina engravidou e teve uma filha. Quando a criança tinha três anos, o ex-companheiro foi preso, acusado de homicídio. Foi quando Karolina assumiu a venda do ponto de drogas e iniciou as visitas ao ex-marido na penitenciária masculina, que passou a ser sua rotina.

Foi passando o tempo, fui visitando ele, fui vendendo, fui conhecendo várias pessoas porque eu que fiquei na frente da venda e foi até que eu fiquei 11 anos com ele. Visitava ele. Eu cheguei a visitar ele três anos. Ele passou cinco anos preso. Eu fiquei visitando três anos toda quinta e todo domingo, toda quinta e todo domingo. Quem me ajudava era o pai dele, mas eu vendia droga, e ficava, ia pra um canto, ia pra outro, conhecia várias pessoas,

---

<sup>32</sup> Entrevista concedida por Karolina, 35 anos.

quando eu me deparei, eu já tava mais que envolvida no mundo do crime (Informação verbal)<sup>33</sup>.

Ao assumir o ponto de droga, Karolina afirma que todo final de semana os policiais queriam dinheiro para não a prender, resultando em uma relação de ameaça, o que a deixou sem dinheiro para comprar a droga à vista para revender. Como alternativa, aceitou o convite para viajar pra Manaus com o objetivo de ganhar dinheiro levando entorpecente. Sem querer justificar o crime, queremos aqui refletir sobre a comunicação relacional entre os policiais e Karolina, que do ponto de vista de Freire (1983) se dá de uma maneira opressora.

Frente a tal situação questionamos: quem comete qual crime? Vivemos uma tendência, porém muitas vezes não a percebemos, de moralizar e determinar o que é crime, quem deverá, diante de tal definição, ser punido e como será a punição. Nessa relação de poder, Karolina está em desvantagem, pois caso não ceda ao suborno poderá ser presa pelos representados do Estado, a quem cabe “a manutenção da ordem” e da legalidade. No entanto, essas relações são a todo tempo silenciada na sociedade, criando-se todo um sistema de dominação.

Apesar do silenciamento de Karolina, ela encontrou outra alternativa para o tráfico, tentando não mais se submeter ao suborno dos policiais, por que o poder se implica mutuamente, pois o crime, assim como as instituições, também é um lugar de transmissão de saber, e “todo saber constitui novas relações de poder” Foucault (2012, p. 28).

Olha ali uma mulher vende, vai lá que se tu agarrar ela, ela vai te dar tanto. Foi que chegou em uma época que eu já não tinha mais dinheiro pra mim me manter e comprar com meu próprio dinheiro. Foi que apareceu esse rapaz perguntando se eu não queria viajar pra Manaus. Cada viagem eu ia ganhar dois mil. Eu achava que tudo ia ser fácil, tudo ia ser maravilha (Informação verbal)<sup>34</sup>.

Karolina parou de visitar o ex-companheiro no cárcere, o que o fez ficar “revoltado”, e ela, com depressão. Com o passar do tempo Karolina conta que “não queria comer” e “desenvolveu vitiligo”. Apesar disso, ela relata que aceitou a proposta e viajou três vezes para Manaus para trazer a droga até Belém. Ela assume que entrou no tráfico de drogas por conta do dinheiro fácil para suprir as suas necessidades e as da filha revelando o crime com uma alternativa de sobrevivência.

Aí pintou essa viagem, eu viajei pra Manaus, passei sete dias, quando eu voltei, eu cheguei tudo bem. Ganhei meus dois mil e fui pra loja, fui comprar as coisas pra mim e pra minha filha e a minha mãe é idosa e eu deixava minha filha com a minha mãe. Então, minha mãe perguntava: Karolina, o

---

<sup>33</sup> Entrevista concedida por Karolina, 35 anos.

<sup>34</sup> Entrevista concedida por Karolina, 35 anos.

que tu anda fazendo? Eu sempre escondia porque eu achava que eu era dona da situação, mas eu não era dona de situação nenhuma, eu era a palhaça do circo... [risos] [...] Verdade, porque não vai dá em nada, porque não sei o quê, é tudo ilusão. Pintou a segunda viagem. Ele falou pra mim que tinha total confiança em mim, porque ele mandava eu ir com o dinheiro, chegava tudo certo, voltava as coisas tudo certa. Quando foi na segunda viagem tudo bem. Na terceira viagem, ele foi comigo. Aí tá, a gente ia de voo e voltava de navio, aí aquela terceira viagem foi... sabe, não tava uma coisa legal, meu coração tava acelerando, uma agonia total. Foi que na terceira viagem já foi uma denúncia anônima, me pegaram (Informação verbal)<sup>35</sup>.

Segundo Karolina, quando ela chegou no porto de Belém, a DRCO já estava esperando-a há dois dias. Quando Karolina relatava essa parte da sua história, ela volta a falar da sua infância, da violência que sofreu no relacionamento com o pai da sua filha e da não aceitação do relacionamento por parte da família.

Quando eu era criança, que era tudo beleza, tudo legal, mas com 13 anos que eu conheci esse rapaz, que hoje é pai da minha filha, já foi uma vida sabe, ele me batia, uma coisa, e quanto mais a minha família se metia, mais eu dizia que eu gostava que eu queria. Meu pai não aceitava, foi uma coisa de louco. Na época eu era louca por ele, pensa numa adolescente louca por um homem. Era assim meu amor por ele” (Informação verbal)<sup>36</sup>.

Karolina explica que ao ser presa não podia revelar de quem era a droga que transportava, por isso precisou dizer à polícia que era garota de programa.

O mundo do crime é assim: se eu for pega com a droga de alguém, eu não posso dizer que é da Rafaela, porque a polícia vai bater onde a Rafaela tá, já não vou ser bem chegada dentro do cárcere, porque vão me jogar de encontro e dizer que eu caguei, então o que foi que eu tive que falar: que eu era garota de programa, que eu fui com um marítimo, que eu chegava lá, fui pra uma boate e conheci um rapaz, ele gostou de mim. [...] Eu assumi o tráfico porque eu quis. Eu estava adaptada com aquela vida fácil, dinheiro fácil. Quem que não quer um dinheiro fácil. Só chegar ali, enrolar, vender, ficar com o dinheiro. Minha filha era pequena, tinha que tá comprando fralda, leite (Informação verbal)<sup>37</sup>.

Diante disso, percebe-se que existe um código de silêncio entre Karolina e o chefe do tráfico, ou melhor, no contexto geral do tráfico, incluindo as prisões. Pois as informações não podem ser reveladas, precisa haver a inviabilidade dos que comandam o crime, desvelando uma relação de poder para manter um sistema eficaz de comércio de drogas.

Para Foucault (2012), os micropoderes que se exercem de forma variada na sociedade tem a finalidade também de gerir a vida social, nesse caso, a do tráfico. Logo, para isso

<sup>35</sup> Entrevista concedida por Karolina, 35 anos.

<sup>36</sup> Entrevista concedida por Karolina, 35 anos.

<sup>37</sup> Entrevista concedida por Karolina, 35 anos.

ocorrer o diálogo precisa ser cerceado para que a sociabilidade na prisão não seja comprometida; logo, o outro precisa ser colocado em uma condição de dominação para poder fazer parte de um contexto.

Durante a conversa, Karolina disse que está namorando, mas logo em seguida retoma a lembrança de que mesmo presa, o ex-marido a visitava no cárcere, levando a filha. “Tenho namorado, mas mesmo assim quando eu tava no cárcere ele (ex-marido) chegou a me visitar. Na visita das crianças levava minha filha e o que aconteceu com ele, ele foi baleado, mesmo assim ele ainda ia” (Informação verbal)<sup>38</sup>.

Pensativa, ela conta que é amiga do ex-companheiro para o bem da filha, mas que foi difícil ele aceitar a separação. Quando ele cumpria prisão domiciliar, começou a incomodar Karolina, que já estava no projeto “Começar de Novo”. Foi, então, que o juiz que coordena o projeto soube o que ele estava fazendo com Karolina e suspendeu a prisão domiciliar, fazendo com que ele retornasse para a prisão, onde está até hoje.

Não. Hoje, nós somos amigos. Temos uma amizade pela filha que a gente tem. Tá resolvido. Mas só tá resolvido porque na época eu trabalhava no correio e eu me meti com um rapaz e ele não aceitava, porque ele ficou deficiente. Antes, ele tinha a mulher que ele queria. Ele tinha dinheiro, moto, fazia um monte de coisa. Então, ele passou por esse momento. Ficou na cadeira de roda, então minha primeira licença da prisão foi pra cuidar dele, mesmo agente não tendo mais nada. Então, ele achava que tudo aquilo que eu fiz por ele, eu ainda ia ficar com ele. Ele não aceitava me ver com outra pessoa. Foi quando ele se recuperou, voltou a andar, ficou com deficiência no braço, não bem como antigamente. [...] Aí eu vim para pro projeto, mandaram me chamar e eu tive que contar tudo. O dr. Cláudio (juiz) na época tinha dado a prisão domiciliar dele, aí o dr. Cláudio mandou recolher ele, porque ele tava de prisão domiciliar e foi lá no Correio onde eu prestava serviço (pelo projeto) e fez maior gracinha, que foi parar até o Começar de Novo, foi que o dr. Cláudio pegou pesado com ele. Foi que ele me deixou de mão (Informação verbal)<sup>39</sup>.

Durante o tempo que Karolina esteve presa, a filha ficou a avó materna. Karolina diz que conversa muito com a menina, pois se preocupa com o futuro dela por ter presenciado a vida dos pais no cárcere, pois dos cinco aos oito anos de idade os visitava naquele ambiente. Karolina conta, aos risos, que a criança não gostava dos dias de visita, “ela escondia até a carteira de entrada”. Em seguida, Karolina lamenta e diz que ficava muito triste com a situação, porque sempre foi uma mãe dedicada, que gostava de arrumar a filha. “Até hoje, uma roupa, ela diz: mãe veja uma roupa que vai cair bem. Eu amarrava o cabelo da minha filha. Tudo aquilo foi, sabe? O mundo desabou e eu fiquei sem chão”.

---

<sup>38</sup> Entrevista concedida por Karolina, 35 anos.

<sup>39</sup> Entrevista concedida por Karolina, 35 anos.

Como hoje a gente tem essa filha, eu converso com ela. Ela disse pra mim: mãe, eu tinha mil motivos pra ser revoltada, mas não. Ela tá cursando o terceiro ano do ensino médio e à tarde ela é menor aprendiz. Ela pra mim é uma criança muito calma. Tudo que ela passou, a mãe no cárcere, o pai no cárcere, não é fácil, porque os filhos se espelham muito no pai e na mãe, e ela não. Ela é uma filha muito tranquila. Ela não gosta, quando ela sabe de um caso de um homem bate na mulher, ela nem gosta. Ontem, a gente tava assistindo à novela, o homem bate na mulher e ela ficou revoltada e disse: mãe, não gosto de ver isso e desligou a televisão. Eu disse: por quê? Ela disse, não mãe, eu não gosto. [...] Ela (filha) visitava quando ela tinha uns cinco anos. Então, ele passou cinco anos no fechado. Quando ele saiu foragido, e voltou deficiente. Foi quando o dr. Cláudio deu a domiciliar pra ele. Ele fez a confusão comigo e voltou e até hoje ainda tá no cárcere. Ano que vem ele sai de condicional. Então, como não deve ser a cabecinha dela, né? Tanta coisa. O pai no cárcere, a mãe também já passou por isso (Informação verbal)<sup>40</sup>.

Diferente de Emília, Karolina consegue manter o diálogo com a filha, a prisão não foi um obstáculo para o rompimento da comunicação mútua e do entendimento entre as duas. Assim, Karolina está tendo uma relação de reciprocidade com sua filha com a finalidade de se estabelecer diálogo, compartilhamento (FREIRE, 1987).

Karolina tem 35 anos, atualmente mora no Bairro da Sacramento. Concluiu o ensino médio e não tem uma profissão definida. Foi presa acusada de tráfico ilícito de entorpecentes, cumpriu quatro anos e quatro meses da pena em regime fechado no CRF. Na prisão, tornou-se evangélica e, pelo bom comportamento, entrou para o projeto “Começar de Novo”, no qual está há 4 anos. Assim como as outras mulheres desta pesquisa, ela recebe uma bolsa auxílio de R\$ 900, mais vale transporte e alimentação. Somado à renda da família, ela vive com dois salários mínimos por mês. A maior renda em relação ao citado pelas outras.

#### 2.4.1.4 Margarida

Cabelos cacheados, baixa estatura, sempre muito séria e reservada, Margarida foi a que menos falou no dia da roda de conversa, preferiu escutar mais as colegas de trabalho. Ficou pensativa e tímida ao contar sua história. Ela contou que tirou a vida de uma colega da escola e o crime repercutiu nacionalmente, mas se arrepende do que fez.

Fruto de uma família de quatro irmãos, Margarida relembra com tristeza que quando era criança apanhava muito do seu pai. Segundo ela, ele era muito rígido, não deixava ela ir para rua. Em relação à sua mãe, Margarida conta que ela também não era presente. Ela

---

<sup>40</sup> Entrevista concedida por Karolina, 35 anos.

também contou que um dos irmãos foi preso por homicídio porque matou um policial militar e, ao sair do cárcere, foi morto pela “milícia”.

Quando eu era criança, assim, eu apanhava muito do meu pai. Ele era muito rígido pra eu não ir pra rua, mas coisa de pai mesmo, a gente pensa que é ruim. Minha mãe não era muito presente, nem ele. Ele por conta que tinha que trabalhar. Isso vai deixando a pessoa que vai crescendo sem amor, sem acompanhamento familiar de amor paternal, maternal. Então, a gente vai ficando meio que sem o acompanhamento dois pais (Informação verbal)<sup>41</sup>.

Margarida foi presa aos 18 anos, acusada de homicídio. Ela relembra o dia em que cometeu o crime.

Foi um ato impensado meu, cheguei a tirar a vida da jovem. Passei esses seis anos presa e aprendi muito lá dentro. Elas (da pesquisa) sabem minha trajetória. Eu trabalhei, Deus é tão maravilhoso que eu não sofri tanto assim. Logo, já fui trabalhando, remindo pena, estudei, concluí meus estudos (ensino fundamental) no cárcere, peguei meu certificado, e a partir que o dr, Claudio já veio ter o projeto, Sala de Cordas na época, ele sempre foi ligado com a gente, violão, coral, foi a partir daí que a oportunidade veio ficar muito melhor pra gente (Informação verbal)<sup>42</sup>.

Apesar das inegáveis formas de controle e dominação impostas pela prisão, Margarida incluiu-se em experiências que lhe trouxeram formas menos violentas de enfrentar o cárcere, tentando assim uma sociabilidade pautada no diálogo, esforçando-se para transformar a mera agregação de indivíduos em um momento de interação (SIMMEL, 2006), para assim obter as vantagens das quais precisava.

Há três anos no projeto, Margarida recebe uma renda fixa de R\$ 900, acrescido de vale transporte. Separou recentemente do companheiro, assim, sustenta a filha e paga o aluguel com a renda que recebe do “Começar de Novo”. Tornou-se evangélica na prisão. Ela fala muito na sua religião como caminho para mudança de vida. Margarida não se vê como alguém que cometeu um crime, pelo fato de ter sido só uma vez. Ela percebe somente as outras interlocutoras na prática criminosa.

A gente tem que dar glória Deus e aleluia pela vida que a gente leva hoje, pelo menos esse salário nos ajuda em muita coisa. Graças a Deus eu nunca fui do crime. Também não julgo, porque às vezes é, não sei. Nunca fui do crime, isso foi uma fatalidade na minha vida. Ter tirado a vida de uma pessoa a qual eu passei seis anos e seis meses no cárcere. Foi um momento de raiva, por ser uma menina muito jovem. Não tenho muita coisa pra falar da minha adolescência e nem da minha mocidade (Informação verbal)<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Entrevista concedida por Margarida, 28 anos.

<sup>42</sup> Entrevista concedida por Margarida, 28 anos.

<sup>43</sup> Entrevista concedida por Margarida, 28 anos.

Margarida tem 28 anos, é moradora do bairro do Guamá, periferia de Belém, concluiu o ensino fundamental no cárcere. Em relação à vida depois do projeto, fala que pretende fazer um curso de técnico de enfermagem, porque teve essa experiência na enfermagem do CRF e se identificou. No entanto, a falta de alguém que fique com a filha a deixa na dúvida sobre quando irá começar.

#### 2.4.1.5 Catarina

De uma família formada por nove irmãos, Catarina tem 45 anos, mora no bairro do Curió Utinga, é divorciada, possui dois filhos, tem o ensino superior incompleto. Durante a roda de conversa, ela recorda que cresceu no município de Abaetetuba, nordeste do Pará, com seus pais. Relembra que vivia muito bem e brincava em quintais enormes, lamentando que “isso não existe mais aqui em Belém, em lugar nenhum, as pessoas só pensam em construir, construir”. Ela saiu de Abaetetuba porque achava a cidade pequena para os seus sonhos.

Eu achava Abaetetuba “uó”. Era pequeno pros sonhos que eu tinha. Acabei casando com um primo meu, que é funcionário do Banco do Brasil. Saí de lá, foi com 16 anos. Tive meu primeiro filho com 17 anos. Eu vi que aquilo que eu tinha pensado, saí de uma prisão, porque meu pai me prendia muito, pra ir pra outra prisão, eu não gostava dele (ex-marido), ele também não ajudou, me separei dele (Informação verbal)<sup>44</sup>.

Catarina relembra do divórcio do primeiro marido, dos três filhos, sendo que um veio a falecer, da sua vinda pra Belém e dos vários trabalhos que teve até ocorrer o crime. Ela é acusada de mandar assassinar o segundo marido. Catarina foi presa dois anos após ter sido acusada de cometer o crime.

Nesse entorno de me separar eu tive meus dois filhos, o segundo morreu em Marabá, foi o que fez eu vim pra Belém, aí eu tive a minha filha e posteriormente eu me separei em 95 (ano). Muito orgulhosa, eu disse que não queria mais esse meu ex-marido, fui trabalhar numa loja no shopping, depois no Credicard. Depois do Credicard, eu fui representante do Jornal Brasileiro de Medicina, depois disso eu trabalhei na Vila dos Cabanos, eu trabalhei na Transnave, da Transnave eu fui trabalhar na loja do meu irmão em Mocajuba. Nesse intervalo, aconteceu esse problema (crime) e ainda passaram dois anos pra me prenderem (Informação verbal)<sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup> Entrevista concedida por Catarina, 45 anos.

<sup>45</sup> Entrevista concedida por Catarina, 45 anos.

Ela se define como esperta, boa nas palavras e também como vendedora. Afirma que tirou o primeiro lugar no Brasil em vendas de consórcio de motos. Após o crime de que é acusada, ela conheceu um “paraibano” por quem se apaixonou. Como “se achava a vendedora tal”, ela, a princípio, recusou a promoção do emprego, porque queria viver um pouco no município onde estava o homem porque quem se apaixonou.

Aí eu fui vender umas roupas pro gerente da Revemar em Cametá, pro D., ele abriu uma loja lá, como ele viu que eu era muito “boba” como vendedora, ele viu que de “boba” eu não tinha nada, tô falando “boba” pra rir de mim, eu própria me acho uma bênção. Ele pegou, me disse que a calça era mais cara, me deu o cartão e disse: Olha, eu te quero trabalhando comigo, porque eu sei que tu é uma boa vendedora. Eu argumentei de todo jeito com ele. Sou boa nas palavras. Eu peguei fui trabalhar na Revemar. [...] Um tempo depois não quis ficar, eles me chamaram, como eu fiquei em primeiro lugar a nível nacional, porque eu vendi 30 consórcio de motos num ovo que é Mocajuba. Me chamaram pra ir pra Central, que era a inauguração da loja aqui na Padre Eutíquio. Eu apaixonada por um paraibano de olhos azuis, belíssimo, tava na safra da pimenta vendendo confecções, não quis voltar me achando a tal, me demitiram. [...] Na verdade, eu vinha pra Belém, mas eu só queria passar um pouquinho mais lá (Mocajuba). Como eu tava me achando a vendedora tal, não vim, enrolei e eles perceberam e me demitiram. Até hoje eu sou referência lá, aí o pessoal pergunta, ‘poxa ela era tão boa por que demitiram?’ ” (Informação verbal)<sup>46</sup>.

Quando decidiu vir pra Belém, trabalhou vendendo confecções na frente do Banco do Brasil no município de Marituba, Região Metropolitana de Belém. Relata ser uma mulher que não gosta de ficar em casa, que afazeres domésticos têm seu momento, pois o que gosta mesmo é de trabalhar.

Eu ia morrer se eu ficasse sem trabalho, é por isso que isso me assusta e eu falo tanto sobre isso, mas eu vou procurar uma maneira de trabalhar de qualquer jeito quando eu sair, não sei como, mas tu podes ter certeza que eu vou conseguir, eu não sei ficar em casa. Gosto dos afazeres domésticos, mas tudo no seu devido momento (Informação verbal)<sup>47</sup>.

Acusada de assassinar o ex-companheiro, Catarina passou oito anos no cárcere e ao chegar na prisão teve que mudar alguns hábitos, principalmente o modo de falar por conta da discriminação que sofria, era considerada “fresca”. Quando foi presa, ainda namorava com o “Paraibano”, ele que a visitava na prisão, mas ela descobriu que ele a traía.

Eu vivia com uma pessoa, com o paraibano. Ele chegou a me visitar quatro anos, mas no fim eu descobri que ele tinha uma namorada lá na Paraíba. Ele mentia pra mim. Eu descobri e arrasei com ele. Quando eu saí, eu fui buscar

<sup>46</sup> Entrevista concedida por Catarina, 45 anos.

<sup>47</sup> Entrevista concedida por Catarina, 45 anos.



todas as minhas coisas e terminei com ele, mas eu terminei com ele ainda lá dentro mesmo (Informação verbal)<sup>48</sup>.

Aos poucos, Catarina revela que aprendeu a tocar violão para poder sair algumas vezes da prisão e encontrar a filha, pois o grupo se apresentava em outros lugares, o que lhe rendeu muitas remissões, além da oportunidade de compor uma música para o governador do Estado do Pará. Ela também conta como chegou ao projeto “Começar de Novo” e que se apaixonou novamente enquanto cumpria pena ainda no cárcere, desta vez por um policial militar.

Eu fui conhecer o dr. Rendeiro, porque eu não queria que minha filha fosse lá dentro, eu queria me encontrar com ela lá fora. Eu disse: vou ter que aprender a tocar esse violão na braba. Eu fui pro projeto lá dentro “Do ré mi faz melhor” por conta das saídas pra encontrar minha filha lá fora, porque eu ia com a assistente social, ela ligava e informava onde eu estava, onde eu ia cantar. Eu fiz coral, quatro anos de coral que me rendeu muitas remissões. Três anos de violão. Eu sei tocar. Cheguei a compor uma música que eu dei pro dr. Jatene, chama “Coração de Simão”, tá no YouTube e daí, pelo comportamento, o dr. Cláudio conseguiu trabalho pra mim no Correio e depois do Correio tô aqui firme e forte, mas passei o caramba lá dentro do presídio (Informação verbal)<sup>49</sup>.

Catarina relembra com entusiasmo os desafios e os benefícios que o violão lhe trouxe. Nesse momento, também volta a lembrar das coisas ruins que viveu na prisão, entre elas a resistência às drogas e à homossexualidade.

Eu aprendi coisas que eu nem imaginava que eu poderia, eu aprendi a tocar violão. Tocar violão é que nem andar de bicicleta, depois que tu faz a primeira vez, tu vais saber sempre, é só tu continuar praticando, as notas nenhuma eu esqueci. O Negócio é o ataque, tu bater, que fala ataque. É isso. É uma mistura de muita coisa. [...] Eu desviei meus pensamentos. Me ofereceram tudo que não presta, droga, sabão, é mulher com mulher, o cacete lá dentro. Nunca vi tanta coisa que não presta lá dentro, Nara (pesquisadora). Eu me desvencilhei de tudo isso (Informação verbal)<sup>50</sup>.

Outra lembrança que pareceu muito forte na memória de Catarina foi o castigo que recebeu por jogar as coisas de outra presa para a fora da cela. Nesse momento ela relembra que não admitia violência, porque apanhava muito do ex-marido, o qual ela é acusada de ter mandado matar.

Ela (diretora) me mandou pro seguro como castigo, porque tinha uma safada lá que ia falar o que devia e o que não devia. A gente jogou as coisas dela de dentro da cela, porque também ela bateu, eu acho que quem está preso lá, aquela K. C., aquela que matou aquela moça lá, ela matou, ela vai pagar não

<sup>48</sup> Entrevista concedida por Catarina, 45 anos.

<sup>49</sup> Entrevista concedida por Catarina, 45 anos.

<sup>50</sup> Entrevista concedida por Catarina, 45 anos.

sou eu que sou mãe de ninguém pra ficar batendo nos outros na cadeia, e essa mulher deu um tampão na menina que a menina rebolou da cama e eu sou contra isso. Quando essa chegou lá todo mundo queria espezinhar a mulher. Eu disse: Olha, quem tem que julgar é Deus, não somos nós, eu sei que tem coisas bárbaras, mas eu nunca quis ser mãe de ninguém em cadeia, não, e eu fiquei com raiva disso, porque eu acho que de tanto que o outro me bateu lá que eu fiquei revoltada, eu não aceito isso. Eu não aceito ninguém tá batendo em ninguém. [...] Eu fiquei com raiva dessa velha safada e a gente jogou, eu e as outras jogamos as coisas dela lá de dentro da cela, aí a doutora me mandou pra lá (castigo). Mas, meu amor, ela me mandou, mas Deus me abençoou. Três meses depois, Deus fez um milagre tremendo na minha vida. Eu saí antes com a ajuda daquele lá de cima. Deus ele trabalhou em outras pessoas. Eu vou te falar, isso aí é um testemunho. Deus é maravilhoso na minha vida. Eu preguei por um ano no contêiner (Informação verbal)<sup>51</sup>.

É claro que uma instituição cuja finalidade está em punir, não estabelece espaços de conversa e escuta ativa, limitando-se ao reconhecimento do outro como parte integrante de um processo de renovação, o que abre espaço para um local de ódio, onde não se escuta e não se tem o direito de ser expressão.

Quando Catarina bate na “colega” porque “ela ia falar o que devia e o que não devia”, isso mostra também o cerceamento entre elas próprias, isto é, o ato de não reconhecer o estar com o outro para a transformação dele, acaba se perdendo a noção do que Freire defende: “os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 39). Estamos diante de um contexto de silenciamento que é não só da prisão sob os sujeitos, mas dos próprios sujeitos entre si.

Retomando a história de Catarina, quando perguntamos em que momento da sua vida se deu o crime, ela não teve problemas em falar, mas se tivéssemos observado algum constrangimento, teríamos mudado a pergunta. Com ela ficou à vontade, prosseguiu dizendo que:

Fiquei com esse rapaz três anos e três meses. Dois anos e três meses apanhando. No início, eu gostava dele. Ele era um bom companheiro, depois eu acho que ele usava droga. Isso é um câncer, a pior doença que tem é essa droga. Ele era muito agressivo. Eu fazia de tudo, ajudava ele, mas eu não prestava. Tô te falando. Se eu fosse errada eu te falava, porque não sou mulher de meias palavras. Eu ajudava muito ele. Por tudo ele me batia. Quando os negócios dele davam errado ele me batia. Tanto que a mãe dele não teve dúvida de achar que era eu, porque um mês antes ele me bateu e eu disse que eu não gostava de dinheiro, se eu gostasse de dinheiro, eu não estaria com ele. O Superintendente das Docas queria que eu ficasse com ele, mas eu não fiquei, por amor eu fiquei com o outro lá pra apanhar depois, porque eu não sabia que ele era o demônio, o capeta [risos] (Informação verbal)<sup>52</sup>.

<sup>51</sup> Entrevista concedida por Catarina, 45 anos.

<sup>52</sup> Entrevista concedida por Catarina, 45 anos.

Após relatar esse momento da sua vida, Catarina pergunta à pesquisadora: “Tu tens filho? Se tu visse alguém maltratando o teu filho tu ia tirar a alma dele com a tua boca, com os dentes, entendeu? ”. Nesse momento, ela afirma se sentir culpada por não ter evitado a morte do ex-companheiro.

Catarina relata que o ex-companheiro batia muito nela, o que chamou a atenção do irmão, que já era envolvido com o tráfico de drogas, e decidiu mandar assassinar o cunhado. Ao falar da violência que sofria, ela muda o sentimento de culpa e diz que se soubesse que o irmão mataria o ex-companheiro também não o avisaria. Percebemos o misto de sentimentos que envolvem Catarina ao falar do ocorrido.

O pior que o meu caso, eu sabia que eles iam pegar ele (ex- companheiro), e também na verdade eu me sinto culpada, eu me sinto. Tipo assim, eu poderia ter evitado, largado ele, eu me sinto culpada. Mas de falarem que eu mandei matar, eu não mandei. Fui sentenciada, eu não mandei. [...] Meu irmão não foi preso, na verdade ele foi absolvido. O rapaz, o traficante pegou a mesma sentença que eu, e o que atirou está foragido. Na realidade eu nem sei se foi ele, porque eu não vi. Eu estava lá, mas eu não vi. [...] Meu ex-marido me batia muito. Meu irmão era envolvido com droga. Quando foi um dia, meu irmão soube que ele tinha me batido, eu tava toda roxa. Aí, meu irmão disse: é esse safado gosta de bater em mulher, tá bom, amanhã ele vai ter a dele. Simplesmente meu irmão não me falou nada. Eu com raiva também não falei nada. Não quis saber e se ele tivesse me falado, vou te ser sincera, se ele tivesse me falado também eu não tinha feito nada. Eu vivia apanhando dele (ex-marido). Eu não sou hipócrita. Eu passei na penitenciária oito anos, não sou hipócrita (Informação verbal)<sup>53</sup>.

Vivendo com uma renda de um salário mínimo vinda do projeto, ela aguarda a decisão judicial para a venda casa que construiu junto com o primeiro marido, de quem já é divorciada. Ela explica que a filha mora com o pai, mas é revoltada com ela por conta de Catarina estar reivindicando os direitos sobre a casa. “Minha filha é revoltada comigo, mora com o pai. Eles estão com raiva de mim por conta dessa casa, mas eu preciso da casa. Meu filho já está casado. A casa é independente, são dois andares”. Catarina afirma que depende do dinheiro do imóvel para pagar os estudos e voltar a fazer a faculdade de Pedagogia.

A convivência conflituosa de Catarina na prisão e fora dela não é diferente das outras mulheres desta pesquisa – uma sociabilidade de conflitos, entre dominação e resistência às normas de controle, ao machismo, à violência psicológica, moral, simbólica, que apesar disso as faz seguir enfrentando o preconceito.

---

<sup>53</sup> Entrevista concedida por Catarina, 45 anos.

Assim, apresentamos cinco histórias de vida de cinco mulheres que cumprem pena em prisão domiciliar. São histórias de mulheres que buscam retomar suas vidas após a experiência da prisão, que para elas deixou marcas, mas também aprendizado.

Percebemos que é necessário entender o trajeto de cada mulher para assim avançamos no entendimento sobre os contextos das acusações do cometimento do crime e no entendimento da sociabilidade comunicativa vivenciada por elas. Não estamos querendo justificar o delito, mas entender, por meio de suas histórias, as possíveis circunstâncias que as levaram a esse caminho, levando sempre em conta a comunicação que se cruza e se manifesta nessas trajetórias.

De tal modo, para apreender ainda mais essa realidade vivida por essas mulheres, faz-se necessário discutir a história das prisões femininas no Brasil e no Pará para entendemos como as mulheres tiveram ao longo da história carcerária sua voz silenciada por um sistema de exclusão e invisibilidade.

### 3 CÁRCERE E AS INTERSEÇÕES COM O GÊNERO E OS PROCESSOS COMUNICATIVOS

Antes de avançarmos na análise das falas das mulheres que cumprem pena em prisão domiciliar participantes desta pesquisa é necessário conhecermos um pouco do contexto histórico das penitenciárias femininas no Brasil desde a criação do primeiro cárcere feminino, que passa pelas discussões de gênero e classe, e como esses fatores foram atravessados pelo contexto de comunicação numa perspectiva de construção desses sujeitos. Esse contexto torna-se relevante, pois a partir deles, podemos também compreender melhor a história de vida de cada uma das mulheres que fazem parte dessa pesquisa.

#### 3.1 NASCIMENTO DA PRISÃO FEMININA E AS INTERAÇÕES E NÃO INTERAÇÕES COMUNICATIVAS

Escrever sobre o nascimento da prisão no Brasil, necessariamente, nos remete à nossa história de colonização portuguesa. Dessa maneira, desde o início do século XVII a legislação responsável pelas práticas punitivas na colônia eram as Ordenações Filipinas<sup>54</sup>. Assim, como forma de punição, os Portugueses trouxeram para o Brasil-colônia pessoas expulsas de Portugal por infringirem as normas jurídicas (SOARES E IIGENFRITZ, 2002).

Essa legislação também alcançava as mulheres<sup>55</sup>, que eram trazidas para serem punidas por serem amantes de indivíduos ligados à igreja, aquelas que eram consideradas “alcoviteitas”, as que se fingissem de “prenhas” ou que atribuíssem parto alheio como seu, mas nesse período, não há relatos dos espaços em que essas mulheres eram abrigadas (SOARES E IIGENFRITZ, 2002).

Já no século XIX, o Conselho Penitenciário do Distrito Federal aponta os primeiros registros de uma penitenciária no Brasil, que era uma prisão exclusiva para escravos, onde também ficavam as mulheres. Segundo registro da Casa de Correção da Corte, no período de 1869 a 1870, cerca de 180 mulheres escravas passaram pelo cárcere, das quais 16 faleceram pelos castigos impostos pelos seus “senhores”. Nesse período, as escravas eram “misturadas em geral com criminosos de outro sexo e com os próprios escravos, não demoravam a serem reduzidas à mais lamentável miséria física e moral” (SOARES E IIGENFRITZ, 2002, 53).

---

<sup>54</sup> Sistema jurídico de Portugal que vigorou durante todo o período do Brasil-Colônia. Foi elaborado durante o reinado de Filipe I, em 1595, mas entraram efetivamente em vigor em 1603, no período de governo de Filipe II.

<sup>55</sup> As autoras não esclarecem sobre os espaços em que essas mulheres ficavam.

Atualmente, o perfil de mais da metade das mulheres presas nos cárceres do Brasil é negra, o que não é diferente do perfil das mulheres desta pesquisa. Portanto, o surgimento da prisão tem suas raízes históricas na exclusão, na violência, no patriarcado, na falta de reconhecimento do outro como ser humano dotado da capacidade dialógica e de participação no meio em que vive, conforme nos ensina Freire (1983).

Assim, até o ano de 1940 não havia nenhuma norma ou regulamento que determinasse a separação de homens e mulheres nas prisões. Essa decisão ficava a critério das autoridades responsáveis pela prisão das mulheres, segundo a historiadora Ângela Artur (2011).

A atenção para esse descaso só veio em 1940 com a publicação pelo governo do Código Penal que decretava a separação física entre homens e mulheres no interior das unidades prisionais. De acordo com Artur (2011), os códigos anteriores mencionavam apenas os castigos corporais e especificavam quais crimes deveriam ser punidos e como seria a punição.

Dentro desse contexto, a situação da mulher presa não era vista como um problema de ordem pública pelos poderes executivo, legislativo e judiciário, uma vez que o número de mulheres presas condenadas nesse período era pequeno (em número de sete), por isso, na visão do estado, não havia a necessidade de direcionar recursos para a construção de um presídio exclusivamente feminino, afastado do presídio masculino, além de ser considerado dispendioso e de difícil manutenção.

Então pelo pequeno número de mulheres presas em comparação a quantidade de homens presos, as discussões para a criação de um presídio específico de mulheres não era prioridade. Quando a necessidade da construção de um presídio feminino veio à tona, não foi com a intenção de garantir a integridade física delas, mas sim para acalmar os homens, uma vez que a presença feminina nos presídios masculinos causava descontrole nos presos, o que ocasionava transtorno, indisciplina e intranquilidade, logo a prioridade era controlar os homens (ARTUR, 2011).

Também não era levado em consideração que a construção de uma prisão de mulheres precisava de políticas públicas que não dependia apenas do quantitativo de mulheres, mas de outras motivações, como olhar a mulher com todas as suas peculiaridades. Essa problemática até os dias atuais não é observada, podemos constatar nos relatos de Queiroz (2015).

A maioria das detentas grávidas já chega grávida na cadeia. Algumas, já no fim da gestação, nunca passaram por um obstetra, pois eram pobres e desinformadas demais. Como em todo o país só existem 39 unidades de saúde e 288 leitos para gestantes e lactantes privadas de liberdade, na maioria dos presídios e cadeias públicas, elas ficam misturadas com a

população carcerária e, quando chega a hora do parto, geralmente alguém leva para o hospital. Já nasceu muita criança dentro do presídio porque a viatura não chegou a tempo, ou porque a polícia se recusou a levar a gestante ao hospital, já que provavelmente não acreditou — ou não se importou — que ela estava com as dores de parto. Na hora de ir pro quarto tem que ficar algemada. Pra amamentar você vai até o berçário (QUEIROZ, 2015, 42-43).

Segundo Queiroz (2005), somente em 28 de maio de 2009 foi sancionada a lei que assegurava às presidiárias o direito de um período de amamentação de no mínimo seis meses e cuidados médicos aos bebês e a elas. No entanto, a lei não foi acompanhada de meios para seu cumprimento. Há apenas 60 berçários em todo o Sistema Penal Brasileiro, o que não atende a todas as lactantes. Logo, o benefício não é estendido a todas as mulheres.

Nos locais em que não há berçário, os bebês precisam se submeter às mesmas condições precárias da mãe. Por isso, nem todas conseguem completar os seis meses de direito para amamentar. Quando isso ocorre, elas precisam dar o filho para o pai, um parente ou entregar para um abrigo. No Pará, a primeira unidade materno-infantil só foi inaugurada em março de 2013, sendo a única do Norte do país.

De igual modo, no Brasil, existem, ao todo, 1.424 unidades prisionais. Desse total, apenas 7%, ou seja, 103 são destinadas às mulheres. O mais grave é que existem ainda 238 prisões mistas no país, que são destinadas a homens e mulheres ao mesmo tempo. A maior parte dos estabelecimentos, ainda é voltada ao público masculino, esquecendo-se das particularidades da mulher. No Pará, não é diferente. Existe apenas uma prisão para mulheres em todo o Estado, três unidades mistas, e 37 destinadas aos homens (INFOPEN, 2014).

Retornando ao contexto histórico de criação da primeira penitenciária feminino no Brasil, após vários debates liderados por homens aquela foi criada no estado de São Paulo, em 23 de julho de 1942, para abrigar somente presas condenadas. Assim sendo, a criação de um presídio só para as mulheres destinava-se antes garantir a paz e a tranquilidade desejada nas prisões masculinas, do que propriamente a dar mais agilidade às acomodações carcerárias, além de garantir mais um recurso punitivo por meio da privação da liberdade ((SOARES e IIGENFRITZ, 2002)

Consequentemente, o presídio de mulheres se limitou a ser um espaço físico para abrigar as condenadas, sem planejamento e recursos necessários para uma custódia adequada que contemplassem as ações de direcionadas para o gênero, educação, trabalho, família, filhos. Aquelas que ainda não haviam sido condenadas continuaram espalhadas pelas cadeias públicas masculinas e delegacias do estado.

Segundo Artur (2011, p. 55) o interesse pela institucionalização das mulheres condenadas era comum, no entanto “a forma de execução, seu ônus econômico e seu retorno social geravam várias divergências”, pois para algumas autoridades “a pequena quantidade de mulheres condenadas inviabilizava o estabelecimento de diretrizes nacionais, que onerariam os custos em tal empreendimento”.

Mesmo diante das divergências, a primeira penitenciária feminina foi inaugurada. Assim, as discussões já não eram mais a quantidade de mulheres que iriam para o estabelecimento, mas sim quem executaria a tarefa de gerir a unidade. De acordo com Artur (2011), a primeira condição era que fossem mulheres que tivessem o mínimo de habilidade para lidar com mulheres infratoras, que seriam responsáveis pelas atividades internas do presídio.

Entre as discussões políticas e administrativas do estado de São Paulo, segundo a autora, foi aprovado um decreto lei que determinava que o presídio de mulheres fosse administrado por freiras católicas, a exemplo da “Penitenciária de Mujeres” de Alcalá de Henares da Espanha e da França, considerados pelo estado de São Paulo exemplos de modelos de gestão de penitenciária feminina, cuja lógica da gestão reproduzia o trabalho doméstico, reforçando papéis sociais entre homens e mulheres (ARTUR, 2011).

Destarte, o quadro de pessoal do cárcere feminino para o trato com as presas e a gestão da unidade foi constituído pelas “Irmãs da Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor de Angers” e de uma professora de educação moral e cívica, que também era uma freira da mesma Congregação (ARTUR, 2011).

A justificativa para a contratação das freiras católicas do Bom Pastor Angers era a de que elas exerceriam uma “maior influência sobre a regeneração das condenadas cumprindo dois papéis simultaneamente: aquele responsável por dar nova forma, moral e religiosa, às condenadas; e servir como a própria medida daquilo que ora se moldava” (ARTUR, 2011, p. 60), uma vez que esta congregação já exercia influência em prisões de mulheres e reformatório de meninas órfãs na América latina desde 1880.

É importante destacar que as freiras também estão num processo de dominação e, conseqüentemente, de aprisionamento pelas normas do convento da qual vieram e da própria sociedade, porque também são mulheres. Assim, aceitar a missão de regenerar mulheres para o lar é também não se ver parte de uma relação de poder, muito menos de reconhecimento do outro também em quanto mulher, negando autonomia dos sujeitos, simplesmente porque a relação é pautada na transmissão de informações, sem proporcionar um ambiente de compartilhamento e participação dos sujeitos (FREIRE, 1983).



Para o Estado talvez contratar freiras facilitasse o diálogo entre as mulheres para um maior controle, no entanto, a facilidade desta comunicação se dá na medida em que se diminuem as diferenças, que eu olho o outro sem superioridade e estabelecimento com ele reciprocidade e compreensão num ambiente de interação (SIMMEL, 2006), o que não era o caso do objetivo das freiras, muito menos da prisão.

A instituição penitenciária que há pouco fora criada a partir de toda uma mobilização de recursos – legais, humanos, financeiros, materiais – estatais, com vistas a atender uma certa demanda de interesses foi efetivamente entregue à administração das freiras católicas. O estabelecimento da ordem e da disciplina no interior do presídio já não era mais da alçada do Estado, que abriu mão, inclusive, de definir em contrato que tipo de ordem e disciplina deveriam ser mantidas no interior da instituição. E, até aqui, não há indícios de que tal prática não seja interessante do ponto de vista político. Os agentes públicos vinculados às diferentes instâncias que compunham o Estado – legislativo, executivo e judiciário – se mostraram bastante satisfeitos com o currículo da Congregação e receptivos à sua participação nesse braço mais executivo do judiciário (a administração prisional) (ARTUR, 2011, p. 63).

Observamos, então, a condição de subalternidade com que a mulher também é levada para as prisões, pois é necessário continuar domesticando essa mulher e assim impedi-la de sua liberdade e capacidade de luta por seus direitos até mesmo nesses espaços. Logo, nada mais coerente para esses objetivos do que contratar mulheres e assim exercer sutilmente sobre o corpo o controle e a obediência, discussão que iremos abordar no próximo subtópico.

Um exemplo disso foi a arquitetura da prisão feminina, que foi construída nos “terrenos da moderna prisão modelo que era o Carandiru, na capital de São Paulo. O local onde foi instalado o presídio feminino era uma casa, até 1941 era a residência dos diretores da Penitenciária do Estado. O prédio fora projetado para servir de moradia e não como instrumento de punição” (ARTUR, 2011, p.91).

O fato de o presídio ser uma casa alcançava o objetivo do projeto ideológico do estado em relação à penitenciária feminina. Pois, segundo a pesquisa dos discursos políticos da época feita por Artur (2011, p. 91), “as mulheres deveriam ser readaptadas ao seu habitat e para isso foram enclausuradas numa casa, porque a casa era habitat das mulheres e que é para lá que elas devem ir [voltar] [re] adaptadas”. O investimento público que ora se fazia estava voltado à manutenção de certo grupo de mulheres no seu devido lugar social – a casa.

A readaptação das mulheres delinquentes possui aspectos diversos da dos homens. Estes atuam em maior parte no meio coletivo, agindo e reagindo em grande cenário. A medicação moral que mais os beneficia é a que com maior presteza os pode aparelhar para essa realidade inegável. É então, isolamento

celular estritamente necessário, em parcimônia rigorosa; depois, vida social abundante, nos estágios subsequentes da pena. E tudo, ao influxo de largos sentimentos de humanidade, que revigora e enrijece propósitos. As mulheres, mau grado o avanço contemporâneo dos seus costumes, ainda tem vida social diversa da dos homens. Seu meio habitual é o lar. Agem como donas de casa ou suas colaboradoras, quando empregadas. Nessas condições, a reconstituição moral das mulheres, segregadas pelo crime, precisa ajeitá-las para a volta ao lar, do qual se hajam afastado, ou que nunca tiveram ou jamais conheceram, -múltiplas podem ter sido as vicissitudes dolorosas de sua triste condição que o estudo da étio-patogenia do crime revela. [...] O ambiente em que a personalidade das detentas vai ser refeita, é a antiga residência dos diretores da Penitenciária. Habitaram aqui duas respeitáveis famílias de nossa Sociedade, modelos de harmonia, equilíbrio e benemerências. Não vinca, pois, estas paredes, o estigma original de uma velha prisão, mas recendem elas ainda ao doce perfume da felicidade, que aqui foi vivida. É auspicioso estímulo, convireis, para o novo lar que ora surge. (FRAVERO, 1942 apud ARTUR, 2011, P. 88)

Como em sua maioria as mulheres presas eram as prostitutas, “vadias”, embriagadas, estas eram consideradas “pecaminosas”, logo teria que haver regras para educá-las de acordo com os bons costumes que uma mulher deveria aprender. Então, para transformar essas mulheres em pessoas dóceis e “convertê-las em caridosas beatas, voltadas às prendas do lar, aos cuidados com os filhos, à sexualidade educada para a procriação e à satisfação do marido, nada melhor que invocar os ensinamentos religiosos para auxiliar nessa tarefa” (SOARES E IIGENFRITZ, 2002, P. 37).

Queiroz (2015, p 73) também relata que presídio feminino foi destinado às moradoras de rua e mulheres “desajustadas”. Naquela época, “desajustadas” poderia significar uma série de coisas como “mulheres “metidas a ter opinião”, ou seja, as mulheres não tinham autonomia para se expressar livremente; moças que se recusavam a casar com os pretendentes escolhidos pelos pais ou até “encalhadas” que, por falta de destreza nas tarefas do lar, tinham dificuldades em arrumar marido”. Portanto, no presídio aprenderiam a bordar, cozinhar para depois voltarem para os lares.

Havia um consenso social de que essas mulheres estavam cometendo crime porque não estavam cumprindo com a sua função no lar, o que torna mais difícil ainda uma mudança dos papéis sociais de gênero. Logo, a punição e/ou recuperação das mulheres era para que elas retornassem aos seus lares para a realização das atividades domésticas.

Nos instantes em que delineávamos esta prisão, dizia S. Excia. que a mesma seria dirigida, para seu maior jubilo, pelas irmãs do Bom Pastor, mulheres distanciadadas doutras e do artificialismo mundano, as quais vivem com Deus e para Deus, tendo nas mãos o crucifixo que salva e abençoa, movidas pela bem, serenas e justas, como lhes impõem a santidade de sua vida (MEYER, 1942, p. 335 apud ARTUR, 2017, p. 153).

Dessa maneira, desde o início a mulher presa não foi respeitada nas suas escolhas e no seu processo de sociabilidade, por não ter sido estabelecido um diálogo horizontal em que ela pudesse falar do seu desejo ou não as tarefas do lar. Sua voz era substituída pela voz do patriarcado e a submissão efetivada e controlada pelas freiras, as quais o Estado delegou a domesticação (FOUCAULT, 2012).

Até a vigilância externa do presídio de mulheres era de reponsabilidade das religiosas. Assim, o estado apenas recebia por escrito as ocorrências internas, isto é, não acompanhava de perto o processo de encarceramento. “O Departamento de Presídios agia mais como um mantenedor e regulador básico de uma instituição cuja existência era de seu interesse, mas seu funcionamento poderia ser relegado a terceiros sem qualquer prejuízo a esses interesses” (ARTUR, 2011, p. 64).

A essa regulamentação Foucault (2012, p.21) chama de “poder disciplinar”, como já ressaltado, pois se trata de uma técnica, um mecanismo que “permite o controle minucioso das operações do corpo”, uma vez que produz comportamentos de maneira a fabricar um indivíduo necessário para a manutenção e funcionamento da sociedade capitalista, afinal “o corpo só se torna força de trabalho quando trabalhado pelo sistema político de dominação característico do poder disciplinar” (FOUCAULT, 2012, P.22).

Ao longo da história, as prisões de mulheres sempre passaram pela problematização apenas do quantitativo, não pelas suas particularidades: mulheres, grávidas, lactantes, mães, filhos dessas mulheres, identidade de gênero, história de vida, vulnerabilidade, invisibilidade.

Por isso que não se pode pensar em mulheres sem uma definição mais precisa das condições sociais, econômicas, raciais, religiosas, políticas e culturais, porque ser mulher não corresponde a uma “categoria universal e a-histórica”. Além disso, não pode ser definida e pesquisada isoladamente de sua relação com a categoria histórica “homens”, nem vice-versa (PERROT, 1992).

Ainda nesse contexto de nascimento das prisões, partimos para a origem do Centro de Reeducação Feminino do Pará (CRF), que, assim como a primeira penitenciária do Brasil, também enfrentou muitos problemas estruturais e políticos. Como dito anteriormente, o CRF é a primeira e a única penitenciária feminina do Estado e teve sua história iniciada a partir do ano de 1977, com a construção da então penitenciária masculina “Fernando Guillhon”, localizada no distrito de Americano, município de Santa Isabel/PA, com a viabilização de apenas uma ala feminina (SANTANA, 2012).

A denominação de Centro de Recuperação Feminino-CRF só veio 16 anos depois de criada a primeira ala feminina em um presídio masculino, por meio de uma lei que criou a Estrutura Organizacional do Sistema Penal do Estado do Pará. De acordo com o levantamento histórico feito por Santana (2012), no ano de 1996, por conta do aumento do número de mulheres presas, foi criado um anexo à penitenciária masculina para abrigar a população carcerária feminina.

Mas, com a rebelião que ocorreu no ano de 1998 na penitenciária “Fernando Guilhon”, as mulheres foram transferidas para a colônia agrícola Heleno Fragoso, também localizada no município de Santa Isabel, onde ficariam por três meses. O detalhe é que a Colônia também era destinada somente para presos. Sem ter condições de continuar em tal local, posteriormente, as mulheres presas foram alojadas no prédio da antiga Divisão de Vigilância Geral – DVG, depois conhecida como Divisão de Furtos e Roubos da Polícia Civil– DRF.

Ainda em julho de 1998, o Sistema Penitenciário do Pará sediou um prédio no município de Marituba para abrigar as mulheres que não poderiam continuar em celas da Polícia Civil. Diante de muitas idas e vindas, em 11 de junho de 2001, mais uma vez o CRF foi transferido, instalando-se no atual prédio que fica localizado na rodovia BR 316, km 03, Alameda do Caixaparah, Pass: Jardim Estrela s/n, bairro do Coqueiro, município de Ananindeua/PA, onde permanece até a presente data. Na época, a unidade tinha os fundos para o Centro de Recuperação de Ananindeua – CRAN, também masculino, porém hoje já desativado.

Dando seguimento, o número de presas provisórias, ou seja, aquelas que aguardam julgamento foram crescendo, pois o sistema judicial não é tão rápido para julgar os processos, e para dar um lugar para essa mulher. Diante desse crescimento, em abril de 2004, o antigo CRAN foi adaptado para prisão tipo contêiner e recebeu 48 mulheres. Por ter estrutura de ferro, esse tipo de prisão foi muito criticado por não ser adequado ao clima quente e úmido do Pará, mas era a solução que as autoridades penitenciárias encontraram na época para o grande número de mulheres presas.

O CRF não é diferente das outras casas penais do país em déficit de vagas. Em vista disso, a adaptação e o remanejamento de presas são as soluções mais comuns para amenizar o problema (SANTANA, 2012). Atualmente, o CRF faz a custódia de aproximadamente 800 (oitocentas) mulheres<sup>56</sup>. Desse total, 420 (quatrocentos e vinte) cumprem pena em regime

---

<sup>56</sup> Relatório Susipe em Números do ano de 2018.

fechado<sup>57</sup> e 120 (cento e vinte) no regime semiaberto. Cerca de 80% das prisões são por tráfico de drogas. Como podemos perceber desde o início da prisão feminina do Pará, em nada difere do início da prisão feminina no Brasil, a grande preocupação sempre foi o quantitativo de mulheres e a dificuldade em saber lidar com as sentenciadas e provisórias, pois a lei estabelece o tratamento diferenciado.

Nessa direção, nunca houve um espaço de diálogo para saber o que realmente elas precisavam, dar a elas a oportunidade de contar a sua história e assim viabilizar outras formas de cumprir esse “castigo”. Nesse contexto, o pensamento patriarcal mais uma vez prevaleceu ao reduzi-las a números e a garantia de separação dos homens com o objetivo de tranquilizá-los. São várias prisões impostas a esta mulher, sendo a mais terrível a que é posta pelos discursos hegemônicos de dominação.

Assim, a falta de diálogo torna invisíveis os sujeitos, à medida que são limitadas as suas formas de participação social. No entanto, nessa relação de poder essa mulher encontra outros caminhos e maneiras para enfrentar esse sistema que na sua essência é dominador e alienante.

Diante desse contexto, o tratamento de gênero dentro das prisões ainda não é visto como prioridade e importância. O próprio documento oficial do estado reduz a questão de gênero à apresentação de números de presas, vagas, unidades, taxa de prisão, lotação, entre outros dados numéricos (INFOPEN, 2016).

Quando partimos para uma análise de grupos específicos, como lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros – LGBT Vimos que apenas 14% das prisões do Brasil têm celas específicas para eles, isso é considerado grave por Queiroz (2015) uma vez que:

O sistema carcerário brasileiro comete graves erros ao colocar homens trans em presídios femininos e mulheres trans em presídios masculinos, desrespeitando seus direitos à identidade sexual e sujeitando-os a situações de assédio, prostituição e até estupro. A avaliação de para onde mandar cada preso é feita com base na conferência do órgão genital, mesmo que a medicina e o Estado já reconheçam que há muitos mais fatores que determinam nossa sexualidade do que um pênis ou uma vagina (QUEIROZ, 2015, p. 141).

---

<sup>57</sup> As internas sentenciadas cumprem a pena em regime fechado ou semiaberto. O regime fechado requer o cumprimento em estabelecimento de segurança máxima ou média. Já o semiaberto, pode ser uma progressão do fechado, e deve ser cumprido em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

Um exemplo desse tipo de descaso que leva a uma série de violência foi relatado por uma das mulheres dessa pesquisa – a Rafaela, uma travesti<sup>58</sup> que foi colocada em celas com homens, porque não consideraram a identidade de gênero dela.

Fui pro masculino (presídio). Quando cheguei lá fiquei muito assombrada, demais! Porque ali, nossa, minha amiga do céu, tu vê cada rosto. Eu fiquei com os homens. Logo quando a gente chega passa por uma triagem de 10 dias. Depois desses 10 dias, eles te jogam pro bloco onde ficam os pessoal (outros presos) (Informação verbal)<sup>59</sup>.

Logo no início quando cheguei fiquei com 14 internos, mas tinha um que atentava a minha vida. Quando eu ia me deitar ele pegava o lençol e fazia um nó na rede e ficava me apertando. Aí um funcionário viu e disse: deixa o menino em paz. Aí eles (os internos) falaram: nós estamos só zoando ele, não estamos fazendo nada de maldade (Informação verbal)<sup>60</sup>.

Eu não sofri muito lá dentro assim nessas partes, eu não sei se pelo fato de eu ser uma pessoa assim que onde eu chego eu sei conquistar as pessoas, mas sempre tinha: ah, um viado no meio da gente. Sempre eles falavam assim (Informação verbal)<sup>61</sup>

No relato de Rafaela observamos um tensionamento nas relações no cárcere. Ao mesmo tempo em que caçoam dela por ser travesti e a chamam de “Viado”, isso a afeta, mas ela mantém o jeito de saber conquistar as pessoas, percebendo que a grosseria ou exaltação seria muito mais prejudicial para sua integridade. Então, aqui a resistência se dá também no silêncio pela adaptação ao lugar para sobreviver e à forma de interagir e dialogar com as pessoas, porém sem mudar o posicionamento em relação à sua orientação sexual.

Diante desse fato, notamos que a homossexualidade, assim como a sexualidade dentro das prisões ainda é vista com muito preconceito e “hipocrisia”, pois é reprimida e ignorada como manifestação natural do ser humano. “Esta realidade faz com que a sexualidade, principalmente cuja população a maioria é jovem, se manifeste das maneiras mais contraditórias e criativas, acobertadas por falsos moralismos e formas veladas” (SOARES, IIGENFRITZ, 2002, p. 43),

Em relação à homossexualidade nos presídios, Queiroz (2015) relata que o preconceito é tão institucionalizado quanto as normas de controle e punição estabelecidas. Partindo desse exposto, observamos que o problema de gênero nunca foi e ainda não é prioridade para os sistemas penitenciários do Brasil.

<sup>58</sup> Estamos chamando Rafaela assim, porque é a forma como ela se identifica.

<sup>59</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

<sup>60</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

<sup>61</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos

As prisões historicamente foram feitas para homens. Quando decidiram criar as prisões de mulheres foi com foco de recuperar para o retorno à domesticação dos lares e não para punir pelo crime, o que levava as prisões a oferecerem trabalhos de cunho doméstico nas ações para “recuperação” que tinha também como finalidade diminuir as tentações sexuais, uma vez que se acreditava que a sexualidade estaria na raiz da criminalidade feminina (DAVIS, 2018).

Nesse sentido, Davis (2018) afirma que as prisões femininas se tornaram ainda mais invisível que as masculinas, pois “essa invisibilidade era um reflexo tanto da forma como os deveres domésticos das mulheres eram encarados pelo patriarcado como algo normal, natural e conseqüentemente invisível” (DAVIS, 2018, p.77)

Frente à repressão da sexualidade feminina nas prisões e o silenciamento dessa mulher, surgiram movimentos feministas nas prisões reivindicando a igualdade de gênero, o que mais uma vez foi distorcido, pois, segundo Davis (2018), essa abordagem foi aplicada de forma acrítica resultando em ações mais repressivas às mulheres, com a finalidade de tornar as instalações femininas “iguais” as masculinas. Na visão de Davis (2018, p.81), “uma versão mais produtiva do feminismo também questionaria a organização da prisão estatal para os homens”, ou seja, as prisões não têm a função de “ressocializar” ou “recuperar alguém”.

Para Davis (2018), à medida que aumentou o nível de repressão nas prisões femininas, as tarefas direcionadas às atividades domésticas diminuíram, porém vem à tona o abuso sexual que se tornou um componente institucionalizado, o que mostra mais uma face da punição privativa das mulheres – o da violência doméstica nas prisões, considerando “a continuidade de tratamento que recebem do mundo livre para as prisões” (DAVIS, 2018, p. 86)

Assim, os discursos e ideologias de dominação afetam o estar com o outro e para o outro, conforme coloca Simmel, criando uma sociabilidade limitada, tensionando dessa forma as relações de poder no cárcere e fora dele. Percebe-se que a maior parte do processo de mudanças nas prisões silencia as pessoas presas, pois quase tudo é impositivo, e se dá sem a participação delas, sem o entendimento mútuo.

### 3.2 GÊNERO, CLASSE E RAÇA: MECANISMOS DE CONTROLE PARA O APRISIONAMENTO

Diante da história das prisões femininas, não podemos negar que elas nasceram sob a ideologia machista e preconceituosa. Ao relatar a história da escravidão de mulheres no

mundo, a filósofa Angela Davis (2016) denuncia o encarceramento da mulher negra como um mecanismo de controle e dominação vinda do racismo das sociedades escravocratas. Ela afirma que é impossível pensar num projeto de nação sem considerar a intersecção entre raça, classe e gênero para um novo projeto de sociedade.

Davis (2016) considera que não há como hierarquizar os sistemas de opressões, pois a raça e o gênero informam a classe a qual o indivíduo está inserido. Essa realidade pode ser verificada no perfil das mulheres presas no Brasil, e no Pará não é diferente. Indo ao encontro do que afirma Davis (2016), o levantamento do Infopen (2017) comprova que mulheres presas no Brasil têm raízes históricas com a raça, pobreza, preconceito e invisibilidade: são mulheres jovens, solteiras, negras, pobres e com ensino fundamental incompleto. Em cada três presas duas são negras, com idade entre 18 a 29 anos. A porcentagem de pessoas negras no sistema prisional é de 67%, ao passo que na população brasileira em geral, a proporção é de 51%.

Observando essas estatísticas e as contribuições de Davis (2016) percebemos que a situação histórica das mulheres no cárcere tenta ser a continuação histórica da escravidão da mulher negra. A autora lembra que apesar de, individualmente, pessoas negras conseguem ascender econômica, social e politicamente “a maioria da população negra está sujeita ao racismo econômico, educacional e carcerário em uma proporção muito maior em que no período anterior à era dos direitos civis” (DAVIS, 2016, p. 20). Um exemplo dessa realidade desigual foi citado pelo juiz Cláudio Rendeiro durante entrevista para esta pesquisa:

Nós temos uma população carcerária pobre, a maioria de etnia negra, com baixíssima escolaridade, baixíssimo poder econômico. Então, tem até um sociólogo que diz que, às vezes, têm jovens, e a grande maioria no Brasil, que é apresentado para o Estado por meio da prisão. Ele nasce, ele não conhece o Estado protetor. Ele nasce e não tem um hospital legal pra ele nascer. Ele vai crescendo e não tem uma escola legal pra ele estudar. Por ele não ter uma escola legal, não ter um emprego legal, aí, ele entra pra criminalidade. Quando ele comete o crime, o Estado diz: ah, você existe! Ótimo, eu tenho um lugar pra você – a prisão. Então, o primeiro contato que ele tem com o Estado, que deveria ser protetor, ele só conheceu o Estado opressor. Aí, o Estado vai prendendo e colocando essa massa. Eu não acredito na finalidade ressocializadora da pena. Isso é balela, isso é mentira, isso não acontece. Pena é castigo. Pena é punição. É o mal pelo mal. Você fez o mal e vai pagar com o mal (Informação verbal)<sup>62</sup>.

Assim como o juiz Claudio Rendeiro critica a finalidade da prisão e, conseqüentemente, da função ressocializadora da pena pelo fato dela ser punição e não reintegração, Davis (2016, p. 23) declara que por traz disso há todo um complexo industrial

---

<sup>62</sup> Entrevista concedida pelo Juiz Cláudio Rendeiro.



prisonal em contínua expansão que lucra com o racismo, pois para ela “o aprisionamento é cada vez mais usado como uma estratégia para desviar dos problemas sociais subjacentes, como o racismo, pobreza, desemprego, ausência de educação e assim por diante”.

Decerto, as prisões não foram pensadas para serem espaços para diálogos e debates, para que as vozes das pessoas que estão lá sejam ouvidas, então punir é uma forma de silenciar, oprimir e não reconhecer as relações como um movimento de diálogo, de afetação e reciprocidade (MEAD, 1973).

Esse discurso de que a prisão foi feita para reintegrar, mas para isso precisa punir com a finalidade de despertar uma reflexão na pessoa presa, também está presente em instituições como a de educação que forma pessoas que um dia talvez estejam a frente do sistema de justiça. Essa realidade pode ser percebida na fala do juiz Cláudio Rendeiro:

Classicamente quando você faz direito na faculdade é isso que te ensinam: a função ressocializadora da pena. Eu não me filio a essa teoria, então por isso que eu não acredito nessa teoria, não acredito do ponto de vista acadêmico, pelo que eu estudei e pelo ponto de vista empírico de ter sido juiz por cinco anos da Execução Penal. Então, a pena nunca teve e nunca vai ter a função de ressocializar. Pena é castigo puro. Você vai preso porque você matou, você vai preso porque você roubou, você vai preso porque você estuprou, porque as condições carcerárias, o número de presos que a gente coloca nas unidades carcerárias, o sucateamento do local de prisão no Brasil inviabiliza, logo por aí, qualquer possibilidade de ressocialização. Pelo contrário, se você fizer uma estatística a prisão gera uma dessocialização. A pena é um dano. A pena não vai conseguir ressocializar, pelo contrário, violência gera violência, eu não acredito na finalidade ressocializadora da pena. Isso é balela, isso é mentira, isso não acontece (Informação verbal)<sup>63</sup>.

Ao mesmo tempo, em seus discursos, Davis (2016) expõe que devemos perguntar sempre ao estado, porque há um número tão desproporcional de pessoas negras e de minorias étnicas na prisão? Porque há tantas pessoas analfabetas na prisão? E defende não só o abolicionismo prisional, mas a efetiva participação das pessoas encarceradas, pois estas pessoas quando tem seus direitos defendidos sem a sua efetiva participação, são transformadas em objetos de caridade.

Para Carvalho (2014), o sistema de justiça criminal mantém uma profunda ambiguidade com a dignidade humana, uma vez que estabelece práticas punitivas destinadas a garantir a ordem social e banir o conflito, porém atua como um mecanismo de naturalização da desigualdade e gestão da subcidadania à medida que não reconhece o indivíduo como igual, na sua singularidade e autenticidade, o que não proporcionará ao sujeito a emancipação,

---

<sup>63</sup> Entrevista concedida pelo Juiz Cláudio Rendeiro.

muito pelo contrário os fenômenos políticos dessa prática são a *inviabilidade pública e humilhação social*.

Nesse contexto, a condição humana representa o conjunto de atividades que “permitem aos homens a luta por reconhecimento e a visibilidade pública” e negação dessa condição é alimentar “as tramas subjetivas da violência” (CARVALHO. 2014 p. 29 - 31).

Logo, para Carvalho (2014, p.29) se não há o reconhecimento da dimensão humana do sujeito, mas a sua inviabilidade e opressão, não há cidadania. Assim, cidadania para Carvalho (2014) é a “possibilidade de reconhecimento social e visibilidade pública”, e participação coletiva. Isso quer dizer que ao ingressarem em uma vida compartilhada os sujeitos possuem “um rosto, uma voz, desejos, direitos e deveres que lhe asseguram um tratamento digno em suas existências concretas”, bem como visibilidade nas construções coletivas. (CARVALHO, 2014, p. 32).

Carvalho (2014, p. 30) afirma que, apesar das diferenças culturais e biológicas que os distingue, os homens merecem igual respeito como seres únicos e é o “reconhecimento universal de que – em razão dessa igualdade, ninguém – nenhum indivíduo, gênero, etnia, classe social, grupo religioso ou nação, pode afirmar-se superior aos demais”.

Sendo assim, a dignidade inerente ao homem não se dá no isolamento, logo só pode ser concretizada quando é reconhecida pelos demais em sociabilidade. (CARVALHO, 2014). No entanto, percebemos no relato do Juiz Cláudio Rendeiro que o sistema de justiça é celetista quando direciona suas ações de segurança pública e penitenciária, diferenciando umas pessoas das outras pelas condições sociais e não reconhecendo a dimensão humana de todos nas suas singularidades, mostrando um Estado opressor.

Têm várias questões, primeiro, geralmente, se escolhe um público pra prender. Então, às vezes essa pessoa não foi nem socializada. Nós temos uma população carcerária pobre, a maioria de etnia negra, pobre, com baixíssima escolaridade, baixíssimo poder econômico. Então, tem até um sociólogo que diz que, às vezes, tem jovens, e a grande maioria no Brasil, que é apresentado para o Estado por meio da prisão. Ele nasce, ele não conhece o Estado protetor. Ele nasce e não tem um hospital legal pra ele nascer. Ele vai crescendo e não tem uma escola legal pra ele estudar. Por ele não ter uma escola legal, não ter um emprego legal, aí, ele entra pra criminalidade. Quando ele comete o crime, o Estado diz: ah, você existe! Ótimo eu tenho um lugar pra você – a prisão. Então, o primeiro contato que ele tem com o Estado, que deveria ser protetor, ele só conheceu o Estado opressor. Aí, o Estado vai prendendo e colocando essa massa (Informação verbal)<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> Entrevista concedida pelo Juiz Cláudio Rendeiro.

Os conceitos de Carvalho se encontram com o de Freire quando este afirma que reconhecer o indivíduo é colocá-lo numa posição de igualdade comunicativa dialógica, dar a ele a oportunidade de fala e escuta, para um debate igualitário, logo, inferimos que a dignidade humana também passa pela comunicação relacional.

Desse modo, no próximo capítulo discutiremos os tensionamentos e resistências das mulheres em prisão domiciliar que surgem a partir dessa falta de reconhecimento da dimensão humana do outro e, conseqüentemente, da falta de diálogo nos espaços de sociabilidade descritos por elas.

#### 4 SOCIABILIDADE DAS MULHERES EM PRISÃO DOMICILIAR: UM CONSTANTE TENSIONAMENTO DE RESISTÊNCIAS E APRISONAMENTOS

Dando seguimento as discussões, neste capítulo abordaremos a sociabilidade das mulheres em prisão domiciliar, a partir do entendimento dos processos comunicacionais que permeiam as relações sociais nos espaços em que elas circulam mais relatados por elas nas rodas de conversa.

Desse modo, percebemos que desde a infância elas vivem um tensionamento nos ciclos de comunicação e sociabilidade, realidade que também foi levada para o cárcere, pois, ora elas estão imersas em prisões simbólicas, de violência, estigmas e vulnerabilidades, ora enfrentam essas situações a partir das relações comunicativas nos lugares de sociabilidade.

Diante disso, analisaremos primeiramente as falas das mulheres a respeito das relações no cárcere, local onde passaram e viveram muitos conflitos de exclusão e resistência. Posteriormente, aprofundaremos a sociabilidade estabelecida no local de trabalho delas, no caso o TJPA, onde foram realizadas as rodas de conversa e entrevista, mas que também é um local de muitas contradições.

Partindo para o conceito de sociabilidade na visão de Simmel (2006, p.59-60), a sociedade significa a soma dos indivíduos em interação, que se dá “a partir de determinados impulsos ou da busca de finalidades. Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação”. Estes por sua vez, permite que os seres humanos que possuem esses impulsos convivam tendo como referência o outro “em um estado de correlação”, formando uma unidade ou sociação.

Nesse sentido, a sociedade para Simmel se define por duas diferenciações básicas: forma e conteúdo, sendo que de nada adianta o conteúdo, isto é, tudo aquilo que existe no indivíduo que pode causar efeitos nos outros ou que possa receber esses efeitos se esse conteúdo não faz sentido para a interação. Só há dinâmica interacional se o conteúdo deixa de ser individual e ganha a forma na relação “com o outro, para o outro e contra o outro”.

A fome, o amor, o trabalho, a religiosidade, a técnica, as funções, ou os resultados da inteligência não são, em seu sentido imediato, por si sós, sociais. São fatores de sociação apenas quando transformam a mera agregação isolada dos indivíduos em determinadas *formas* de estar com o outro, ou ser com o outro que pertencem ao conceito geral de interação (SIMMEL, 2006, p.60).

No entanto, a simples interação com o outro, para o outro e contra o outro, não resulta em sociabilidade, mas apenas em interação. Assim, para a sociabilidade existir Simmel (2006) assinala que a forma e o conteúdo se tornam tão naturais ao ponto de terem vida própria. Isto é, além dos indivíduos estarem sociados por impulsos, essa sociação precisa de um sentimento e satisfação recíprocos para estarem juntos. Nessa lógica, a sociabilidade busca apenas o interesse de estar sociado, a satisfação do instante da interação, por isso a sociabilidade se poupa de determinados conflitos.

Quando Simmel (2006, p. 62) pontua sobre a sociabilidade, ele também traz à tona a questão do direito, que “devem ocorrer porque são legais”, no entanto é indiferente à vida que os produziu, isto porque o “direito propriamente dito não tem qualquer finalidade, justamente porque não é mais o meio. Ele se determina a partir de si mesmo, e não em função da legitimação e uma instância superior e extrínseca que ditaria como se deve formar a matéria da vida”.

Isso mostra, talvez, porque as leis direcionadas para as prisões não funcionam como deveria, porque são leis que estabelecem direitos que, por preconceito histórico, a sociedade não reconhece como natural, como necessário à existência da mulher presa, pois “a sociabilidade se poupa dos atritos por meio de uma relação meramente formal com ela” uma vez que quanto mais perfeita for a sociabilidade, mais adquire “um significado que o racionalismo superficial busca somente nos conteúdos concretos” (SIMMEL, 2006, p. 65).

À vista disso, Simmel, (2006, p. 64) relata que “quando os homens se encontram em reuniões econômicas ou irmandades de sangue, em comunidades de culto ou bando de assaltantes, isso é sempre o resultado das necessidades e interesses específicos”, o que envolve uma condição de sentimento, satisfação e prazer de estar junto, socializado, pelo seu valor.

Mais uma vez o autor nos mostra que não basta apenas estar em um lugar, é necessário sentir-se parte, pertencer, ter satisfação de estar junto, pois é o que diminui as diferenças – o sentimento. Portanto, se pensamos no estigma, este dificulta o processo de sociabilidade porque gera repulsa e não aproximação, dificultando, muitas vezes, o término da pena. Sendo assim, cremos que a existência não pode ser um pensar baseado no isolamento, mas no diálogo, ou seja, na comunicação, no tornar comum, compartilhar.

Com as colocações de Simmel, percebemos que não há por parte da sociedade o reconhecimento das mulheres que cumprem pena em prisão domiciliar como pessoas que, por serem humanos, tem direito a participação espontânea e, conseqüentemente, o diálogo, mesmo tendo cometido um crime.

#### 4.1 ENTRE DOCILIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS NO CÁRCERE

Nesta seção trataremos de como o cárcere feminino foi pensado para manter a mulher em um sistema patriarcal por meio da pedagogia dos afazeres domésticos exercidos na prisão, o que a lembraria do seu lugar e dos bons costumes que uma mulher deveria aprender para recuperar a sua moralidade, afinal seu lugar era o espaço privado – a casa, e como essa mulher encontra possibilidades de modificar as estratégias de dominação imposta, bem como essa tecnologia interfere no processo de sociabilidade das mulheres no cárcere. Então, faremos essa discussão a partir de autores como Foucault (2011), Goffman (1974), Thompson (2002), e das contribuições das mulheres em prisão domiciliar integrantes desta pesquisa.

Começamos pelo objetivo da prisão que era controlar as ações femininas para que fosse possível e viável utilizá-las ao máximo, “aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de capacidades”. Dessa forma, haveria a “diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente” (FOUCAULT, 2012, P.20).

Nessa vertente, Foucault (2011, p. 133) afirma que as prisões estão interessadas apenas em mecanizar os corpos, para que os indivíduos “operem como se quer”. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados corpos “dóceis”. Logo, as prisões não foram criadas para levar o sujeito a pensar criticamente, a se comunicar de forma livre, e refletir sobre o que o levou a ser preso e pensar em uma vida diferente, mas sim para o controle, a disciplina, e obediência.

Foucault (2011) ao descrever os instrumentos utilizados para se atingir os objetivos da punição nas prisões, faz esse relato em uma época específica – século XVIII com o nascimento das prisões, porém podemos aproximar essas ideias para pensar o momento atual, porque podemos perceber que a forma é a mesma, o meio de atingi-lo que foi mudado.

Diante desse panorama, Foucault (2011, p. 124) discorre que o modo de punir se dá por meio das “formas de coerção, esquemas de limitação aplicados e repetidos [...] horários, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, meditação, solitária, trabalho em comum, silêncio, aplicação, respeito, bons hábitos”. Tudo com o propósito do sujeito se tornar obediente através de regras, ordens, autoridade e poder exercidos por um agente legalmente constituído, e sem a interferência de terceiros. Dessa forma, o corpo se tornou alvo de poder do Estado.

Observamos que essas técnicas disciplinares sobre os corpos materializadas através do poder e do controle sobre as pessoas que cometeram delitos prevalecem até hoje. A diferença

das prisões de hoje para as prisões da Idade Média é que a docilização dos corpos é velada, é sutil, vem através dos discursos cheios de poder e assédio (FOUCAULT, 2011).

A disciplina dos corpos, segundo Foucault, também pode vir acompanhada da vigilância, de forma a neutralizar as organizações coletivas e medir as qualidades e os méritos do indivíduo, como exemplo vê-se a organização dos indivíduos em fila para dar a eles um lugar de ordem para hierarquizar e aperfeiçoar ainda mais o controle.

Ao analisar o contexto das prisões, Foucault (2011, p. 132-133) observa que “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” se submete a uma docilização, ou seja, não se trata apenas de controlar o corpo, mas de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mecanizar seus movimentos, por meio de “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo”.

Podemos dizer que a única mudança daquelas em relação ao sistema atual é o discurso da recuperação do indivíduo e sua transformação em um ser mais humano, que vem “vestido” do discurso da reintegração social por meio da saúde, educação, assistência, para se atingir a humanização da pena e devolver um indivíduo com dignidade à sociedade. Como já debatemos esse método de encarceramento não irá atingir a reinserção social, quiçá a cidadania.

A todo o momento o sistema penitenciário as oprime, mas elas encontram uma forma de resistência aos problemas advindos da sociabilidade limitada provocada por uma comunicação unilateral, isso se dá talvez pela certeza de que precisam sair daquele lugar o mais rápido possível, tornando seu tempo de convivência menos pesado. Então, não necessariamente o sistema as docilizou, mas elas se submetem a determinadas regras como estratégias de adaptar-se temporariamente ao que lhe é oferecido. Como diria Foucault (2012, p. 354), “as relações de poder, são antes de tudo, produtivas”.

Na mesma medida em que Foucault (2012) relata a disciplinarização nas instituições, ele também admite que onde há as relações de poder existe também a resistência e essa resistência não é anterior ao poder, ela coexiste junto com ele é e atual. Assim, “para resistir é preciso que a resistência seja como o poder. Tão intensiva, tão produtiva, tão móvel quanto ele. Que, como ele, venha de baixo e se distribua estrategicamente” (FOUCAULT, 2012, p. 360).

A partir da história de vida das mulheres dessa pesquisa percebemos que essa resistência frente ao processo de docilização se dá por meio da adaptação à sociabilidade e aos modelos de comunicação das instituições as quais elas passaram e/ou passam que é quase

sempre limitado, sem a princípio, um espaço de coparticipação, compartilhamento e diálogo para com elas, como forma de reconhecê-las em quanto ser humano.

No entanto, dentro de um sistema altamente dominador e excludente, que são as prisões elas traçam estratégia de “luta pela vida” e de rompimento de algumas normas do sistema, isso porque quando há uma relação de poder, há também uma possibilidade de ir contra ele. “Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas segundo uma estratégia precisa” (FOUCAULT, 2012, p. 360).

Podemos observar esse contexto no depoimento de Emília, uma das cinco mulheres desta pesquisa, que se esforça para estudar no cárcere, porém não tem o apoio da instituição, pois as agentes prisionais, durante as “revistas” para a manutenção e o controle da segurança no presídio, jogam as apostilas de Emília no lixo tentando silenciar sua vontade de estudar e lutar por outros meios de vida. Mas, apesar da violência, Emília enfrenta o desafio e segue firme nos estudos.

Olha, eu passei muitas coisas. Minhas apostilas nas revistas, elas sabiam que eu fazia faculdade, elas sabiam que eu lutava pra pagar passagem, comprar apostila, me manter, quando eu chegava tava tudo jogado lá fora só terra, só lixo, água que caia. Eu perdi muita coisa lá dentro. Era motivo sabe, elas sabiam. Eu pedia: gente quando forem fazer revista, por favor, não mexam no material de estudo porque eu não posso comprar. Eu tive ajuda nos correios, onde eu passei dois anos (pelo projeto). Elas (as servidoras) me ajudaram muito. Elas compravam apostila pra mim. Me davam roupa, elas eram maravilhosas. Eu consegui uma ajuda, então não achava justo. Eu nunca dei problema, passar por aquilo, entendeu? Quer dizer, pegar minhas coisas e jogar tudo no chão. (Informação verbal)<sup>65</sup>.  
Não precisava de muita violência. Mas, elas (as gentes prisionais) batem, elas cortam o cabelo. Então, muitas rebeliões que têm, nem toda vez somos culpadas (Informação verbal)<sup>66</sup>.

Apesar de Emília pedir às funcionárias para não jogar suas apostilas no lixo durante as revistas, não havia diálogo e reciprocidade no entendimento por parte das funcionárias para perceberem a importância que os estudos tinham naquele momento para a Emília: significado de resistir ao sistema de exclusão e de um recomeço para ela.

Porém, com toda a dificuldade de diálogo, o que acarreta em uma sociabilidade limitada, Emília rompe com as barreiras do preconceito, da violência psicológica, moral e simbólica que existe no cárcere e concluiu seu curso de graduação, que para ela é uma forma

---

<sup>65</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

<sup>66</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.



de buscar seu lugar na sociedade, lugar esse que muitas vezes é negado pelo próprio sistema que tem a função de reinserir.

Durante a roda de conversa, ela mostrou as mãos calejadas ao falar do trabalho que exerceu no CRF. “Olha minha mão, estourada, isso aqui foi de tanto carregar lixo lá pra fora pra mim remir pena” (Emília). Emília estudava com a autorização do Judiciário. Ao voltar à noite das aulas, ficava triste, porque queria pegar o ônibus que fazia a trajeto da sua casa. “Quando eu botei meu pé na casa penal, que eu caí na real, eu disse: meu Deus o que eu fiz da minha vida! O que eu tô fazendo aqui? (Informação verbal)<sup>67</sup>. Ela demonstra angústia e revolta ao falar dos dias na prisão, das rebeliões, dos servidores, e lembra as dificuldades que encontrava para conseguir terminar os estudos.

Aquela imagem maquiada que te passam, aquelas rebeliões que tem que culpam só as presas, não é bem assim, porque as vezes a gente se descontrola, é porque eu sou muito controlada, nunca tive problemas com a direção, nem com funcionários, mas é complicado aquela funcionária vim, sabe? Com aquelas revistas, elas perturbam a gente de uma tal maneira que tu ficas... ainda mais quando tu não faz nada. Olha, eu passei muitas coisas. Minhas apostilas nas revistas, elas sabiam que eu fazia faculdade, elas sabiam que eu lutava pra pagar passagem, comprar apostila, me manter, quando eu chegava tava tudo jogado lá fora só terra, só lixo, água que caía. Eu perdi muita coisa lá dentro. Era motivo sabe, elas sabiam. Eu pedia, gente quando forem fazer revista por favor não mexam no material de estudo porque eu não posso comprar (Informação verbal)<sup>68</sup>.

Assim como as freiras que iniciaram a custódia das mulheres presas no Brasil, os próprios funcionários do CRF também têm seus corpos “mecanizados” e “docilizados”, pois, passam a ser reprodutores de um sistema de dominação, tornando-se um paradoxo para o discurso social de agentes integradores ou educadores, o que mostra que temos uma sociedade que nos aprisiona nas nossas relações enquanto mulher. Conforme diz Goffman:

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende adormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de outro grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e abrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, um tempo predeterminado, a seguinte, e toda a sequência de atividades

<sup>67</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

<sup>68</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. (GOFFMAN, 1974, p. 17-18).

Outro exemplo de que o poder é produtivo e há sempre um meio de ir contra esse processo de dominação é o de Catarina que, apesar de todo um sistema de vigilância institucional; códigos e regras informais estabelecidos entre as próprias internas, que proíbe o relacionamento delas com os policiais militares (PM), Catarina se relacionou com um PM que trabalhava no CRF, com quem convive até os dias atuais.

Para conseguir sobreviver à violação dessas regras informais ela precisou utilizar uma comunicação dominadora, mais opressora, como uma forma de impor medo e respeito diante das outras detentas. Segundo Catarina, quando uma presa age assim, quer dizer que ela é perigosa, logo as outras ficam com receio e a deixam sossegada.

Vivia com uma pessoa, com o paraibano. Ele chegou a me visitar quatro anos, mas no fim eu descobri que ele tinha uma namorada lá na Paraíba. Ele mentia pra mim. Eu descobri e arrasei com ele. Quando ela sai (saída temporária), eu fui buscar todas as minhas coisas e terminei com ele, mas eu terminei com ele ainda lá dentro mesmo. Aí, comecei a namorar um PM, um sargento da polícia e tô com ele até agora. Ai que elas (as outras presas) queriam me pegar mesmo. Eu era a safada, eu não sei como não me mataram, não me espancaram. Isso numa outra época eu taria mortinha lá dentro (Informação verbal)<sup>69</sup>.

Porque polícia é safada, é o inverso. Ele é policial, muitas vezes se eu não me fizesse de doida lá elas iriam me espancar. Agora, ele foi um homem pra me assumir pro comandante dele. Tu achas que eu não ia ser mulher também. Eu tive que fazer, quando eu fui pro teatro, eu fiz um ano de teatro, eu já era atriz, eu me vestia de uma capa, falava na gíria pra me defender. Eu tive que bancar a escrota, que eu tinha mandado matar mesmo, porque se não me faziam de empregada, iam me bater, e uma coisa que eu não admitia mais era que me tocassem um dedo. Elas vinham brigar comigo eu pra não perder meu trabalho, eu aprendi a contar até dez e funciona. Eu dizia, meu Deus, eu vou perder o meu trabalho, ela tá me chamando de safada, se ela não me meter a mão eu não vou quebrar a cara dela. Eu pensava vou perder meu trabalho, minha remissão, era só o que eu pensava. Eu focava nisso (Informação verbal)<sup>70</sup>.

Nessa vertente, Goffman (1974, p. 11) também faz críticas às prisões e as define como “instituição total”, isto é, uma instituição totalmente fechada para o mundo, que preza o controle. O autor afirma também que o fechamento das prisões ou seu caráter total é simbolizado pela “barreira à relação social de contato com o mundo externo e por proibições

<sup>69</sup> Entrevista concedida por Catarina, 45 anos.

<sup>70</sup> Entrevista concedida por Catarina, 45 anos.

às saídas que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – com portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos” (GOFFMAN, 1974, p. 16).

No entanto, vamos aqui atualizar esse conceito de instituição total, uma vez que o fechamento total perde seu sentido quando entram em cena as relações comunicativas e a sociabilidade do cárcere rompe essa barreira e as pessoas presas passam sim a ter contato com o mundo, o que modifica a sociabilidade na prisão. Não há prisão total, porque elas permanecem na sociedade, interferindo e interagindo com esse meio, por conta da comunicação que é fluída. Conforme podemos observar nos relatos de Margarida e Catarina, elas ultrapassaram os limites do sistema fechado, conheceram e começaram a se relacionar com seus companheiros.

Eu conheci ele no cárcere, por celular (**risos**). A gente se conheceu assim...A nossa história é muito bonita, a gente se conheceu por um programa evangélico. Ele foi fazer a oração por mim, virou meu amigo, virou meu marido. Depois de pouco tempo ele passou a me visitar, aí ficou uns cinco anos me visitando. Quando eu saí, nós casamos e engravidei, e depois não deu mais certo (Informação verbal)<sup>71</sup>.

Eu fui conhecer o dr. Rendeiro, porque eu não queria que minha filha fosse lá dentro. Eu queria me encontrar com ela lá fora. Eu disse: vou ter que aprender a tocar esse violão na braba. Eu fui pro projeto lá dentro “Do ré mi faz melhor” por conta das saídas pra encontrar minha filha lá fora, porque eu ia com a assistente social, ela ligava e informava onde eu estava, onde eu ia cantar. Eu fiz coral, quatro anos de coral, que me rendeu muitas remissões. Três anos de violão. Eu sei tocar. Cheguei a compor uma música que eu dei pro dr. Jatene, chama “Coração de Simão”, tá no You tube<sup>72</sup>, e daí pelo comportamento o dr. Cláudio conseguiu trabalho pra mim no Correio e depois do Correio tô aqui firme e forte. Mas, passei o caramba lá dentro do presídio (Informação verbal)<sup>73</sup>.

Mesmo com exemplos de que há resistência ao processo dominante do cárcere, não podemos perder de vista a criticidade quanto à finalidade das prisões. Nessa vertente, Thompson (2002) descreve que o processo de integração social é como se fosse “treinar homens para a vida livre, submetendo-os a condições de cativo, afigura-se tão absurdo como alguém se preparar para uma corrida, ficando na cama por semanas”. O autor também questiona se “alguém já conseguiu fazer prisão punitiva ser reformativa? – a experiência penitenciária, de mais de cento e cinquenta anos, responde: não, em nenhuma época em nenhum lugar” (THOMPSON, 2002, p. 12-13).

---

<sup>71</sup> Entrevista concedida por Margarida, 28 anos.

<sup>72</sup> Link da música composta por Catarina: [https://www.youtube.com/watch?v=mL5d2O\\_NIGQ](https://www.youtube.com/watch?v=mL5d2O_NIGQ)

<sup>73</sup> Entrevista concedida por Catarina, 45 anos.

A característica mais marcante da penitenciária, olhada como um sistema social, é que ela representa uma tentativa para a criação e manutenção de um grupamento humano submetido a um regime de controle total, ou quase total. As regulações minuciosas, estendendo-se a toda área da vida individual, a vigilância constante, a concentração de poder nas mãos de uns poucos, o abismo entre os que mandam e os que obedecem, a impossibilidade de simbiose de posições entre os membros das duas classes – tudo concorre para identificar o regime prisional como um regime totalitário (THOMPSON, 2002, p. 22).

A reflexão sobre a realidade das prisões abordadas por Foucault e Thompson é essencial para se pensar a sua existência e construção de uma nova realidade comunicativa e de sociabilidade pelo indivíduo e pelas relações que os cercam. No entanto, esse processo comunicacional está longe de ser horizontal e dialógico:

Na Susipe, eu fui assinar, eu entrei e estava falando com o vice-diretor e com as assistentes sociais, aí um rapaz entrou e disse: “quem mandou tu entrar, eu mandei você entrar, eu falei entra?” Eu falei: não, mas eu bati. Ele falou: “quando eu te chamar você entra”. Uma grosseria. Eles são homens, são mais agressivos. Quando eu olhei pra ele, eu senti que ele queria tomar uma atitude, ele queria, mas ele sabia que sairia preso de lá (Informação verbal)<sup>74</sup>.

Dessa maneira, dentro de uma sociedade punitiva o corpo passa a ser o bem mais importante para um maior controle político, pois as mulheres recebem as ordens dentro de um espaço que vão incidindo sobre o seu corpo, e dessa forma elas vão se (re) construindo enquanto sujeitos, e tudo se dá pelo processo comunicacional cerceado, onde não há sociabilidade efetiva. Ao serem controladas e obedientes essas mulheres existem não pelo olhar delas, mas pelo olhar de quem as controlam.

Tinha uma presa, que ela ganhou, ficou em primeiro lugar eu acho, e ela tinha vários assaltos. Depois eu conversando com ela, eu disse assim: deixa eu te perguntar uma coisa. Você tem consciência que você tem uma personalidade voltada para o crime, porque você tem quatro condenações de assaltos? (Informação verbal)<sup>75</sup>.

Ela disse: “Dr. eu tenho. Eu fui muito vítima porque eu arrumava maus namorados, eu era a isca. Eu sempre pedia carona, depois eles chegavam e faziam o assalto. Eu sempre fiquei com a prisão e eles sempre ficaram com o dinheiro. Como a mulher é muito discriminada, geralmente, eu era presa e eles não. Fugiam, davam um jeito e tal. Mas, eu vou lhe falar uma coisa, as vezes que eu sai e cometi meu crime mais bárbaro. Foi quando eu fiquei nos contêineres, no CRF, um absurdo, tudo metálico. Eu me senti parece um bicho. O senhor não tem ideia do que é ficar num contêiner com uma mulher, porque nós menstruamos. Eu me senti um bicho. Quando tu sai, que eu fui pro semiaberto que eu fugi, eu tava com tanto ódio que eu agi como se

<sup>74</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

<sup>75</sup> Entrevista concedida pelo Juiz Cláudio Rendeiro.

fosse um animal”. E ela tava um tempo sem fazer nada porque ela tinha sido colocada em um projeto de música, entendeu? (Informação verbal)<sup>76</sup>.

Tais argumentos apresentados nos levam a refletir que desde o seu surgimento, as prisões de mulheres foram criadas para “domesticá-las” ou “dessocializá-las”. Sendo assim, quando uma mulher presa se recusa a submeter-se a esse sistema, ela é discriminada e não reconhecida como sujeitos de direitos. Conforme relata Karolina:

Aí eu falei: eu fiz por onde merecer. Isso que dei de resposta pra ela. Muitos olham e falam: essa menina aí já viveu no cárcere e agora trabalha. Mas, primeiramente foi Deus que abençoou e secundamente foi o projeto, o doutor Cláudio (juiz) que olhou com carinho e estou aqui firme e forte. Já prestei serviço pros Correios e agora estou prestando serviço pro arquivo geral, tudo pelo projeto (Informação verbal)<sup>77</sup>.

“Tudo foi meu esforço dentro do cárcere. Trabalhei em vários lugares. Na cozinha, na prefeitura (da prisão). Tudo foi difícil, mas tá aí. Antigamente, passava feriado, sábado e domingo e a gente ficava trabalhando. Não tem esse negócio de hoje é feriado não vai ter trabalho. Então, hoje pra mim não tenho dificuldade. Pode ser feriado, sábado e domingo o que aparecer vamos lá (Informação verbal)<sup>78</sup>.

Nesse sentido, a experiência das mulheres no cárcere é tensionada, ora pela dominação e controle, ora pelas estratégias de resistência de luta pela vida. A dicotomia nas relações comunicacionais é percebida a todo tempo. No caso de Rafaela, ela foi levada para o presídio masculino, onde sua identificação sexual não foi levada em consideração. Na prisão, passou 10 dias em uma triagem, depois foi para o bloco carcerário junto com os outros presos, onde sofreu preconceito pelo fato de ser travesti.

Logo no início quando cheguei fiquei com 14 internos, mas tinha um (preso) que atentava a minha vida. Quando eu ia me deitar ele pegava o lençol e fazia um nó na rede e ficava me apertando. Aí um funcionário viu e disse: deixa o menino em paz. Aí eles (os internos) falaram: ‘nós estamos só zoando ele, não estamos fazendo nada de maldade’. O funcionário chamou o diretor e o diretor perguntou o que estava se passando. Eu fui e falei para ele (diretor): ‘não está acontecendo nada demais’, porque é assim, a gente não pode falar porque eles (presos) podem fazer alguma maldade, me bater, dizer que estou caguetando eles, porque esse é o modo que eles veem lá dentro. Aí o chefe de segurança perguntou se eu queria mudar de cela, foi que eu pedi pra me mudar, Fiquei numa cela mais quieta, de senhores e morei com eles uns oito meses no regime fechado. Foi quando eu fui pro regime semiaberto, pra Colônia Agrícola aqui em Santa Izabel (Informação verbal)<sup>79</sup>.

<sup>76</sup> Entrevista concedida pelo Juiz Cláudio Rendeiro.

<sup>77</sup> Entrevista concedida por Karolina, 35 anos.

<sup>78</sup> Entrevista concedida por Karolina, 35 anos.

<sup>79</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

Mais uma vez observamos na fala de Rafaela que o silêncio é uma regra imposta pelos (as) próprios (as) presos (as). Não se pode falar de alguns assuntos dentro do cárcere pelo cerceamento violento que há ao diálogo de assuntos como Travesti ou homossexualidade, mostrando mais uma vez que a prisão (os próprios presos cerceiam a liberdade de expressão entre eles) é machista e autoritária em relação a liberdade de expressão do outro. Mas Rafaela encontrou meios para superar essa barreira e conseguiu passar pelo cárcere lutando pela sua vida com as estratégias que dispunha.

Diante disso, Rafaela sofreu durante oito meses na prisão masculina agressões psicológicas, verbais e morais no regime fechado, porém essas agressões não são percebidas por Rafaela como violência, ou por medo e preservação da sua vida, ou porque ela acredita que só é violência quando se sofre agressão física.

Eu não sofri muito lá dentro, assim, nessas partes, eu não sei se pelo fato de eu ser uma pessoa assim que onde eu chego eu sei conquistar as pessoas, mas sempre tinha: ah, um “viado” no meio da gente. Sempre eles falavam assim [...] Não, agressão física nunca sofri. Eles falavam só nesse sentido, porque é assim pro homossexual viver dentro de um cárcere masculino, nossa, mana, a pessoa tem que ter Deus do lado e ser de lá, igual as gatas fala, porque é assim: o preconceito é horrível. Aí, então foi o que eu passei no fechado 8 meses. Foi quando abriu o regime semiaberto e eu fui pra colônia, em Santa Izabel. Chegando lá eu consegui um emprego, meu intuito era esse, chegar lá e trabalhar para mim redimir pena pra mim sair o mais rápido possível que pra mim aquele lugar não era pra mim (Informação verbal)<sup>80</sup>.

Observamos que as prisões são estruturadas para dificultar os processos comunicativos e de interação, isso por si só já dá invisibilidade às pessoas que nelas estão. Por isso que até aqui questionamos o funcionamento e a existência das prisões.

No próximo subtítulo falaremos sobre o espaço de trabalho que as mulheres em prisão domiciliar circulam durante a prisão domiciliar e como se dá a comunicação. Vale destacar que elas travam nesse espaço processos relacionais e de sociabilidade com as outras pessoas que se dá ora por meio da comunicação dialógica ora de forma limitada.

#### 4.2 COMEÇAR DE NOVO?: ESTIGMA, INVISIBILIDADE E EMPODERAMENTO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

As mulheres que estão cumprindo a pena em regime semiaberto, aberto ou domiciliar, geralmente, são inseridas em projetos de reintegração sociais relacionados ao trabalho, por

---

<sup>80</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

conta da remissão<sup>81</sup> de pena que prevê a Lei de Execução Penal (LEP), como é o caso das mulheres que fazem parte desta pesquisa. Por conta da lei, elas exercem trabalho em uma instituição pública, no caso o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por meio do projeto “Começar de Novo<sup>82</sup>”. Mesmo não acreditando na finalidade da reinserção social, e consciente das dificuldades, o juiz Cláudio Rendeiro aceitou coordenar o projeto pelo fato que ele ajuda a tirar a pessoa presa do cárcere, que é bem mais “saudável”, apesar das dificuldades que serão encontradas fora. Para ele, o projeto não é em si considerado uma ação de reinserção social, mas sim algo que ajuda a reduzir o dano causado pelo cárcere aos presos (as).

Tu podes me perguntar: “dr. o senhor não acredita em ressocialização, porque o senhor coordena o projeto “Começar de Novo”? Porque eu acredito na minoração de danos. Mas porque o senhor pensa assim e aceita coordenar o projeto “Começar de Novo”? Porque exatamente o projeto “Começar de Novo” ele trabalha na perspectiva de você tirar do cárcere. Aí, eu acredito que há uma possibilidade. Por exemplo, se eu conseguir conscientizar empresários, conscientizar o Sistema de Saúde, o Sistema S, se eu conseguir fazer parcerias público-privadas que enxerguem que a pessoa pode ser inserida no trabalho, aí eu acredito que pode ter uma reintegração, uma ressocialização, não essa ressocialização da finalidade da pena. Ela vai ocorrer porque eu tirei ele do cárcere (Informação verbal)<sup>83</sup>.

A partir dos relatos das pessoas participantes desta pesquisa e do que já vimos acima na visão de Foucault e Thompson, que além das prisões não funcionarem, elas também trazem consigo o significado de que quem passou pelo cárcere possui uma marca, o que Goffman (2004) chama de estigma.

Esse conceito iniciou pelos gregos, que criaram esse termo para se referirem aos sinais corporais no sentido de evidenciar algo de extraordinário ou de ruim sobre o status moral de alguém. “Os sinais eram feitos com corte ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos” (GOFFMAN, 2004, p. 5).

Hoje, o termo não é usado segundo as marcas corporais, mas de forma material e simbólica, referindo-se sempre a alguma coisa negativa. A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos que nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos são a sua “identidade social”, o

---

<sup>81</sup> A cada três dias trabalhados, diminui um dia no tempo da sentença.

<sup>82</sup> Tem por finalidade à sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil para que forneçam postos de trabalho e cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema carcerário<sup>82</sup>. O objetivo do programa é promover a cidadania e consequentemente reduzir a reincidência de crimes. Embora, o projeto

<sup>83</sup> Entrevista concedida pelo Juiz Cláudio Rendeiro.

que Goffman (2004) encara como atributos de “honestidade”, ou como atributos estruturais, como “ocupação”.

Para Goffman (2004), a sociedade acredita que alguém com estigma não seja humano na sua totalidade, a partir disso são feitas várias discriminações a ponto inferioriza-la para reduzir suas chances de vida. Para identificar as pessoas estigmatizadas, Goffman (2004, p. 8) assegura que são utilizados “termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original”

Por mais que as mulheres desta pesquisa enfrentem todo o preconceito e estigma proveniente das prisões e do crime, essa é uma realidade social que de alguma forma as aprisiona, o que irá interferir em algum momento da vida delas. O local de trabalho onde elas exercem suas atividades de trabalho é atravessado a todo instante por dicotomias, polaridades de bom e mal, e tensionamentos de exclusão e resistência.

Para elas, ao mesmo tempo em que o trabalho parece ruim porque é temporário, não tem carteira assinada, não paga salário e sim bolsa auxilia, não garante direitos trabalhistas e há a incerteza de quando acabar o tempo do trabalho; esse mesmo trabalho é bom porque representa a vitória de ter enfrentado os conflitos do cárcere, é uma fonte de renda que ajuda no sustento da família, no pagamento do aluguel, na autoestima de acordar e ter um local para ir trabalhar com uma boa estrutura. Conforme vemos nos relatos a seguir:

Pra mim foi uma grande vitória. Tudo que eu passei de ruim na minha vida me resultou coisas boas, porque eu acho que se eu não tivesse trabalhando minha mãe não estaria aqui comigo e eu ficaria só nas saudades (Informação verbal)<sup>84</sup>.

Quando a gente quer a gente muda. Saber que todo dia a gente acorda, toma café, sabe a gente tem nosso trabalho ali, nosso dinheiro limpo, que não é um trabalho pesado é um trabalho digno, que a gente trabalha no ar condicionado que é muito bom. Aí então a gente reflete muitas coisas, o que a gente viu pra gente, a gente quer para os nossos amigos, que passou pelo erro que nós passamos. Olha, quando terminar o projeto, só Deus nas nossas vidas. Eu tenho algumas experiências, mas eu não sou profissional. O que eu pretendo, vou te ser bem sincera, é procurar um emprego e o pouco que eu aprendi quero exercitar, que é mexer com cabelo, adoro fazer sobancelhas. (Informação verbal)<sup>85</sup>.

A gente já pensa assim, se a gente ficar doente? Não tem direito ao auxílio doença e pra gente se aposentar? A gente já pensa na velhice. Eu tô com 35 anos, tenho uma filha de 17 anos, não tenho um risco na minha carteira de trabalho. Como tem várias empresas de serviços gerais, eu tô pensando em

---

<sup>84</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

<sup>85</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.



colocar um Curriculum, eu tô na esperança de me chamarem, se não me pedirem antecedentes. Se não me pedirem, beleza, porque eu me identifico muito com limpeza, eu adoro estar com tudo em ordem, tudo limpo, nada bagunçado. Em janeiro, eu vou me organizar, levar curriculum, enviar por e-mail, se aparacer (**semblante de dúvida...**). Vou fazer um salgado, uma venda, só sei que não quero ficar parada e quero ganhar meu dinheiro (Informação verbal)<sup>86</sup>.

O que acontece, eu tô pensando, sinceramente, em pedir ajuda pra um amigo meu para ver se ele consegue trabalho. Eu vou ter que correr atrás de trabalho e vamos ver se os amigos que eu tenho, que eu acredito que o maior deles é Jesus, venha me ajudar. Se não tiver nada, eu vou ter que ir lá pra Abaetetuba pra casa da minha mãe. Porque eu não vou ter condições de pagar aluguel. Não tem nada em vista, mas tenho uma certeza muito grande dentro do meu coração que vou conseguir alguma coisa (Informação verbal)<sup>87</sup>.

Um exemplo claro do que Goffman afirma pode ser atribuído às mulheres desta pesquisa, pois são consideradas pessoas com um certo defeito, deslocadas da sua história de vida, não dignas de uma nova chance. Nesse sentido, o autor menciona três tipos de estigma nitidamente diferentes: as abominações do corpo – que são as deformidades físicas; as culpas de caráter individual, que pode ser a desonestidade, o distúrbio mental, a prisão, vício, alcoolismo, homossexualidade, entre outros; e os estigmas de raça, nação e religião, que são passados de geração para geração.

Diante dessa classificação, o autor garante que “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que se pode impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus”, como é o caso das mulheres em prisão domiciliar (GOFFMAN, 2004, p. 7).

Posto isso, verificamos nos depoimentos das mulheres que elas se encontram na segunda forma de estigma citada pelo autor: “as culpas de caráter individual”, pela condição de serem presas, pois cometer um crime significa desonestidade, desvio de caráter, maldade e crueldade com o outro e com a sociedade, rompimento dos vínculos de confiança, tudo isso repercute como um “carimbo” em quem passa pela prisão.

E por tudo que já foi apresentado, pode-se inferir que a integração social não existe, pois a prisão em si já seria um defeito. Logo, o cárcere passa a representar um lugar permeado por tensões comunicativas, onde se “abriga” os homens e mulheres que pagam pelo cometimento do delito, passando a ser a principal característica que quem está nela ou já

---

<sup>86</sup> Entrevista concedida por Karolina, 35 anos.

<sup>87</sup> Entrevista concedida por Catarina, 45 anos.

passou por ela – ficando marcado como presa ou ex-presa. Isto passa ser a característica mais forte em sua identidade.

Desse modo, como falar em reinserção social, se para a mulher presa conseguir um emprego formal, como é o sonho da maioria das mulheres dessa pesquisa, passa pelo desafio dos antecedentes criminais, documento que comunica à sociedade a condição de presa. Esse conflito é percebido no relato do juiz Claudio Rendeiro:

Qual é a maior dificuldade do egresso, do preso arrumar um emprego? É porque um dos documentos que a empresa pede é a certidão de antecedentes, e quando eles veem, eles não querem. É por isso que o “Começar de Novo” fica incentivando as empresas dentro de um convênio que aceitem. Uma pessoa que está vindo do cárcere que está vindo de um regime intermediário ou que é um egresso no termo técnico, que é o livramento condicional. Nosso grande desafio é esse – aumentar a adesão de empresas público-privadas ao projeto. Eu vou na Defensoria Pública, vou no Ministério Público, vou na Alepa mostrar que o Tribunal faz isso, vocês também poderiam fazer dentro de uma bolsa-emprego (Informação verbal)<sup>88</sup>.

Mas pelo que observamos até aqui, as prisões, em vários contextos, limitam a dimensão dialógica, a comunicação como movimento e reconhecimento do outro, proposta por Paulo Freire (1983), uma vez que a própria condição que ela impõe ao indivíduo, presa ou ex-presa, já limita a sociabilidade em determinados espaços, e o projeto não ameniza essas dúvidas e incertezas, pois o cárcere o atravessa, fazendo da liberdade ora algo bom, ora algo desafiador e não tão especial.

Mesmo terminando de cumprir a pena em casa, há momentos que Emília se sente ainda no cárcere, porque as consequências do crime a impedem de realizar alguns planos como realizar concurso público ou trabalhar de carteira assinada pela restrição no nome por meio dos antecedentes criminais. Até mesmo levar uma declaração de experiência de trabalho no projeto “Começar de novo” a compromete, pois mostrará que ela ainda é presa.

Ser ex-detenta é viver uma eterna prisão sem grades, estou no projeto, mais estou presa, se eu sair pra onde eu vou? não posso fazer concurso público, porque pede antecedentes, não posso trabalhar de carteira assinada porque pede antecedentes, não sei o que fazer (Informação verbal)<sup>89</sup>.

A gente ganha 900 reais, alimentação e ônibus. No nosso comprovante de pagamento tá lá Susipe: “Começar de Novo”. O projeto em si já rotula a gente. Até uma declaração que eu posso levar vai falar. Vão dizer na declaração que eu sou excelente, mas isso não importa, as empresas agora não querem saber. por tudo isso quando sai do cárcere, é muita coisa. É uma nova caminhada. As vezes diz: “ah, ainda bem que já vou sair, poxa agora

<sup>88</sup> Entrevista concedida pelo Juiz Cláudio Rendeiro.

<sup>89</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

vai ser”...Não, não pense que é assim, porque não é. É muito difícil. É ótimo sair do cárcere, maravilhoso, liberdade é tudo, mas é uma outra caminha. E se você sai com aquela tornozeleira, é pior, porque além de não conseguir trabalho, você pode morrer a qualquer momento, porque esse grupo de extermínio que está aí, não quer saber que tipo de pessoa tú és. Eles rotulam: “ladrão ou ladrona, traficante” e aí matam (Informação verbal)<sup>90</sup>.

A principal dificuldade é a pessoa está com essa restrição no nome. Que impossibilita ela a esse verdadeiro retorno social, porque como a pessoa pode ser cidadã, voltar a ser o que ele já não era, se o Estado, se as leis não derem condições a ele dele ser digno de ter um trabalho. Como é que ele vai ser digno, como é que ele vai achar que está retornando para a sociedade sem trabalho. Quem é que vive sem trabalho? Aí, o que é que a sociedade faz, o que essas leis fazem? Eu acho que se a pessoa já pagou, pagou, não tem jeito, ou você paga, ou então tira as punições, mete num muro e fuzila, porque pra mim sai mais cara, eles estão matando as pessoas de uma outra forma (Informação verbal)<sup>91</sup>.

A partir disso, fazemos alguns questionamentos: se a prisão tem o objetivo de reinserir, de transformar em alguns aspectos, porque limitar a sociabilidade dessas mulheres em prisão domiciliar por meio da inserção do nome em antecedentes criminais, mesmo já tendo cumprindo boa parte da pena? Se formos retomar as histórias de vida delas aqui, veremos que elas já chegam com baixa escolaridade no cárcere, tentaram com todas as dificuldades estudar na prisão, conseguiram entrar no projeto e agora voltam a enfrentar novamente a exclusão social e a falta de oportunidades.

Assim, o estigma coloca em cheque a aceitação e consideração daqueles que convivem com o estigmatizado, porém não conseguem lhes dar o devido respeito pela contaminação de sua identidade social. “Faltando o *feedback* saudável do intercâmbio social cotidiano com os outros” (GOFFMAN, 2004, p. 14), o que causa a invisibilidade na comunicação relacional com o outro. Mas, mesmo com todos os desafios, elas permanecem firmes no trabalho e disposta a enfrentar as relações de dominação e exclusão, com o apoio do juiz que coordena o projeto, como pode ser vista nos depoimentos abaixo:

Ano passado teve uma confraternização e eles foram pra churrascaria, então a gente que é do projeto eram três, só foram os servidores. Ficamos triste. O que a dona Leiliane fez. Convidou nós três que somos do projeto, aí um rapaz não quis participar (Informação verbal)<sup>92</sup>.

A gente se sente baixo, porque a gente sempre fala. Tem uma sala lá na 16 (arquivo da 16 de novembro) que é da mulher do seu Natan<sup>93</sup>, e quando sempre tem aniversário, alguma festinha, a gente é excluído, a gente não é

<sup>90</sup> Entrevista concedida por Karolina, 35 anos.

<sup>91</sup> Entrevista concedida por Catarina, 45 anos.

<sup>92</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

<sup>93</sup> Nome fictício

chamado. Só é eles, os estagiários e os pessoal que são concursados (Informação verbal)<sup>94</sup>.

A primeira vez que o grupo dessas meninas veio trabalhar aqui no arquivo na cidade velha, uma das funcionárias que era uma das chefes, ela disse que preferia mudar de setor, mas que ela não ia trabalhar com pessoas presas que estava fazendo um trabalho no Tribunal. Ela pediu uma reunião conosco que ela não aceitava, porque tinha tanto setor no Tribunal porque colocaram com ela. E nós fomos, levei a equipe do “Começar de Novo”, levei um slide e mostrei o que era o projeto, mostrei que tinha uma seleção, mostrei uma série de coisas e a gente foi trabalhando. Conclusão, isso foi em 2013, hoje nós tamos em 2017, essa servidora que se levantou e queria até mudar de setor, é a maior parceira que nós temos no processo de aceitação desse grupo de cumpridores de pena dentro do Tribunal. Ela briga pelas meninas, ela mostra. Ela percebeu, foi um negócio muito bonito, porque ela compreendeu, reconheceu que ela estava assumindo uma atitude preconceituosa, preconcebida e fechou naquilo ali. Quando ela se permitiu depois da reunião, ela é uma das incentivadoras (Informação verbal)<sup>95</sup>.

A gente tinha um espaço no portal do Tribunal, mas agora eles colocaram esse espaço tão secundário que não chama a atenção. As pessoas não visitam. Eu vou até ver se a comunicação (setor) dá mais uma visibilidade, porque a gente tem internet, o Tribunal tem os meios para isso, a gente tenta fazer realmente com que o Tribunal entenda e use. Então, eu quero inclusive caminhar pra isso, pra elas falarem na rádio Web, pra falarem no portal. Matérias têm, mas feita pelo Tribunal sem a fala delas (Informação verbal)<sup>96</sup>.

O juiz Cláudio Rendeiro também revelou que “recebeu várias vezes reclamações de servidores porque as presas estavam comendo coxinha na lanchonete do órgão ou transitando pelos setores”. Dessa forma, elas são excluídas de várias maneiras e de diversos contextos. No depoimento a seguir até o uso de aparelho ortodôntico por uma das mulheres em prisão domiciliar passou a incomodar uma servidora do TJE:

Quando eu cheguei na Bernal do Couto teve uma servidora que só Deus na causa dela, ela falou: Olha a presinha, usa aparelho! Como se aparelho ortodôntico fosse coisa de outro mundo. Então quer dizer que ela no mundinho dela acha que só porque eu venho do cárcere eu tinha que andar toda jogada. Às vezes a gente ainda se comporta melhor do que uma pessoa que nunca passou pelo cárcere. Eu observo isso, As pessoas acham que com o nariz empinado...as vezes eu fico comigo mesmo, meu deus olha o comportamento dessa pessoa que é concursada, é servidora, eu fico sabe! (Informação verbal)<sup>97</sup>

Observamos nessas falas que o reconhecimento do outro no ambiente de trabalho se dá pela classe social (CARVALHO, 2014), o que implica na falta de reconhecimento da dimensão humana, da pessoa enquanto mulher que gosta de enfeitar-se, cuidar da beleza e da saúde, que é mãe e carrega todos os conflitos e culpas dessa tarefa, tudo por conta que ela está

<sup>94</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

<sup>95</sup> Entrevista concedida pelo Juiz Cláudio Rendeiro.

<sup>96</sup> Entrevista concedida pelo Juiz Cláudio Rendeiro.

<sup>97</sup> Entrevista concedida por Karolina, 35 anos

em uma condição de presa, logo deve perder sua humanidade. Mas, com todas as rotulações, Karolina está lá, com o seu aparelho para corrigir a dentição e observando também o comportamento de quem a julga, não mudando dessa forma sua opinião para adaptar-se a esse julgamento.

Dessa forma, o estigma prejudica consideravelmente a interação social e a sua forma mais elevada, que é a sociabilidade nos espaços em que essas mulheres circulam. Portanto, se isso ocorre a comunicação também é limitada, porque dificilmente haverá espaço para o diálogo. Conforme o relato de Rafaela a seguir:

Tem pessoas que vê a gente como uma pessoa normal. Olha a dona L. (chefia delas)! Eu vejo ela como uma pessoa maravilhosa. Mas assim, tem umas pessoas que olham pra gente, pensam que a gente é o bicho pelo que a gente fez no passado. Só que não é assim. Pelo fato da gente ser ex-preso a gente tem mais é que fazer pra gente pagar o que a gente fez no nosso passado. Só que não é assim. A gente somos pessoas igual a elas. Como a /gente errou, elas também podem errar (Informação verbal)<sup>98</sup>.

O estigma de ex-presidiárias limita até os direitos delas - decorrentes das atividades que exercem em um ambiente em que o sentido de justiça norteia, ou pelo menos deveria nortear as relações – pois muitas vezes não são reconhecidos por alguns servidores, mas, apesar disso, elas reivindicam seus direitos, reagindo a mais uma tentativa de invisibilidade, conforme os relatos a seguir:

Rafaela, lembra, uns diz que é assim: preso vai ter férias nada, preso não tem direito a férias. Por exemplo, assim, uma época que a gente tá num feriado bem prolongado ou é pra deixar sair cedo, aí pessoas falando: eles têm direito? Eles que tem que trabalhar e a gente que tem que ir ((Informação verbal)<sup>99</sup>.

Elas estavam muito frustradas que desde 2013 que não era atualizado o vale transporte e o vale alimentação e elas reivindicaram. Foram feitas várias reuniões com a presença delas, da Secretaria Judicial e do “Começar de Novo”, e a gente conseguiu que fosse atualizado esse valor, e outras demandas (Informação verbal)<sup>100</sup>.

A gente fez várias reuniões, foi estresse, eles não aceitavam (o projeto ter tempo de dois anos). Mas o projeto tem que ter início, meio e fim. “Vocês têm que saber que outras pessoas precisam ter essa experiência que vocês tiveram” (Informação verbal)<sup>101</sup>.

Percebemos por meio das experiências relatadas pelas mulheres, que a instituição traz à tona e reforça um atributo de preconceito, deteriora a sua identidade, “mortifica o seu eu”

<sup>98</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

<sup>99</sup> Entrevista concedida por Karolina, 35 anos.

<sup>100</sup> Entrevista concedida pelo Juiz Cláudio Rendeiro.

<sup>101</sup> Entrevista concedida pelo Juiz Cláudio Rendeiro.

(GOFFMAN, 2003), porque o olhar do outro nos afeta de alguma forma, porque nos construímos a partir das relações (MEAD, 1976). Mas há constantemente uma reação para essa tentativa de invisibilidade, por meio da conscientização de ocupar o seu lugar e serem respeitadas enquanto ser humano, mesmo cheio de erro. Essa atitude de empoderamento se dá pela fluidez da comunicação, pois mesmo na tentativa de silenciamento elas se impõem pelo que é inerente na essência humana – o poder de comunicar sentimentos, insatisfações, ideias, convicções.

Se eu ver alguma pessoa fazendo algum tipo de piadinha, eu vou lá e falo alguma coisa, porque eu não tenho papa na minha língua. Eu falo logo pra ela: a gente como exemplos até pra vocês que nunca fizeram um erro na vida, porque a gente somos pecadores, não só porque a gente já errou e sim daqui por diante como a gente pode errar novamente. Mas é assim, permanecer no erro é burrice. Sempre eu debatia muito lá com uma funcionária terceirizada do Tribunal, ela era uma pessoa que olhava pra gente com olhares torto (Informação verbal)<sup>102</sup>.

Uma vez que fiquei louco com ela, porque tá me olhando assim? Ficava me olhando com uma cara torta. Toda vez que a gente chegava lá, ela dizia que não gostava da gente, que a gente era ex-presos. Uma vez eu fiquei louco e chamei a dona Lídia e disse: essa mulher fica de cara feia pra mim. Dona Lídia chamou ela, me chamou e falou assim: vamos esclarecer essa situação. Eu fiz o pânico, porque eu não tava me sentindo bem. Se eu ver alguém com tititi, eu falo: queres alguma explicação, queres alguma informação, porque não é justo, nós somos ser humano também como qualquer outra pessoa (Informação verbal)<sup>103</sup>.

Os tensionamentos percebidos nas relações das mulheres em prisão domiciliar de resistência e exclusão, não anulam a baixa escolaridade e qualificação profissional da maioria delas, o que acarreta mais dificuldades de conseguir um trabalho. Isso traz uma clara incerteza da fonte de renda para viverem. No entanto, em mais uma forma de resistir ao silenciamento, elas mesmas trazem as respostas de como pode ser o futuro, não se entregando mais uma vez ao contexto de estigma e invisibilidade. Podemos observar nos relatos o sentimento de dúvida, mas também de esperança sobre como será a vida após o término do projeto:

Olha, quando terminar o projeto, só Deus nas nossas vidas. Eu tenho algumas experiências, mas eu não sou profissional. O que eu pretendo, vou te ser bem sincera, é procurar um emprego e o pouco que eu aprendi quero exercitar, que é mexer com cabelo, adoro fazer sobrancelhas. Meu amigo falou pra mim que estava precisando de uma pessoa pra trabalhar no restaurante com ele, então ele já falou comigo, mas lá não é carteira assinada, então eu prefiro ficar onde estou. O que a gente pensa é arrumar um emprego de carteira assinada, ter nossos direitos trabalhistas, porque a gente tá há dois anos no projeto, se a gente tivesse de carteira assinada,

<sup>102</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

<sup>103</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

querendo ou não, ia receber um dinheirinho pra ajudar a gente. (Informação verbal)<sup>104</sup>.

Como tem várias empresas de serviços gerais, eu tô pensando em colocar um *curriculum*. Eu tô na esperança de me chamarem e não me pedirem antecedentes, se não me pedirem, beleza, porque eu me identifico muito com limpeza, eu adoro estar com tudo em ordem, tudo limpo, nada bagunçado. Em janeiro, eu vou me organizar, levar curriculum, enviar por e-mail, se aparecer... mas vou fazer um salgado, uma venda, só sei que não quero ficar parada e quero ganhar meu dinheiro (Informação verbal)<sup>105</sup>.

Dentro do cárcere eu trabalhei na enfermaria, por quatro anos, isso serviu como um curso pra mim, porque a gente trabalhava com receita, com medicamento, eu tenho um bom conhecimento com isso. Serviu pra mim como um curso. Até administrando medicamento. Não podia, mas elas queriam que eu aprendesse. Eu quero fazer (curso de técnico de enfermagem) e ainda dá tempo. O curso é dois anos e dois meses, então dá. Agora, não dá pra fazer esse curso por causa da minha filha. Não tem quem fique com ela pra mim, mas se eu começar a fazer meu curso que eu quero muito fazer, que eu tô planejando ainda esse ano pra fazer, pra quando tiver quase pra acabar pra mim que é dois anos o contrato (projeto), já tenho uma profissão, né? (Informação verbal)<sup>106</sup>.

Todos os desafios enfrentados não foram suficientes para ofuscar a esperança dessas mulheres, pois, como assevera Freire (1997, p. 5) que não é possível viver “a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança e sem sonho. A esperança é necessidade ontológica; a desesperança, esperança que, perdendo o endereço, se torna distorção da necessidade ontológica”.

Segundo Freire (1997) a esperança é um indispensável para a vida, mas a falta dela prejudica o ato de agir e perde-se de vista a recriação de mundo melhor. Porém, para ele, só a esperança não é suficiente, junto com ela precisa vir à consciência do agir e a criticidade, pois “esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia” (FREIRE, 1997, p. 05).

Mesmo diante das injustiças, desigualdades, e problemas sociais que as afetam diretamente as mulheres desta pesquisa não se acomodaram. Elas apoiam a esperança numa prática de que sempre haverá outro caminho, não se conformando com as “portas” que ora se fecham para elas.

Desse modo, mesmo que a sociabilidade desse lugar a qual elas estão inseridas seja atravessada por preconceitos e estigmas por elas serem presas, elas encontram sua forma de participação nas relações comunicacionais, resistindo ao esquecimento e encontrando suas próprias formas de interação.

---

<sup>104</sup> Entrevista concedida por Rafaela, 28 anos.

<sup>105</sup> Entrevista concedida por Karolina, 35 anos.

<sup>106</sup> Entrevista concedida por Margarida, 28 anos.

Outro ponto de tensionamento que precisa ser destacado é a discriminação e ao mesmo tempo o reconhecimento do bom trabalho das mulheres, seja pela eficiência que elas desempenham suas atividades, seja pela confiança que elas estabelecem com servidores. Os trabalhos que as mulheres fazem muitas vezes consistem com o mesmo trabalho dos servidores, no entanto por uma remuneração muito abaixo daqueles.

Por um lado, são elogiadas pelo que fazem, mas por outro são discriminadas por serem presas. Seus direitos trabalhistas não são reconhecidos por conta dos antecedentes criminais e muitas vezes excluídas e silenciadas na relação comunicacional do local de trabalho, porém o discurso institucional é que trabalham com excelência, mas o término do convênio chega com lamentação, e nada é feito para mudar tal conflito.

Meu trabalho aqui (TJPA) consiste em operar o Libra<sup>107</sup> e alimentar as Secretarias com os processos físicos que elas pedem. Esses processos são mandados pra lá e são devolvidos. Tanto quando vai, tanto quando vem, tem que ter esse controle e organizar colocar no lugar certo (arquivar) . Eu trabalho direto com o Libra. Fora isso, eu atendo telefone. A realidade que a gente é o que um funcionário faz (Informação verbal)<sup>108</sup>.

A equipe do Tribunal que trabalha com essas jovens, eles têm consciência que eles (jovens) são muito bons, agora cada convênio que termina, cada um que completa dois anos, eles dizem assim: “a gente fica frustrado porque a gente tá perdendo pessoa que é muito boa pra fazer o que tá fazendo” ( a digitalização). Então, a gente tem consciência que é um desafio muito grande, muito mais pra nós, conseguir um link pra vinculá-los do que deles. Porque eles estão no projeto, porque o projeto os aceitou com os antecedentes maculados (Informação verbal)<sup>109</sup>.

Inclusive no próprio trabalho uma pessoa descobriu e soube era...Ele pensava que eu era, tipo assim...”Concursada”, completou Rafaela. Isso! continua Margarida, Eu não sou um monstro. Eu sou uma pessoa que errei, que paguei pelos meus atos, ainda estou pagando porque eu ainda assino. Aí, eu disse pra ele que eu era do projeto. Mano, esse homem sumiu, nunca mais falou comigo, e eu acho que até o homem me bloqueou no WhatsApp (Informação verbal)<sup>110</sup>.

A gente não participa de reuniões com eles. Só quando é entre nós mesmos ou então quando a chefe coloca a gente em todo tipo de... (pensativa). Olha o Libra agora (sistema que elas trabalham), todos nós fomos chamados (treinamento), ela (chefe) interage com a gente, ela põe a gente em tudo, mas se dependesse de alguns lá mesmo, não chamariam a gente pra nada. Eles chamam a gente assim, pra gente falar que a gente é presa, porque graças ao projeto.... Aí sim, somos palhaços como muitas já falam, palhaço! Eles falam do trabalho que eles fazem por nós e nunca falam de nós. Quem é

---

<sup>107</sup> Sistema de Tramitação de Processos Judiciais do TJPA

<sup>108</sup> Entrevista concedida por Catarina, 45 anos.

<sup>109</sup> Entrevista concedida pelo Juiz Cláudio Rendeiro.

<sup>110</sup> Entrevista concedida por Margarida, 28 anos.



inteligente percebe, só que fica calada porque a gente precisa desse trabalho (silêncio) (Informação verbal)<sup>111</sup>.

Dentro desse contexto, queremos refletir sobre os argumentos de Davis (2018) sobre as (os) presas (os) serem matéria prima humana usada para produzir mão de obra barata, porque ganham bolsa auxílio e não salário, além disso, não tem indenização, seguro desemprego, grave, organização sindical, décimo terceiro, férias, o que se torna uma fonte de lucro ou vantagem mantê-las (os).

A essa exploração da mão-de-obra prisional, Davis (2018) chama de complexo industrial prisional, ou seja, um emaranhado de corporações, governo, comunidade e mídia que tem a finalidade de obter alguma vantagem com a existência e aumento do número de prisões. Nesse sentido, ela argumenta que o “complexo industrial prisional exige entendimento do processo de punição que levem em conta estruturas e ideologias econômicas e políticas” (DAVIS, 2018, p. 92), isto é, entender que a proliferação das prisões não está só para a punição do crime, mas também como uma importante fonte de lucro.

Freire não discorreu sobre quem deve ou não ser excluído, ao contrário, ele argumenta sobre a libertação do ser humano, sobre a inclusão a partir do diálogo e do despertar saindo da ingenuidade para a criticidade. Então, ir contra a um processo de não sociação nesse contexto do ambiente de trabalho das mulheres pode trazer respeito a elas, mas isso poderá não significar aceitação e interação (SIMMEL, 2006).

Dessa forma observamos que o trabalho exercido no projeto “Começar de Novo” significa o sustento, a ocupação, mas também significa continuar na prisão do estigma, onde a comunicação é cerceada e a partir daí as grades e os cadeados surgem na forma de exclusão, insegurança de um futuro incerto. Em uma das análises de Foucault (2012, p. 88) ele questiona a si próprio “se o Tribunal, em vez de ser uma forma de justiça popular, não é a sua primeira deformação”.

A partir dos conceitos estudados até aqui, observamos que a sociabilidade no ambiente de trabalho no TJPA é limitada, uma vez que o fato de se relacionar pode ser questionado pelo preconceito por parte de algumas pessoas que as cercam, assim como pelo estigma que marca, muitas vezes, a vida dessas mulheres, mas como em toda relação de poder há resistência, a todo instante essas mulheres vão contra ao processo de silenciamento e exclusão.

---

<sup>111</sup> Entrevista concedida por Emília, 53 anos.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou compreender como as mulheres que cumprem pena em prisão domiciliar construíram suas relações comunicativas nos espaços de sociabilidade em que convivem ou conviveram durante sua trajetória de vida, neste caso no ambiente de trabalho, da família e do cárcere. Mas para entendermos esse processo realizamos rodas de conversa a partir de um processo dialógico de igualdade, com perspectiva democrática e participativa, rompendo a lógica passiva da transmissão de informações. Nas rodas de conversa, elas puderam relatar as histórias de vida delas e ao mesmo tempo nos permitiu compreender a comunicação relacional daqueles contextos.

A partir do relato que elas deram de si mesmas, percebemos que essas mulheres possuem uma história de vida cheia de acertos, erros e superações, momentos felizes e momentos tristes, são mães, filhas, são mulheres que na sua maioria sofreram violência doméstica, enfrentaram dificuldades como o abandono, a fome, a falta de apoio ou dinheiro, e que não chegaram até o crime por uma simples escolha, teve todo um contexto que as levou a esse fato e que precisa ser entendido.

São mulheres que cresceram em bairros periféricos de Belém, a maioria chegou ao cárcere jovem, com baixa escolaridade, sem profissão definida, fruto de uma sociedade desigual, em que nem todos têm o mesmo reconhecimento e acesso às políticas públicas, porque, embora elas tentem a todo instante superar as dificuldades, nem sempre a visibilidade da dimensão humana é para todos, fazendo do cárcere um lugar celetista de classe, gênero e raça.

Desse modo, esses contextos foram entendidos como de vulnerabilidade e exclusão social, pobreza, violência, machismo, mas também de resistência a esse processo dominador. São mulheres que cometeram crime, passaram pela prisão e agora tentam encontrar seu lugar na sociedade de outra forma, enfrentando as relações de opressão decorrente do preconceito e estigma, sem perder a esperança de uma vida melhor, e essa esperança está pautada na ação e no discurso para intervir num caminho mais igual, num permanente processo de libertação.

Das cinco mulheres da pesquisa, três foram presas acusadas de tráfico de drogas e duas acusadas de homicídio. Quatro delas com dificuldades na maternidade e todas com dificuldades com a família, principalmente nessa nova etapa fora do cárcere. Uma delas que é travesti poucas vezes teve a sua orientação sexual respeitada na prisão, peculiaridades de gênero que muitas vezes são reprimidas e olhadas com preconceito, pois o cárcere, que é uma sociedade dentro de outra sociedade, reproduz o sistema patriarcal dominante.

Desse modo, a relação das presas com o cárcere é uma relação entre colonizador-colonizado, pois é pautado na relação de poder, na tentativa de invisibilizar essa mulher como sujeito de sua história, sem uma identidade. Essa tentativa de silenciamento do gênero pode ser vista desde o surgimento das prisões femininas no Brasil, pois no início do século XVII a corte portuguesa começou a trazer mulheres de Portugal para serem punidas no Brasil. Na época, a punição se dava por acusação de serem mulheres “alcoviteitas”, “amantes”, que se fingissem de “prenhas”, prostitutas. Já no século XIX, a prisão passou a ser direcionada para a punição dos escravos, onde homens e mulheres ficavam juntos sem distinção, com raízes na exclusão e violência.

Só em 1940 que as diretrizes e normas direcionadas para o cárcere feminino foram discutidas e definidas, mas em sua totalidade por homens que não levaram em consideração as questões de gênero, mas sim a viabilidade da construção de uma prisão pelo quantitativo de presas e pela necessidade de mantê-las longe dos homens, pois elas eram acusadas de aguçar a sexualidade deles caso ficassem próximas. Desse modo, observa-se que o cárcere, desde o seu surgimento, não possui espaços de sociabilidade pautados no diálogo, na participação coletiva e reconhecimento da dimensão humana da mulher.

Para além dessa discussão também vem à tona na história das prisões femininas a inadequação dos seus espaços, pois eram locais que reproduziam não só a estrutura de uma casa, mas também os afazeres domésticos com o intuito de regenerar às mulheres para o lar, considerado o lugar de onde não deveriam ter saído para o crime, mostrando a clara diferença social entre o crime cometido pela mulher e pelo homem.

Para essa missão de “recuperação” dessas mulheres presas foram designadas freiras que também estavam imersas num processo de dominação patriarcal, logo são mulheres “docilizando” mulheres numa reprodução de um sistema machista, portanto, não se reconhecendo, dialogando e se entendendo nessa relação de gênero, muito pelo contrário, é uma relação que ambos os lados se anulam para um processo de entendimento, emancipação e criticidade.

Esse cenário do nascimento das prisões, também pode ser visto nos dias de hoje no Centro de Reeducação Feminino do Pará (CRF). Lá as agentes prisionais ainda agem com o mesmo propósito de controle e disciplina para ter a obediência das presas, sem o olhar para a sua dimensão humana de mulher. No entanto, essa relação de poder é permeada de resistência a essa tentativa de dominação.

Assim, é necessário ultrapassar o machismo de uma sociedade onde a mulher sempre foi subjulgada, onde as mulheres precisam olhar mais as outras como mulher, com todas as

dificuldades de ser mãe, ter dupla jornada de trabalho, enfrentar preconceitos sociais quando não se enquadra na expectativa social de boa mãe, esposa, filha.

Logo, as interações comunicativas e a sociabilidade estabelecida pelas mulheres desta pesquisa quando estiveram presas no CRF é limitada e de tensionamento, porque mesmo diante de um “sistema fechado” como a prisão, direcionado ao controle a disciplina, algumas conseguiram concluir os estudos, apesar da violência simbólica e moral impostas pelas regras do cárcere. Outras conseguiram casar, comunicando-se por meio do celular ou se envolvendo com servidor mostrando a fluidez da interação e superando o conceito de “instituição total”.

Há também um tensionamento entre as próprias presas, pois mesmo que elas estejam todas lá acusadas de terem cometido um crime, existe um código de conduta informal entre elas que precisa ser respeitado, caso contrário elas próprias punem umas às outras. Mesmo diante desse código, algumas mulheres dessa pesquisa conseguiram ir de encontro a ele estabelecendo seu lugar de respeito e sobrevivência no cárcere.

A dicotomia dessas relações comunicativas também passa pela travesti que fez parte da nossa pesquisa, pois foi para o presídio masculino, onde sua identificação sexual não foi levada em consideração, A sua forma de resistência para sobreviver diante de tal violência foi o silêncio, pois a questão da homossexualidade no ambiente carcerário altamente machista ainda é um tabu, tanto entre os próprios presos, quanto entre os funcionários.

Até mesmo a liberdade para elas muitas vezes é questionável, porque está cumprindo pena em prisão domiciliar, mas com antecedentes criminais é uma marca que as estigmatiza e limita sua sociabilidade e as expectativas de uma mudança de vida mais abrangente. Muitas vezes, o esforço de ter conseguido uma graduação mesmo no cárcere é diminuído em virtude de não poder fazer um concurso ou não trabalhar na área de formação em virtude dos antecedentes.

Partindo para as interações comunicativas e de sociabilidade exercida no ambiente onde as mulheres exercem suas atividades de trabalho, no caso o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), estas também são permeadas de tensionamentos. Para elas, ao mesmo tempo em que o trabalho parece ruim porque não garante os direitos trabalhistas e é temporário, ele também é necessário e bom, porque é de lá que elas tiram o sustento para elas e para a família.

Mesmo elas sofrendo preconceito no ambiente de trabalho, sendo excluídas de reuniões, confraternizações por serem presas, elas querem continuar e se impõem nesse lugar para terem o respeito necessário para seguir até o fim do projeto. Além disso, ora são reconhecidas como boas pessoas e trabalhadoras, porque fazem o mesmo serviço de um

funcionário concursado a um custo bem baixo, ora não são reconhecidas nas suas dimensões humanas, pois até alguns direitos, como feriados, às vezes lhes são negados com a justificativa de que preso não tira folga como os concursados. Mas, mesmo com todos os desafios, elas permanecem firmes no trabalho e disposta a enfrentar as relações de dominação e invisibilidade.

A todo o momento tanto o sistema penitenciário como o TJPA as oprime, mas elas encontram sempre uma forma de resistir aos problemas advindos da sociabilidade limitada provocada por uma “comunicação” unilateral, isso se dá talvez pela certeza de que precisam se adaptar a esses lugares como uma forma de luta pela vida, na esperança da superação e no alcance de dias melhores, para assim tornar seu tempo de convivência menos pesado nesses locais. Então, não obrigatoriamente esses dois sistemas as docilizou, mas em determinados momentos elas se submetem a certas regras como estratégias para adaptarem-se temporariamente ao que lhes é oferecido.

Inferimos também que modelos de comunicação das instituições as quais elas passaram e/ou passam é quase sempre limitado, sem, a princípio, espaços de coparticipação, compartilhamento e diálogo para com elas, como forma de reconhecê-las em quanto ser humano em todas as duas dimensões, mesmo que esse outro tenha cometido erros, pois elas têm uma história de vida e uma identidade que precisa ser levada em consideração para o estabelecimento de ações e políticas públicas não só para o cárcere, mas na sociedade como um todo. No entanto, a comunicação é quase sempre impositiva, talvez, como forma de tentar o silenciamento daqueles menos favorecidos socialmente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTUR, Angela Teixeira. **As Origens do “Presídio de Mulheres” do Estado de São Paulo**. 2011. 157 f. Dissertação (mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Práticas do encarceramento feminino: presas, presídios e as freiras**. 241 f. Tese (doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARREIRA, C. Entrevistando pistoleiros: as armadilhas simbólicas da pesquisa. In: BARREIRA, C (Org.). **Crimes por encomenda**. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 1998. p. 19-33.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. / jul. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL, **Lei de Execução Penal**: Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984: institui a Lei de Execução Penal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Thiago Fabres de. **Criminologia, invisibilidade, reconhecimento**: controle penal da subcidadania no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_. **Mulher, raça e classe**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_. **Estarão as prisões Obsoletas?** 1. Ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

ESPINOZA, Olga. **A Mulher Encarcerada em Face do Poder Punitivo**. São Paulo: IBCCrim, 2004.

FONSECA JÚNIOR, W. Análise de conteúdo. In DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 280-304.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 25ª edição. São Paulo: Graal, 2012.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FRANÇA, V. Interações comunicativas: a matriz conceitual de George H. Mead. In PRIMO, A. *et al.* (Org.). **Comunicação e interações**. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 71-91.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança:** Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. **A representação do eu na vida cotidiana.** 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

GUARINELO, N. L. Cidades-Estado na Antiguidade Clássica. In PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da cidadania.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 29-47.

INFOPEN. 2014

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LIMA, V. A. Comunicação, poder e cidadania. **Rastros**, Joinville, v. 7, n. 7, p. 8-16, out. 2006.

MELO, M. C. H.; CRUZ, G. C. Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. **Imagens da educação**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

MEAD, G. H. **Espíritu, persona y sociedad.** Barcelona: Paidós Ibérica, 1973.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 11-26, out. 2003.

ODALIA, Nilo. A liberdade como meta coletiva. In PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da cidadania.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 159-169.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Regras mínimas para Tratamento de Reclusos.** Genebra: ONU, 1955. Disponível em: <<https://goo.gl/f8ABZc>>. Acesso em: 20 dez de 2017.

PARÁ. **Susipe em números:** jun. 2017. Belém: Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/Q6wmWz>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

PERROT, Michelle. “A mulher popular rebelde”. In: **Os excluídos da história:** Operários, Mulheres e Prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. pp. 212).

PESSOA, N. C. M. **Janela para o mundo: o caso da TV no cárcere feminino em Belém-PA.** 2015. 62 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres tratadas como homens nas prisões brasileiras.** 1. Ed. - Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTANA, Ana Paula Palheta. **A Casa Dos Días: A Vida no Cárcere Feminino.** 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Belém/Pará: Universidade Federal do Pará.

SIMMEL, G. S. **Questões Fundamentais da Sociologia: Indivíduo e Sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura. In: MORAES, F. E. (Org.). **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983. p. 165-181.

THOMPSON, A. **A questão penitenciária.** Rio de Janeiro: Forense, 2002.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões Da Miséria.** Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Punir os Pobres.** A Nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos. 2ª edição. Rio de Janeiro: F.Bastos, 2001, Revan, 2003.

ZAMPIER, D. Um em cada quatro condenados reincide no crime, aponta pesquisa. **Conselho Nacional de Justiça**, [on-line], 15 jul. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/m1x2SG>>. Acesso em: 12 ago. 2017.



# APÊNDICES

## APÊNDICE A - TÓPICOS PARA O DIÁLOGO EM RODA DE CONVERSA

1. Trajetória de vida até chegar ao projeto “Começar de Novo”
2. “Começar de Novo” representa o quê?
3. Expectativas depois que terminar o projeto
4. Principais dificuldades de cumprir prisão domiciliar
5. Utilização das redes digitais (*Facebook e WhatsApp*).

## **APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA FORMAL COM JUIZ COORDENADOR DO PROJETO “COMEÇAR DE NOVO” NO PARÁ**

1. Quais as principais dificuldades encontradas pelo projeto “Começar de Novo” para atingir o objetivo da reinserção social?

2. O projeto trabalha a conscientização da integração social no ambiente de trabalho onde as e mulheres presas estão inseridas?

3. Quais os meios de comunicação disponibilizados para que essas mulheres em regime de prisão tenham participação nas ações no ambiente de trabalho?

4. As mulheres em prisão domiciliar são incentivadas ao engajamento em outras atividades no sentido de prepará-las para o término do projeto, que tem duração de 2 anos?

5. Como o projeto depende que empresas disponibilizem vagas de trabalho para as presas (os), há investimentos em comunicação para se criar essa conscientização nestas empresas?

## APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO DA RODA DE CONVERSA COM RAFAELA, KAROLINA E MARGARIDA

**Título da pesquisa:** “Interações comunicativas e mulheres em prisão domiciliar: Entre sociabilidades, aprisionamentos e resistências”

**Pesquisadora:** Nara Cristina Moura Pessoa

**Data da realização:** 17 nov. 2017.

A primeira pergunta feita pela pesquisadora foi: Conte um pouco da sua trajetória de vida até chegar ao projeto “Começar de Novo”. Mas, antes de eu fazer a pergunta a Karolina, 35 anos, me interrompeu e quis falar um pouco do preconceito que sofre ao cumprir prisão domiciliar e trabalhar no projeto “Começar de Novo”:

**Karolina:** “Uma amiga olhou pra mim e disse: “eu nunca fui presa, eu não trabalho e tu que já cometeu crime agora tá trabalhando”. Aí eu falei: eu fiz por onde merecer. Isso que dei de resposta pra ela. Muitos olham e falam: essa menina aí já viveu no cárcere e agora trabalha. Mas, primeiramente foi Deus que abençoou e secundamente foi o projeto, o doutor Cláudio (juiz) que olhou com carinho e estou aqui firme e forte. Já prestei serviço pros Correios e agora estou prestando serviço pro arquivo geral, tudo pelo projeto.

“Tudo foi meu esforço dentro do cárcere. Trabalhei em vários lugares. Na cozinha, na prefeitura (da prisão). Tudo foi difícil, mas tá aí. Antigamente, passava feriado, sábado e domingo e a gente ficava trabalhando. Não tem esse negócio de hoje é feriado não vai ter trabalho. Então, hoje pra mim não tenho dificuldade. Pode ser feriado, sábado e domingo o que aparecer vamos lá.

**Pesquisadora:** Qual a principal dificuldade da reintegração social?

**karolina:** A principal dificuldade para a reinserção social é a questão do emprego. A minha vontade é arrumar um trabalho de carteira assinada, da sociedade falar: essa mulher passou pelo cárcere isso não me abala, porque eu tô com a cabeça erguida que nada lá atrás vai me fazer entristecer.

Após Karolina terminar de falar, iniciei a primeira pergunta da entrevista: Se possível, gostaria que cada uma de vocês falasse um pouco da trajetória de vida até chegar ao projeto Começar de Novo. Se quiserem, podem começar pela infância. Fiquem à vontade para falar, não se preocupem com o tempo.

A primeira entrevistada que se dispôs a falar sobre a sua história de vida foi a Rafaela, 28 anos, que se identifica como mulher e se considera travestir.

**Rafaela:** Olha vai ser uma grande história. Eu vou começar falando que, dos meus sete irmãos, eu tenho uma irmã que nasceu com problemas de órgão, então minha mãe precisou ir pra São Paulo e minha mãe me deixou com meus avós por parte de pai com cinco anos de idade. Fui morar com meus avós, fui crescendo e morei com eles até os 13 anos.

Aos 13 anos fui morar com meu pai, aí depois meus avós resolveram viajar pra fortaleza e me levaram com eles. Aí eu passei uns três anos com eles. Voltei de lá com 16 anos, passei a morar com meu pai novamente. Quando eu tava morando com meu pai, com 18 anos decidi ir embora. Eu disse: pai eu vou pra Castanhal, conhecida como uma cidade modelo, né? Eu queria sair da roça, porque eu achava a vida na roça muito puxada, um sol quente, e eu dizia que eu não queria aquilo. Eu queria estudar e conseguir um emprego e conquistar todas as coisas como eu queria.

Só que o tempo que eu fui conhecendo as pessoas, conheci pessoas boas e ruins. A gente somos falhos, pelo fato de tudo isso que aconteceu comigo (**pausa/pensativa**). Terminei meus estudos em Castanhal, na escola José Sales e concluir o curso de informática básica e avançada, aí me meti na área de cabelo pela Embeleze, fiz, mas não concluir. Hoje, em dia eu tenho sonho de um dia ter um emprego e me focar no meu curso e ser um cabeleireiro profissional.

Dessa parte da adolescência pra fase adulta, arrumei alguns empregos, trabalhei, depois fiquei desempregado e fui para a prostituição.

**Pesquisadora:** você pode dizer por quê?

**Rafaela:** por falta de opção de emprego, exato. Aí fiquei desempregada, então eu optei pela prostituição, que foi aonde eu conheci outras pessoas da prostituição.

**Pesquisadora:** Nesse período, você já sabia da sua escolha sexual?

**Rafaela:** Sim, já sabia. Foi quando eu fui morar em Santa Maria do Pará, foi quando eu conheci eles, as outras travestis que faziam programa em Castanhal.

Fui pra cidade, conheci mais pessoas, nisso eu conheci um rapaz que me ofereceu 10 petecas de droga, eu fui gostando dele. Foi aonde tudo aconteceu. Eu vendi as 10 petecas pra ele e por isso acabou ali.

Mas eu vi que foi rápido, uma coisa que tava sendo fácil. Pelo fato de estar no mundo da prostituição, que o sonho de toda travesti é botar o silicone, então minha cabeça já veio nesse ponto, de trabalhar pra ganhar dinheiro.

Como São Paulo é uma cidade grande que é mais fácil tudo por lá, isso foi me dando intuito de vender mais droga e conseguir dinheiro pra viajar e por o silicone, que foi onde eu me dei mal. Já tinham feito denúncia duas ou três vezes. Quando foi uma certa noite eu tava bebendo no posto onde passavam os caminhoneiros, as pessoas iam também jantar no posto pelo fato de ser também restaurante. Numa certa noite eu fui abordada pelos policiais e me pegaram com 800 peteca em Santa Maria do Pará. Foi quando a minha casa caiu. Foi quando eu passei a viver uma nova temporada no cárcere.

**Pesquisadora:** você foi para a penitenciária feminina ou masculina?

**Rafaela:** Fui pro masculino (presídio). Quando cheguei lá fiquei muito assombrada, demais! Porque ali, nossa, minha amiga do céu, tu vê cada rosto. Eu fiquei com os homens. Logo quando a gente chega passa por uma triagem de 10 dias. Depois desses 10 dias, eles te jogam pro bloco onde ficam os pessoal (outros presos).

Logo no início quando cheguei fiquei com 14 internos, mas tinha um que atentava a minha vida. Quando eu ia me deitar ele pegava o lençol e fazia um nó na rede e ficava me apertando. Aí um funcionário viu e disse: deixa o menino em paz. Aí eles (os internos) falaram: nós estamos só zoando ele, não estamos fazendo nada de maldade. O funcionário chamou o diretor e o diretor perguntou o que estava se passando. Eu fui e falei para ele (diretor): não está acontecendo nada de mais, porque é assim, a gente não pode falar porque eles (presos) podem fazer alguma maldade, me bater, dizer que estou caguetando eles, porque esse é o modo que eles veem lá dentro.

Aí o chefe de segurança perguntou se eu queria mudar de cela, foi que eu pedi pra me mudar, fiquei numa cela mais quieta, de senhores e morei com eles uns oito meses no regime fechado. Foi quando eu fui pro regime semiaberto, pra Colônia Agrícola aqui em Santa Izabel.

**Pesquisadora:** em relação a sua orientação sexual, enfrentastes muito preconceito no cárcere?

**Rafaela:** Eu não sofri muito lá dentro assim nessas partes, eu não sei se pelo fato de eu ser uma pessoa assim que onde eu chego eu sei conquistar as pessoas, mas sempre tinha: ah, um viado no meio da gente. Sempre eles falavam assim.

**Pesquisadora:** sofrestes agressão física?

**Rafaela:** Não, agressão física nunca. Eles falavam só nesse sentido, porque é assim pro homossexual viver dentro de um cárcere masculino, nossa, mana, a pessoa tem que ter Deus do lado e ser de lá, igual as gatas fala, porque é assim: o preconceito é horrível. Aí, então foi o que eu passei no fechado oito meses. Foi quando abriu o regime semiaberto e eu fui pra colônia, em Santa Izabel. Chegando lá eu consegui um emprego, meu intuito era esse,

chegar lá e trabalhar para mim redimir pena pra mim sair o mais rápido possível que pra mim aquele lugar não era pra mim.

Aí, fui conversei com a moça que trabalhava lá na assistente social, cheguei com ela, apresentei meus documentos e falei tudo que eu tava precisando naquele momento. Ela foi e falou: olha, a gente tem emprego em vários setores, eu fui e escolhi como cozinheiro, que é uma coisa que eu me identificava bastante. Ela foi e fez a minha ficha.

Eu trabalhei um ano e seis meses, ganhei três meses de remissão de pena e passei lá na Colônia quase dois anos e quatro meses. Foi quando abriu o aberto (prisão domiciliar). Foi quando eu sair pra casa. Quando eu sair de lá, eu fiz o treinamento do “Começar de Novo”, que seu Cláudio Rendeiro (juiz) abriu as portas para gente fazer o treinamento, que inclusive foi a última vaga que eu preenchi. Eu fiquei aguardando eles (do projeto) entrarem em contato, que eles falaram que iam precisar da gente. Então, eu fiquei lá em Castanhal, fiquei morando com meu amigo e a vida foi passando. Eu fazia um bico aqui, outro ali.

**Pesquisadora:** Com quantos anos você disse eu sou mulher?

**Rafaela:** Com 18 anos. Eu decidi minha escolha, de ser isso e assumi não só pra minha família, mas pro mundo todo, porque é assim, quando agente é travesti que é fechado só pra gente, a gente sofre muito bulling de dizerem “chegou o fresco”, “chegou a bicha”. Então, isso aí é uma coisa que me deixava muito constrangido, das pessoas ver o que eu era e eu dizer que eu não era uma coisa que eu era. Então, eu sofri muito nessa parte.

Somente na fase de adolescente quando eu estudava, eu já sabia o que eu era, com 15 anos eu já sabia quem eu era. Com 18 anos eu assumi pra minha família. Eu morava com meu pai chamei ele e conversei. Falei a verdade. “Pai eu vou falar uma coisa pro senhor que o senhor já tem quase uma certeza, mas eu acho que o senhor sente um pouco de dúvida e aí ele aceitou numa boa. Minha mãe também aceitou numa boa. Inclusive até hoje ela mora comigo. Ela veio de São Paulo, graças a Deus, eu pago o aluguel e eu chamei ela pra morar comigo, que há 19 anos agente não nos via.

**Pesquisadora:** por quê?

**Rafaela:** Foi assim, quando minha mãe me teve com meu pai, ela teve só um rolo com ele. Ela tava junta com ele. Aí ele foi morar pro Rio de Janeiro pra trabalhar pra mandar dinheiro pra mim, quando chegou lá ele conheceu minha madastra que é hoje. Que vivia com ele, porque ele (pai) já é falecido. Morreu de câncer, mas teve quatro filhos com a minha madrastra.

Minha mãe ficou aqui, conheceu um outro rapaz e engravidou dessa minha terceira irmã que nasceu com problemas de órgão, devido o crescimento dela (irmã), minha mãe

levava muito ela no hospital, e a moça (do hospital) falou lá que tinha que encaminhar ela imediatamente pra São Paulo, pra ela fazer a cirurgia e ela fez 23 cirurgias. Hoje em dia ela vive bem. Ela não tinha ânus e ela faz xixi por uma sonda. Através do projeto que eu chamei elas pra morarem comigo, depois de 19 anos.

Pra mim foi uma grande vitória. Tudo que eu passei de ruim na minha vida me resultou coisas boas, porque eu acho que se eu não tivesse trabalhando minha mãe não estaria aqui comigo e eu ficaria só nas saudades, porque eu sempre falei pra ela: Mãe eu sempre pensei na senhora. A senhora me deixou quando eu era criança, mas assim, as pessoas falavam mal da senhora, mas assim pra mim uma mãe luta pelos filhos. Digo pra minha mãe que ela não foi uma mãe de lutar pelos filhos.

Quando minha mãe me deixou eu fiquei com meus avós por parte de pai no Ceará. Depois que eu vim do Ceará com 16 anos eu passei a morar com meu pai em Miraceu, em Capanema. Morei até completar minha idade de maior com meu pai, foi quando eu passei a vir pra Castanhal, trabalhar, estudar, ser independente. Assim, já tenho 10 anos de morar só, levar minha vida, responsabilidade, quando a gente fica de maior a gente tem que ter responsabilidade.

Minha mãe vai embora pra Manaus com minha tia porque aqui tá muito difícil de trabalho. Ela falou que vai ano que vem pra lá. Aí eu falei pra ela: se for pra senhora trabalhar, né? Porque minha tia tem restaurante. Minha tia chamou ela e as duas se identificam muito.

**Pesquisadora:** quando terminar o projeto, como vai ser?

**Rafaela:** Olha, quando terminar o projeto, só Deus nas nossas vidas. Eu tenho algumas experiências, mas eu não sou profissional. O que eu pretendo, vou te ser bem sincera, é procurar um emprego e o pouco que eu aprendi quero exercitar, que é mexer com cabelo, adoro fazer sobrancelhas.

**Pesquisadora:** Você tem um algum curso nessa área?

**Rafaela:** Não. Eu fiz, mas não conclui pra dizer que sou um profissional, mas o pouco de experiência que eu tive, eu trabalho, já fiz as sobrancelhas das amigas. Eu penso de futuramente ser reconhecido como um profissional, cabeleireiro.

Quando terminar o projeto não tenho nada em vista. Meu amigo falou pra mim que estava precisando de uma pessoa pra trabalhar no restaurante com ele, então ele já falou comigo, mas lá não é carteira assinada, então eu prefiro ficar onde estou. O que a gente pensa é arrumar um emprego de carteira assinada, ter nossos direitos trabalhistas, porque a gente tá



há dois anos no projeto, se a gente tivesse de carteira assinada, querendo ou não, ia receber um dinheirinho pra ajudar a gente.

**Karolina interferiu:** A gente já pensa assim, se a gente ficar doente? Não tem direito ao auxílio doença e pra gente se aposentar? A gente já pensa na velhice. Eu tô com 35 anos, tenho uma filha de 17 anos, não tenho um risco na minha carteira de trabalho. (essas mulheres só foram vistas pelo estado na hora da prisão, mesmo antes não tinham emprego)

**Rafaela:** Eu também não tenho. O projeto não assina a carteira, é só uma bolsa, só é uma ajuda pra gente.

**Karolina:** Antes, no Tribunal não tinha tempo determinado, mas agora tem. É de dois anos pra dar oportunidade pra outros. A gente vai ficar, mas tá na mão do senhor. Eu creio que outras portas vão se abrir, porque é verdade, eles precisam de oportunidade. Assim como tô tendo oportunidade, eu quero outras pessoas também tenham. Veja que é bom a gente se dedicar naquilo que faz.

**Rafaela:** Quando a gente quer a gente muda. Saber que todo dia a gente acorda, toma café, sabe a gente tem nosso trabalho ali, nosso dinheiro limpo, que não é um trabalho pesado é um trabalho digno, que a gente trabalha no ar condicionado que é muito bom. Aí então a gente reflete muitas coisas, o que a gente viu pra gente, a gente quer para os nossos amigos, que passou pelo erro que nós passamos. O que a gente passou de bom no projeto, a gente quer que eles passem também para eles verem até pra melhorarem, muitos deles tem família, então, muitos deles fazem besteira até depois que saem e volta a fazer besteira novamente. Eu sei que é assim, pra nós o projeto é pai e mãe. É uma coisa maravilhosa.

**Pesquisadora:** E pra você Karolina, depois do projeto, quais as expectativas?

**Karolina:** Como tem várias empresas de serviços gerais, eu tô pensando em colocar um Curriculum, eu tô na esperança de me chamarem, se não me pedirem antecedentes. Se não me pedirem, beleza, porque eu me identifico muito com limpeza, eu adoro estar com tudo em ordem, tudo limpo, nada bagunçado. Em janeiro, eu vou me organizar, levar curriculum, enviar por e-mail, se aparecer (**semblante de dúvida...**)

**Pesquisadora:** Você tem uma profissão definida?

**Karolina:** Não, mas vou fazer um salgado, uma venda, só sei que não quero ficar parada e quero ganhar meu dinheiro.

**Pesquisadora:** E a tua trajetória de vida, Karolina, me fala um pouco?

**Karolina:** Quando criança, foi tudo maravilhoso, tudo bacana (**risadas**). Meu pai já é falecido e minha mãe é idosa. Com 13 anos eu me meti com um rapaz e foi uma vida de terror, porque na época, eu tenho uma filha de 17 anos e ele é o pai da minha filha, enquanto

eu tenho 35, ele tá caminhando pra 50 anos, então era uma vida assim, eu gostava dele e a minha família nunca aceitou esse relacionamento, porque ele era um homem agressivo me batia e eu vivi com ele 11 anos. (a maioria das mulheres sofrem violência doméstica)

Então, a minha adolescência eu não tenho muito o que falar de alegria, porque eu me dediquei a esse romance. Com 17 anos eu tive a Jamile e hoje minha filha tem 17 anos. Ele me batia e eu ficava toda roxa e eu não tinha coragem de denunciar.

**Pesquisadora:** Por quê?

**Karolina:** Porque eu gostava dele e eu achava que por eu gostar eu tinha que aceitar aquilo, aquela vida sofrida, de apanhar. Então, era isso, o que foi que aconteceu? Eu com 17 anos engravidei, aí eu tive a minha filha e ele já vivia no mundo do crime. Através dele que eu fui no mesmo caminho. A minha filha na época tinha três anos, ele foi preso. Aí o que aconteceu, eu fiquei assim: meu deus, ele foi preso, e agora, quem vai ter que ficar na frente da venda das drogas sou eu.

Foi passando o tempo, fui visitando ele, fui vendendo, fui conhecendo várias pessoas porque eu que fiquei na frente da venda e foi até que eu fiquei 11 anos com ele. Visitava ele. Eu cheguei a visitar ele três anos. Ele passou cinco anos preso. Eu fiquei visitando três anos toda quinta e todo domingo, toda quinta e todo domingo. Quem me ajudava era o pai dele, mas eu vendia droga, e ficava, ia pra um canto, ia pra outro, conhecia várias pessoas, quando eu me deparei, eu já tava mais que envolvida no mundo do crime.

Minha filha foi crescendo e eu fui vivendo aquela vida, toda quinta e todo domingo, então não tinha mais, eu vivia aquela rotina do cárcere até que um certo dia eu me deparei dentro do cárcere, mas antes disso apareceu uma pessoa e perguntou se eu não queria viajar pra Manaus. Se eu não queria ganhar mais do que...aí eu pensei e eu disse não, porque a policia todo final de semana já queria tá me pegando pro acerto. Então, ali eu pegava as drogas com meu dinheiro, não pegava nada no apurado, eu nunca gostei, sempre gostei de trabalhar com o meu dinheiro.

Todo final de semana um passava pro outro (policial). Olha, ali vende uma mulher, vai lá que se tu agarrar ela, ela vai te dar tanto. Foi que chegou em uma época que eu já não tinha mais dinheiro pra mim me manter e comprar com meu próprio dinheiro (a droga). Foi que apareceu esse rapaz perguntando se eu não queria viajar pra Manaus. Cada viagem eu ia ganhar dois mil. Eu achava que tudo ia ser fácil, tudo ia ser maravilha.

Na primeira viagem eu fui, eu já não tava mais visitando o pai da minha filha, eu abandonei ele dentro do cárcere. Ele ficou tão revoltado que na época eu fiquei com uma depressão, eu fiquei muito deprimida, peguei vilitigo porque não queria comer, só queria tá

só, chorava. Não foi muito bacana não. Aí pintou essa viagem, eu viajei pra Manaus, passei sete dias, quando eu voltei, eu cheguei tudo bem. Ganhei meus dois mil e fui pra loja, fui comprar as coisas pra mim e pra minha filha e a minha mãe é idosa e eu deixava minha filha com a minha mãe. Então, minha mãe perguntava: Karolina, o que tu anda fazendo? Eu sempre escondia porque eu achava que eu era dona da situação, mas eu não era dona de situação nenhuma, eu era a palhaça do circo (**risos**).

Verdade, porque não vai dá em nada, porque não sei o quê, é tudo ilusão. Pintou a segunda viagem. Ele falou pra mim que tinha total confiança em mim, porque ele mandava eu ir com o dinheiro, chegava tudo certo, voltava as coisas tudo certa. Quando foi na segunda viagem tudo bem. Na terceira viagem, ele foi comigo. Aí tá, a gente ia de voo e voltava de navio, aí aquela terceira viagem foi sabe, não tava uma coisa legal, meu coração tava acelerando, um agonia total. Foi que na terceira viagem já foi uma denúncia anônima, me pegaram.

Na sexta feira, a Policia Federal foi revistou tudo e encontrou uns pessoal por lá, porque como Manaus a rota é muito grande de tráfico, pegou uns pessoal, tô pensando que tá tudo bem. Não! Mas quando chegou no porto de Belém a DRCO tava desde sexta aguardando pra eu chegar pra fazer a apreensão. Então, a minha vida não foi muito aquelas coisas. Foi quando eu era criança, que era tudo beleza, tudo legal, mas com 13 anos que eu conheci esse rapaz, que hoje é pai da minha filha, já foi uma vida sabe, ele me batia, uma coisa, e quanto mais a minha família se metia, mais eu dizia que eu gostava que eu queria. Meu pai não aceitava, foi uma coisa de louco.

**Margarida:** A Simone (outra mulher presa) tava contigo nessa viagem?

**Karolina:** Tava. Eu conheci a Simone em Manaus. A gente tava na mesma casa. No crime a gente se envolve, vai conhecendo várias pessoas.

**Pesquisadora:** Você assumiu o tráfico porque você quis ou foi pressionada pelo marido?

**Karolina:** O mundo do crime é assim: se eu for pega com a droga de alguém, eu não posso dizer que é da Rafaela, porque a policia vai bater onde a Rafaela tá. Já não vou ser bem chegada dentro do cárcere, porque vão me jogar de encontro e dizer que eu caguei, então o que foi que eu tive que falar: que eu era garota de programa, que eu fui com um marítimo, que eu chegava lá, fui pra uma boate e conheci um rapaz, ele gostou de mim.

Eu assumi o tráfico porque eu quis. Eu estava adaptada com aquela vida fácil, dinheiro fácil. Quem que não quer um dinheiro fácil. Só chegar ali, enrolar, vender, ficar com o dinheiro. Minha filha era pequena, tinha que tá comprando fralda, leite.

**Rafaela completou:** e ainda sozinha!

**Karolina:** Sozinha sim, porque minha mãe diz que sou orgulhosa. No momento que eu me meti com o pai da minha filha, eu já não queria que minha família me desse mais nada, porque a família dava as coisas pra mim, mas queria que eu deixasse ele, como na época eu gostaaaaava.....Hoje, comigo mesmo, eu acho graça de tudo que eu fiz, tudo mesmo, eu sabia que ia chegar esse momento deu parar pra pensar, refletir, ia chegar o momento deu achar graça de tudo aquilo. Mas, hoje eu converso com a minha filha e conto tudo, tudo, não escondo nada. E hoje ele (pai da filha) tá completando 50 anos e ainda se encontra no cárcere

**Pesquisadora:** Por tráfico também?

**Karolina:** Não. Homicídio

**Pesquisadora:** Hoje, você está solteira ou tem namorado?

**Karolina:** Tenho namorado, mas mesmo assim quando eu tava no cárcere ele (ex-marido) chegou a me visitar. Na visita das crianças levava minha filha e o que aconteceu com ele, ele foi baleado, mesmo assim ele ainda ia. Na época eu era louca por ele, pensa numa adolescente louca por um homem. Era assim meu amor por ele.

**Pesquisadora:** Ele ainda te procura?

**Karolina:** Não. Hoje, nós somos amigos. Temos uma amizade pela filha que a gente tem. Tá resolvido. Mas só tá resolvido porque na época eu trabalhava no correio e eu me meti com um rapaz e ele não aceitava, porque ele ficou deficiente. Antes, ele tinha a mulher que ele queria. Ele tinha dinheiro, moto, fazia um monte de coisa. Então, ele passou por esse momento. Ficou na cadeira de roda, então minha primeira licença da prisão foi pra cuidar dele, mesmo a gente não tendo mais nada. Então, ele achava que tudo aquilo que eu fiz por ele, eu ainda ia ficar com ele. Ele não aceitava me ver com outra pessoa. Foi quando ele se recuperou, voltou a andar, ficou com deficiência no braço, não bem como antigamente.

Aí eu vim pro projeto, mandaram me chamar e eu tive que contar tudo. O dr. Cláudio (juiz) na época tinha dado a prisão domiciliar dele, aí o dr. Cláudio mandou recolher ele, porque ele tava de prisão domiciliar e foi lá no Correio, onde eu prestava serviço (pelo projeto), e fez maior gracinha, que foi parar até no “Começar de Novo”. Foi que o dr. Claudio pegou pesado com ele. Foi que ele me deixou de mão.

Como hoje a gente tem essa filha, eu converso com ela. Ela disse pra mim: “mãe, eu tinha mil motivos pra ser revoltada, mas não”. Ela tá cursando o terceiro ano do ensino médio e a tarde ela é menor aprendiz. Ela pra mim é uma criança muito calma. Tudo que ela passou, a mãe no cárcere, o pai no cárcere, não é fácil, porque os filhos se espelham muito no pai e na mãe, e ela não. Ela é uma filha muito tranquila. Ela não gosta quando ela sabe de um caso de

um homem bate na mulher, ela nem gosta. Ontem, a gente tava assistindo a novela, o homem bateu na mulher e ela ficou revoltada e disse: “mãe, não gosto de ver isso e desligou a televisão”. Eu disse porque? Ela disse: “não mãe, eu não gosto”. O pai dela era um homem muito agressivo e ela houve e é muito amiga dele.

**Pesquisadora:** Ela ainda visita ele?

**Karolina:** Não. Ela visitava quando ela tinha uns cinco anos. Então, ele passou cinco anos no fechado. Quando ele saiu foragido, e voltou deficiente. Foi quando o dr. Cláudio deu a domiciliar pra ele, ele fez a confusão comigo e voltou e até hoje ainda tá no cárcere. Ano que vem ele sai de condicional. Então, como não deve ser a cabecinha dela, né? Tanta coisa. O pai no cárcere, a mãe também já passou por isso.

**Pesquisadora:** Ela ficou com quem quando tu estavas presa?

**Karolina:** Com a minha mãe.

**Pesquisadora:** Ela ia te visitar?

**Karolina:** Ia, mas, assim, ela já tava com oito anos, quando era dia de visita, ela não gostava de ir. Ela escondia a carteira, era a maior confusão (**risos**), porque eu até entendo.

**Rafaela:** É muito constrangedor, as pessoas que nunca passaram por ali, passarem.

**Karolina:** Verdade. Eu ficava triste, porque eu era uma mãe muito dedicada a minha filha. Gostava de arrumar ela. Até hoje, uma roupa, ela diz: “mãe veja uma roupa que vai cair bem”. Eu amarrava o cabelo da minha filha. Tudo aquilo foi, sabe? O mundo desabou e eu fiquei sem chão.

**Pesquisadora:** Ela é menor aprendiz onde?

**Karolina:** Na Daime.

**Pesquisadora:** E você Margarida?

**Margarida:** **Muitos risos.** É tão bonito ver a história de vocês e vê onde a gente tá hoje. É um filme que passa na nossa cabeça. A gente olha hoje, cara, eu não digo nem pela minha história, mas pela deles, porque é assim, eu não me envolvi no crime, entendeu? O meu foi um caso de fatalidade. Já no caso deles, eu gosto de ouvir. Quando eles me contavam as histórias, eu ficava assim (gesto de pensativa), nossa! Sabe? a história dela. Ela chorava de mais no cárcere.

**Karolina:** Eu chorava, porque várias coisas aconteceram. Eu perdi meu pai, eu tava dentro do cárcere fora os dois filhos caçula da minha mãe. Eu tenho um irmão que tá no cárcere por assalto, tráfico, quer dizer que foi essas coisas. Porque meu pai era muito rígido e minha mamãe também. Quer dizer que os dois filhos caçula das mulheres e dois homens fizeram, sabe? O resto é tudo trabalhador, e o meu irmão é um profissional, trabalhava com

meu pai, meu pai era marceneiro, e ele é um profissional, reforma móveis, quer dizer que ele optou pelo crime. Primeiro foi ele que se envolveu, depois foi eu. Quer dizer, minha mãe é idosa, mas eu dou toda a atenção. Tudo que eu posso fazer pela minha mãe eu faço.

**Pesquisadora:** Você também tem familiar envolvido Rafaela?

**Rafaela:** Não

**Pesquisadora:** Você tem familiar envolvido Margarida?

**Margarida:** Meu irmão era envolvido sim, mas ele já morreu, uns cinco anos atrás. Ele já tinha sido preso. Ele saiu e a milícia matou ele. Ele matou um policial, aí ele foi preso.

**Pesquisadora:** E a sua história Margarida, você quer falar um pouquinho?

**Margarida:** A gente tem que dar glória Deus e aleluia pela vida que agente leva hoje, pelo menos esse salário nos ajuda em muita coisa. Graças a Deus eu nunca fui do crime. Também não julgo, porque às vezes é, não sei. Nunca fui do crime, isso foi uma fatalidade na minha vida. Ter tirado a vida de uma pessoa a qual eu passei seis anos e seis meses no cárcere. Foi um momento de raiva, por ser uma menina muito jovem. Não tenho muita coisa pra falar da minha adolescência e nem da minha mocidade.

**Pesquisadora:** Quantos anos você tinha?

**Margarida:** Eu tinha 18 anos, então eu passei mais tempo presa. Quando eu completei 18 eu já não saía de casa, entendeu? Então, eu já passei a maioria do tempo presa, ou seja, quando eu era criança, assim, eu apanhava muito do meu pai. Ele era muito rígido pra eu não ir pra rua, mas coisa de pai mesmo, a gente pensa que é ruim. Minha mãe não era muito presente, nem ele. Ele por conta que tinha que trabalhar. Isso vai deixando a pessoa que vai crescendo sem amor, sem acompanhamento familiar de amor paternal, maternal.

Então, a gente vai ficando meio que sem o acompanhamento dois pais. Quando eu passei a estudar, aí aconteceu todo o fato comigo. Foi dentro da escola. Foi um caso que repercutiu muito. Saiu até no jornal nacional. Foi um ato impensado meu. Cheguei a tirar a vida da jovem. Passei esses seis anos presa e aprendi muito lá dentro. Elas sabem minha trajetória. Eu trabalhei. Deus é tão maravilhoso, que eu não sofri tanto assim, logo já fui trabalhando, remindo pena. Estudei, conclui meus estudos (ensino fundamental) no cárcere, peguei meu certificado, e a partir que o dr. Claudio já veio ter o projeto Sala de Cordas na época. Ele sempre foi ligado com a gente. Violão, coral, foi a partir daí que a oportunidade veio ficar muito melhor pra gente.

**Pesquisadora:** Casastes antes ou depois da prisão?

**Margarida:** Casei quando eu saí. Tive uma filha. Ele nunca me abandonou lá dentro.

**Pesquisadora:** Ele namorava contigo no cárcere?

**Margarida:** Ele me visitou. Eu conheci ele no cárcere, por celular (**risos**). A gente se conheceu assim...A nossa história é muito bonita, a gente se conheceu por um programa evangélico. Ele foi fazer a oração por mim, virou meu amigo, virou meu marido. Depois de pouco tempo ele passou a me visitar, aí ficou uns cinco anos me visitando. Quando eu saí, nós casamos e engravidei, e depois não deu mais certo.

**Pesquisadora:** Você tem quanto tempo separada dele?

**Margarida:** Separada eu tenho um ano. Moro só com minha filha que tem um ano.

**Pesquisadora:** E o projeto “Começar de novo”, como será depois que acabar o tempo de vocês lá?

**Margarida:** Oh, é assim, dentro do cárcere eu trabalhei na enfermagem, por quatro anos, isso serviu como um curso pra mim, porque a gente trabalhava com receita, com medicamento, eu tenho um bom conhecimento com isso. Serviu pra mim como um curso. Até administrando medicamento. Não podia, mas elas queriam que eu aprendesse. Eu quero fazer (curso de técnico de enfermagem) e ainda dá tempo. O curso é dois anos e dois meses, então dá. Agora, não dá pra fazer esse curso por causa da minha filha. Não tem quem fique com ela pra mim.

**Pesquisadora:** Quando terminar o projeto, em que você irá trabalhar? Já tem alguma coisa em vista?

**Margarida:** Não, mas se eu começar a fazer meu curso que eu quero muito fazer, que eu tô planejando ainda esse ano pra fazer, o curso técnico de enfermagem, pra quando tiver quase pra acabar, pra mim que é dois anos o contrato, já tenho uma profissão, né?

**Pesquisadora:** Vocês podem falar sobre quais as principais dificuldades de retornar ao convívio social?

**Margarida:** No meu pensar, quando a gente tá saindo algumas pessoas e familiares estão sabendo que você tá saindo do cárcere, porém eles te amam e não vão te julgar. Mas, assim, muita gente não tá sabendo, então você é uma pessoa normal.

Agora o preconceito maior que a gente, infelizmente, eu tenho visto, pelo trabalho, porque se o “Começar de Novo” tá me levando pro projeto numa empresa, seja lá onde for, então, assim, eu vejo que o preconceito vem do trabalho, porque eles estão sabendo que você é de um projeto. “Olha aquela ali”. Inclusive no próprio trabalho uma pessoa descobriu e soube era...Ele pensava que eu era, tipo assim....

**Rafaela completou:** Concursada

**Margarida:** Isso! Eu não sou um monstro. Eu sou uma pessoa que errei, que paguei pelos meus atos, ainda estou pagando porque eu ainda assino. Aí, eu disse pra ele que eu era

do projeto. Mano, esse homem sumiu, nunca mais falou comigo, e eu acho que até o homem me bloqueou no WhatsApp.

**(Risos de todas)**

**Pesquisadora:** No trabalho, se descobrirem que vocês cumprem prisão domiciliar as pessoas cortam as relações?

**Margarida:** Não são todas

**Rafaela:** Tem pessoas que vê a gente como uma pessoa normal. Olha a dona Lídia<sup>112</sup> (chefia delas), eu vejo ela como uma pessoa maravilhosa. Mas assim, têm umas pessoas que olham pra gente, pensam que a gente é o bicho pelo que a gente fez no passado. Só que não é assim.

**Margarida:** Rafaela, lembra, uns diz que é assim: preso vai ter férias nada, preso não tem direito a férias. Por exemplo assim, uma época que a gente tá num feriado bem prolongado e pra deixar sair cedo, aí pessoas falando: eles têm direito? Eles que têm que trabalhar e a gente que tem que ir.

**Rafaela:** Pelo fato da gente ser ex-presos a gente tem mais é que fazer pra gente pagar o que a gente fez no nosso passado. Só que não é assim. A gente somos pessoas igual a elas. Como a gente errou, elas também podem errar.

**Karolina:** Às vezes, a gente ainda se comporta melhor do que uma pessoa que nunca passou pelo cárcere. Eu observo isso. As pessoas acham que com o nariz empinado...às vezes eu fico comigo mesmo, meu Deus olha o comportamento dessa pessoa que é concursada, é servidora, eu fico sabe...(pensativa)

**Pesquisadora:** Qual a atitude de vocês diante dessa situação?

**Rafaela:** Se eu ver alguma pessoa fazendo algum tipo de piadinha, eu vou lá e falo alguma coisa, porque eu não tenho papa na minha língua. Eu falo logo pra ela: a gente somos exemplos até pra vocês que nunca fizeram um erro na vida, porque a gente somos pecadores, não só porque a gente já errou e sim daqui por diante como a gente pode errar novamente. Mas é assim, permanecer no erro é burrice. Sempre eu debatia muito lá com uma funcionária terceirizada do Tribunal, ela era uma pessoa que olhava pra gente com olhares torto.

Uma vez que fiquei louco com ela, porque tá me olhando assim? Ficava me olhando com uma cara torta. Toda vez que a gente chegava lá, ela dizia que não gostava da gente, que a gente era ex-presos. Uma vez eu fiquei louco e chamei a dona Leiliane e disse: dona Lídia essa mulher fica de cara feia pra mim. Dona Lídia chamou ela, me chamou e falou assim:

---

<sup>112</sup> Nome fictício



vamos esclarecer essa situação. Eu fiz o pânico, porque eu não tava me sentindo bem. Se eu ver alguém com tititi, eu falo: queres alguma explicação, queres alguma informação, porque não é justo, nós somos ser humano também como qualquer outra pessoa.

**Pesquisadora:** E você Margarida, qual a sua atitude diante dessas situações?

**Margarida:** Olha, eu nunca vi a pessoa falar pra mim diretamente, mas já vi indiretamente, mas assim, a gente tem que ter muita cautela. Nós somos observadas, então teu comportamento vai dizer quem tu és. Então, eu provar pra essa pessoa que eu era o oposto daquilo que ela tava falando. Tentar mostrar pra ela que eu tenho mudança, que eu vou mudar, que eu quero uma melhora na minha vida. Fico calada e mostro com meu comportamento. E se viesse acontecer o fato, eu também chamaria.

**Pesquisadora:** Qual o sentimento nesses momentos?

**Rafaela:** Dói

**Margarida:** Claro que dói

**Rafaela:** A gente se sente excluído, a gente se sente muito excluído. É horrível.

**Pesquisadora:** E você Karolina?

**Karolina:** (risos) antes eu era muito explosiva. Tudo eu queria dá-lhe. Hoje não. Se eu vejo o preconceito eu saio, mas fico triste. Eu observo essa pessoa e vejo que meu comportamento é melhor que o dela e ela tá falando de mim. Eu entrego nas mãos de Deus, mas fica o sentimento de exclusão.

**Rafaela:** A gente se sente sabe como? A gente se sente baixo, porque a gente sempre fala. Tem uma sala lá na 16 (arquivo da 16 de novembro) que é da mulher do seu Natan<sup>113</sup>, e quando sempre tem aniversário, alguma festinha, a gente é excluído, a gente não é chamado. Só é eles, os estagiários e os pessoal que são concursados.

**Pesquisadora:** No Lauro Sodré é assim?

**Margarida:** Na verdade, eu tô pouco tempo lá, eu não tenho como te responder porque ainda não teve nenhum tipo de evento, mas assim, só é eu, a Cris e o meu chefe, não tem muita gente.

**Pesquisadora:** E na Bernal do Couto?

**Karolina:** A gente participa, mas ano passado teve uma confraternização e eles foram pra churrascaria, então a gente que é do projeto eram três, só foi os servidores. Ficamos triste. O que a dona Lídia fez. Convidou nós três que somos do projeto, aí um rapaz não quis participar. Quando eu cheguei na Bernal do Couto teve uma servidora que só Deus na causa

---

<sup>113</sup> Nome fictício

dela, ela falou: “Olha a presinha, usa aparelho<sup>114</sup>!” Como se aparelho fosse coisa de outro mundo. Então quer dizer que ela no mundinho dela acha que só porque eu venho do cárcere eu tinha que andar toda jogada.

**Pesquisadora:** Vocês fazem parte de algum grupo de WhatsApp do trabalho?

**Karolina:** ah, não. Não gosto

**Rafaela:** Eu não estou

**Pesquisadora:** Mas porque?

**Pesquisadora:** Pelas pessoas que são administrador, como a dona Lídia comentaram: “você não tá no grupo aqui no Tribunal, da 16?” Eu disse não, porque não me convidaram. Se é um grupo do trabalho pra todas as pessoas ficarem por dentro dos assuntos, se você trabalha lá e tem que ficar por dentro de todos os assuntos, eu tenho por direito de pegar seu contato e deixar todo mundo na ativa, e lá não é assim. Eu acho que eles só botam mais eles que são concursados.

**Pesquisadora:** E em relação ao facebook?

**Rafaela:** No facebook, pela minha nova aparência, pelo meu sumiço, pra muitas pessoas, amigos, ficaram assim assustados, pelo fato de eu ter passado pelo cárcere, eles não sabiam. Aí a maioria perguntava: “porque tu sumiu”. Então, eu sou muito verdadeira, eu falo a verdade, não adianta esconder, porque vai tá num canto aí a pessoa vai dizer: “a Rafaela tá diferente, tá mais feminino”. Eu falei assim: eu quero uma mudança pra minha vida, por tudo que eu passei, então eu quero vida nova. Então, quando terminar o projeto, eu quero ir pra São Paulo trabalhar com esse meu amigo no restaurante dele. Eu pretendo fazer minha nova caminhada em São Paulo, de lá eu vou pra Manaus com a minha mãe.

O pessoal fica abismado de me verem assim muito feminina na rede social. Dizem: “nossa tu estás uma mulher mesmo”. Eu digo: não sou mulher, eu sou um travesti, isso aí eu nunca deixei esconder nada. Falam assim, tá bonito, ficou bem pra ti. Aí eu vou e falo, muitos perguntam porque eu sumi. Eu digo: eu fiz um erro, eu tava vendendo droga pra botar o silicone, mas deu tudo errado. As pessoas me entendem de boa e perguntam: “e hoje em dia?” “Aí eu respondo: hoje em dia eu levo uma vida normal, eu trabalho, tenho minha casa que eu alugo. Já tive namorado depois que sai de lá (prisão), mas é uma coisa que quero dá um tempo de tentar arrumar uma pessoa, porque mana, pra mim arrumar e viver sofrendo.

**Pesquisadora:** Mas o que tu colocas nas redes sociais de conteúdo?

---

<sup>114</sup> Aparelho ortodôntico

**Rafaela:** Eu coloco é que eu quero vida nova, que meus erros ficam para traz, não posso dizer que eu vou apagar, porque isso aí jamais tu apaga, mas procuro mostrar que eu quero sucesso, quero conquistar as pessoas que tiveram decepções comigo

**Pesquisadora:** Tu participas de grupos engajados na questão da orientação sexual?

**Rafaela:** Sim. Eu tô na “Diversidade Tucana” lá de Ananindeua. Eu tô como tesoureiro no grupo. Eles têm grupo no facebook. Têm as palestras.

**Pesquisadora:** Como funciona esse grupo?

**Rafaela:** Olha, nosso grupo é assim. Tem que ter a presidente, que no caso a presidente é a Bia, é ela que trabalha na prefeitura, ela que fala pelos nossos direitos, da gente ser homossexual, que a gente precisa de emprego, oportunidade de trabalho, pra acabar os preconceito. Tudo isso ela fala lá, a gente vai eles dão a palavra pra gente, pergunta o que a gente tá achando. A gente diz que é maravilhoso a oportunidade de a gente ter poder tirar a carteira social que é os homens trans e as travestis. Por lá que tem o tratamento hormonal. A gente tem o acompanhamento com o psicólogo, com a assistente social. É maravilhoso.

Temos o grupo no WhatsApp que no caso a Bia é a presidente e tudo que ela vai fazer em termo de reunião pra buscar melhorias pra gente, tudo que acontece pelo mundo todo ela sempre joga no grupo pra gente ficar por dentro das agressões, das coisas boas de emprego.

Tenho um mês nesse grupo. Já era pra eu estar a mais tempo. Inclusive meu amigo que é cabeleireiro lá perto de casa já tinha me chamado. Ele disse: “Rafaela vem que eu vou te escrever pra ti fazer tratamento hormonal pelo ambulatório, que é lá que as trans. vão, as lésbicas”. Por esse grupo também tem minha casa, minha vida, a gente pode se inscrever. Preenche a ficha e eles vão analisando.

**Margarida:** Não gosto do Facebook, eu raramente posto as coisas, mas eu esses tempos falando comigo mesma que eu não quero mais rede social. Só fico no WhatsApp com pessoas do meu contato. Tenho grupo da igreja, de modas, de vendas.

**Pesquisadora:** Tem grupo das egressas ou de mulheres que estão na prisão?

**Rafaela:** A gente teve esse grupo, a gente criou um grupo das egressas, só que teve uma desunião pelo fato da Bárbara<sup>115</sup> foi por água abaixo, acabou. A Bárbara é um tipo de pessoa que se tu fazer as coisas que ela te pede tá maravilhoso. Se tu disser que não, que o que tu quer, ela não quer, ela fica louca, fica revoltada, aí o pessoal se debandou, ninguém falou mais. **Karolina:** Ela gosta de dar ordem, sabe aquela amizade que tem que fazer o que eu quero, não é assim.

---

<sup>115</sup> Nome fictício

**Rafaela:** Ela discutiu com a Emília, depois ela veio discutir comigo porque eu fui debater, porque me identificava muito com a Emília, aí ela disse que eu tava puxando o saco da Emília, que era pra eu ficar com a Emília. Eu falei: “Bárbara, não é puxar o saco dela, eu só tô te dando uma opinião que é a certa”. Às vezes, tú dá uma opinião, não é uma crítica, é pra melhoria. Aí ela pode me tirar, apagar meu nome. Eu disse: mana, teu mal é que tu não sabes escutar, só sabes falar.

**Pesquisadora:** Quais os outros grupos que tu participas?

**Rafaela:** De amigos travestis que estão pra São Paulo, pra Europa. A gente sempre se fala. Como a gente já se conheceu no ramo da prostituição, a gente fica muito amigo, conversa mais disso. Perguntam: “vem embora pra cá e tal”.

**Karolina:** O que eu posto no facebook é que eu gosto muito de bater foto, então eu gosto de postar foto, mensagem de Deus. Mas, às vezes eu tô curtindo a foto das pessoas, coloco muita mensagem da bíblia. O facebook só pra ver o dia a dia, o que acontece, as pessoas. Eu também não gosto de participar de grupo no WhatsApp, me colocam, mas eu saio porque vem muita mensagem.

No WhatsApp me colocaram no grupo das meninas do cárcere, “as moranguetes”, mas é de facção, é muita confusão, muito tititi, tô fora. Eu tenho elas no meu “face”, elas postam, eu dou uma curtida, tudo lá de dentro (prisão). Elas me colocam e eu saio, me colocam e eu saio. Elas mandam solicitação (no facebook), eu aceito, mas...O único grupo que eu estou participando é só o da pesquisa.

**Pesquisadora:** Porque a resistência aos grupos?

**Karolina:** Toda hora é muita mensagem, faz aquele barulhinho, enche meu celular, muita mensagem tem que tá pagando, aí não gosto.

**Rafaela:** O facebook eu uso pras pessoas verem que eu tô bem hoje em dia. O facebook tu vais buscar pessoas que há muito tempo tú não vê. Às vezes, sem querer tu acessando ali tu ver um amigo, um amigo de infância. Eu não aceito quem eu não conheço, não tenho contato. Tenho pra mais de 300 contatos pra mim adicionar, mas eu não adiciono, porque eu não conheço. Eu aviso logo. Eu posto muitas fotos com amigos novos, da minha nova caminhada. Depois que eu fiz o Facebook, eu busquei muitos amigos que estavam distanciados de mim, que moravam em outra cidade. Eu sempre posto meus momentos para as pessoas saberem que eu estou bem, pelo fato de eu ter sumido naquele tempo, pras pessoas não ficarem mais pensando besteira. O que eu quero é mudança de vida.

## APÊNDICE D - TRANSCRIÇÃO DA RODA DE CONVERSA COM EMÍLIA E CATARINA

**Título da pesquisa:** “Interações comunicativas e mulheres em prisão domiciliar: Entre sociabilidades, aprisionamentos e resistências”

**Pesquisadora:** Nara Cristina Moura Pessoa

**Data da realização:** 28 nov. 2017.

Ao iniciar a roda de conversa, Emília quis falar primeiro da sua vontade de fazer estágio na Fasepa<sup>116</sup>, em seguida falou da sua trajetória até o projeto e as dificuldades de integração social.

**Pesquisadora:** Como foi pra surgir a vontade de trabalhar na Fasepa?

**Emília:** Eu já tinha vontade. Esse é um tema que eu escolhi pra mim, políticas públicas, é isso que eu quero, porque eu acho que eles, os (as) meninos (as) da Fasepa, têm muito a aprender comigo. Não vamos citar a miséria que eu tive na minha vida, eu não culpo a miséria, não culpo minha mãe. Ah, porque minha mãe era muito pobre. Não isso não existe, porque minha mãe era muito pobre mais sempre trabalhou, minha família sempre trabalhou. Então, não vou ficar falando porque minha família era muito pobre e passava fome. Passei muita fome sim, mas não foi isso que me levou ao tráfico de drogas, entendeu?

Eu me envolvi no tráfico já madura. A loucura que deu na minha cabeça. Foi culpa minha, não foi de amigo, não foi de ninguém, foi culpa minha.

**Pesquisadora:** O marido teve contribuição?

**Emília:** Não, de ninguém. Muito pelo contrário, o que eu fazia meu marido não fazia. Não tem nada haver, meus filhos, minhas filhas, nada, todas trabalham. Comigo não tem esse negócio de culpar porque passei muita fome, porque tem várias maneiras de você trabalhar.

**Pesquisadora:** Teus filhos são adolescentes?

**Emília:** Só uma de 15 anos. Uma vai fazer 40, e a outra 25 anos. Elas têm um espaço de bronzeamento delas próprias e a minha filha que trabalha com elas também. A de 15 anos, só estuda. Então, eu tento passar, pedi perdão, eu tento passar outras coisas pra elas e pros jovens, adolescentes, porque eu sei o quanto é complicado você está dentro da casa penal.

Aquela imagem maquiada que te passam, aquelas rebeliões que têm que culpam só as presas. Não é bem assim, porque as vezes a gente se descontrola, é porque eu sou muito

---

<sup>116</sup> Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará

controlada. Nunca tive problemas com a direção, nem com funcionários, mas é complicado aquela funcionária vim, sabe? Com aquelas revistas elas perturbam a gente de uma tal maneira que tu ficas...ainda mais quando tu não faz nada. Olha, eu passei muitas coisas. Minhas apostilas nas revistas, elas sabiam que eu fazia faculdade, elas sabiam que eu lutava pra pagar passagem, comprar apostila, me manter, quando eu chegava tava tudo jogado lá fora só terra, só lixo, água que caia.

Eu perdi muita coisa lá dentro. Era motivo sabe, elas sabiam. Eu pedia: gente quando forem fazer revista por favor não mexam no material de estudo porque eu não posso comprar. Eu tive ajuda nos correios, onde eu passei dois anos (pelo projeto). Elas (as servidoras) me ajudaram muito. Elas compravam apostila pra mim. Me davam roupa, elas eram maravilhosas. Eu consegui uma ajuda, então não achava justo. Eu nunca dei problema, passar por aquilo, entendeu? Quer dizer, pegar minhas coisas e jogar tudo no chão. Tipo assim, eles não separavam, porque tinha como separar, porque se você é funcionário de uma casa penal, você tem a visão de quem é as internas que te dão problemas e que não te dão só pelo jeito dela te tratar. Quando eu botei meu pé na casa penal, que eu cai na real, eu disse: meu Deus o que eu fiz da minha vida?! O que eu tô fazendo aqui? Então, eu sempre passei para as técnicas. Nós tivemos acompanhamento, elas estão cientes, elas estão sabendo pelo teu prontuário que tipo de pessoa é.

Não precisava de muita violência. Elas (a gentes prisionais) batem, elas cortam o cabelo. Então, muitas rebeliões que têm, nem toda vez somos culpadas. Tem sim as rebeldes, as que fazem. Eu sempre tentei passar para elas na cela que eu tava, nunca houve rebelião da parte delas, porque eu sempre tentei passar o que era o melhor. Os funcionários não tinham culpa de nada, nem a direção, ninguém. Isso foi uma escolha nossa. Uma escolha minha, uma escolha delas. Tanto que eu ficava lá e elas iam e voltavam (de liberdade). Ai, eu dizia: “tá vendo? Então, vocês não podem culpar a funcionária, porque vocês saíram e voltaram de novo. Não é culpa da funcionária, nem da diretora, a culpa é de vocês. Vocês são lindas, jovens”. O projeto, dr. Claudio que é um anjo depois de Deus, nos oferece, desde 2009 eu participo desse programa, desde dentro do cárcere, eu sempre trabalhei (na prisão). Olha minha mão estourada, isso aqui foi de tanto carregar lixo lá pra fora pra mim remir pena.

Minha sentença foi 24 anos. Eu só faltei ficar doida. Eu queria me matar. Eu não entendia, por tão pouco, uma sentença tão grande. Eu não tinha matado ninguém. Cumpri oito anos na prisão. Cumpro até hoje, no Fórum tem que assinar, mas com bom comportamento.

Então, é assim, eu queria passar isso para os jovens. É tanto jovem morrendo. Antigamente, os filhos enterravam os pais, agora é ao contrário. Os pais enterram seus filhos

jovens, que têm uma vida toda, mas que precisam de outro tipo de conversa. Tem assistente social e assistente social. Tem muitos lugares que eu vou que elas nem sabem que sou assistente social, elas tratam as pessoas com grosseria, com uma falta de educação, que eu fico besta.

Na Susipe, eu fui assinar, eu entrei e estava falando com o vice-diretor e com as assistentes sociais, aí um rapaz entrou e disse: “quem mandou tu entrar, eu mandei você entrar, eu falei entra? ” Eu falei: não, mas eu bati. Ele falou: “quando eu te chamar você entra”. Uma grosseria. Eles são homens, são mais agressivos. Quando eu olhei pra ele, eu senti que ele queria tomar uma atitude, ele queria, mas ele sabia que sairia preso de lá.

Tem gente que não tá preparado par sair do cárcere ainda. Deveria ter um acompanhamento assim. Acabou a pena, tem que ter outro acompanhamento, outro psicológico, porque o que vai se enfrentar aqui fora não é fácil. Muitas portas são batidas na tua cara. Muito preconceito.

**Pesquisadora:** Quais as principais dificuldades dessa volta para a sociedade?

**Emília:** Olha, pra te falar a verdade, essa volta é mais difícil de quando se está dentro do cárcere, porque é muito complicado tu sair assim, o que tu vais fazer? Quem é do projeto vai direto pro projeto, se tu vai pra outro lugar, tu não pode, tem o preconceito, tem a polícia que já te conhece lá de trás, mas que não acredita na tua mudança.

Aí tu vais ter que provar pra sociedade e ainda vai ficar na margem. Eu quero entrar pra sociedade novamente, eu quero, é minha vontade. Tanto é que eu lutei. Lutei com assalto próxima da casa penal. Tudo isso eu passei. Eu chegava muito tarde da faculdade. Eu chorava. Eu queria entrar no ônibus da minha casa. Eu queria pular naquele ônibus e ir embora, mas eu não podia, porque se eu fosse fazer isso, eu ia perder tudo que já tinha conquistado (**Emília chora muito ao lembrar disso**).

É muito difícil. Eu deixei minha filha pequena. Hoje, ela é uma adolescente. Eu vejo não é mais a mesma coisa. Ela não aceita. Nunca me perdoou, e eu nem sei se la vai me perdoar um dia, porque é muito complicado a minha convivência com minha filha menor, a de 15 anos. A gente não tem aquele amor. Eu tenho amor por ela, mas ela não tem por mim, Eu falo: minha filha não esquece que eu sou tua mãe. Bora conversar, eu como assistente social e tu como adolescente. Ela fala: “Eu não quero conversar contigo sobre isso” (**Emília continua chorando**).

**Pesquisadora:** Ela mora contigo?

**Emília:** Mora, mas ela não quer morar comigo. Morava com a avó. Eu tive que trazer a avó pra morar comigo ela veio, porque minha casa é muito grande. Mas olha, a gente não

tem mais aquela afinidade de quando eu deixei minha filha com sete anos de idade. Tudo isso é complicado, a família. Até a família é complicado, porque muitos não perdoaram, não esqueceram, a vergonha do jornal, da televisão. Dentro da própria família é complicado. Tudo é a família. Tipo assim, é o esteio. Ela que te aguarda. Os filhos também. Eles se espelham nos pais. Que tipo de espelho é eu, a Emília? Sou um espelho rachado. Foi esse tipo de espelho que eu fui pra minha família. Isso eu não me perdoou nunca.

Então, eu queria passar isso pra aquelas crianças, que pra mim não são nem adolescentes, são crianças. Mas é complicado até pra mim trabalhar como assistente social **(choro)**.

Eu nunca tive a oportunidade de pagar uma faculdade como a Unama<sup>117</sup>. Essa Unip<sup>118</sup> a gente que tem que correr atrás de estágio, ninguém oferece estágio. Eu não pude fazer aqui (TJPA), porque não sou servidora, eu faço parte do programa. Em nenhum lugar eu posso fazer um estágio bom. Além de ter esse preconceito, a faculdade não te encaminha para os estágios. Ai, eu não posso sair do trabalho pra procurar estágio porque é um programa. Nós temos regras, deveres, entendeu? Não posso tá saindo, tenho que participar pra fulano, é tipo uma prisão também. Mas só que uma prisão sem grade. Não falando, porque agradeço o dr. Claudio, às técnicas, agradeço muito, elas apoiam os egressos, elas acompanham, eu tô reclamando porque a gente continua preso àquilo ali, porque eu quero trabalhar de carteira assinada, eu quero ser igual a você (pesquisadora). Não igual, assim **(apontou para o meu corpo físico)**, mas igual nos direitos também. Eu já paguei. Eu tô pagando. Eu tenho que reconquistar o que eu tinha antes. Me arrependi.

Agora vai sair uma turma em abril e não tem trabalho pra gente. Pra mim vai ser complicado, imagine pra quem tem só o ensino médio que ficou na mesmísse. Como eu falo muito pra elas (mulheres do Projeto): gente vão estudar, vocês estão jovens. Vão no projeto, a técnica pode arrumar um curso pra vocês, um colégio. Elas estão atrás de outras parcerias pra gente. Mas, a gente tem que fazer pela gente também, né? A gente tem que tá ciente que é dois anos só, mas é tipo assim, a gente fica preso aqui, aí a cabeça tá que tu nem imagina. Agora em abril eu vou..Eu tenho minha mãe, tenho minha filha, minha filha estuda e eu procuro pagar uma escola muito cara, porque escola pública, realmente, eu tenho medo da violência que tá na escola. Tudo isso eu tenho medo, porque eu já passei por tudo isso. Eu quero poupar minha filha de muitas coisas, porque ela já passou por tanta coisa.

---

<sup>117</sup> Universidade da Amazônia

<sup>118</sup> Universidade Paulista



Foi em junho de 2008 que eu fui presa, quando foi em agosto mataram, assassinaram o pai dela, e levaram a criança pra ver. Tudo isso fica aqui (**apontou para a cabeça**), então ela passa por problemas muito sérios. Ela precisa fazer um acompanhamento.

**Pesquisadora:** o pai dela era envolvido com o que?

**Emília:** Assalto... (**pensativa**)

**Pesquisadora:** Vocês ganham um salário mínimo ou uma bolsa- auxílio?

**Emília:** A gente ganha 900 reais, alimentação e ônibus. No nosso comprovante de pagamento tá lá Susipe: “Começar de Novo”. O projeto em si já rotula a gente, por isso é uma prisão sem grades. Até uma declaração que eu posso levar vai falar. Vão dizer na declaração que eu sou excelente, mas isso não importa, as empresas agora não querem saber. Eu nem vou culpar as empresas, porque tem egressas e egressas. Eu tenho um perfil, mas muitos têm aquela violência no cárcere. Então, eles ficam com aquele medo, aquele receio de te dar uma nova chance. A gente passa por tudo isso quando sai do cárcere, é muita coisa. É uma nova caminhada. As vezes diz: “ah, ainda bem que já vou sair, poxa agora vai ser”...Não, não pense que é assim, porque não é. É muito difícil. É ótimo sair do cárcere, maravilhoso, liberdade é tudo, mas é uma outra caminha. E se você sai com aquela tornozeleira, é pior, porque além de não conseguir trabalho, você pode morrer a qualquer momento, porque esse grupo de extermínio que está aí, não quer saber que tipo de pessoa tú és. Eles rotulam: “ladrão ou ladrona, traficante” e aí matam.

**Pesquisadora:** Quais as expectativas depois de abril?

**Emília:** Eu já tô até vendo, porque a dona Lídia abriu as portas pra mim, todos os cursos ela me coloca. Isso eu não posso negar. Eu vou em oficinas na Unama, quando tem, eu pego certificado, mas o que eu quero mesmo é trabalhar na minha área. Eu quero trabalhar com políticas públicas lá na Fasepa ou então em qualquer órgão que eu possa ter contato com os adolescentes. Não tenho nada em vista depois que terminar o projeto.

**Pesquisadora:** O projeto prepara vocês para esse término de vínculo?

**Emília:** Pois é, é tipo assim, prepara porque nós já saímos de lá com um tipo de experiência de arquivos, mas você não pode tirar sua carteira porque você não fez arquivologia. A chefe até falou que tem que ter não sei quantas horas pra tirar o certificado de arquivologia. Mas a gente vai sair com aquela experiência do trabalho que a gente faz no dia a dia. Por eles mesmos (projeto “Começar de Novo”), eles preferiam que o Secretário tivesse outro tipo de colocação pra nós, porque eles já conhecem a gente, eles têm aquela confiança

na gente. Olha, nossa chefe, sou eu, o Alex<sup>119</sup> e ela. Ela vai almoçar deixa tudo lá na mesa. Se for outra pessoa, ela não vai ter essa confiança, ela ainda não conhece ele. Então tudo isso eles falam, mas não depende deles (do projeto “Começar de Novo”). O dr. Cláudio resolveu assim, que o projeto do Tribunal vai ser de dois anos. Tem que sair. Eu entendo também, porque tem gente que quer a mesma oportunidade que nós temos, né? Tem uma fila muito grande de gente esperando pra trabalhar, que também quer ganhar seu dinheiro. Eu não sei o que eu vou fazer, tá na mão do senhor.

**Pesquisadora:** Podes falar um pouco da tua trajetória de vida até chegar ao projeto “Começar de Novo”?

**Emília:** Sim, posso, porque eu não esqueço, sempre vem na minha cabeça. É tipo assim, desde criança mesmo eu já enfrentei o contato com o pai, em primeiro lugar, como a maioria das famílias pobres, né? Meu pai foi embora, meu irmão nem conheceu ele. Meu pai era alcoólatra, bebia, bebia, bebia, não tinha emprego fixo, vendia caranguejo.

A minha mãe sempre trabalhava na fábrica de castanha, até então, perdeu um lado da visão com óleo quente de castanha e se aposentou muito cedo. O benefício era pelo Inamps, não era pelo INSS como agora, e a gente teve muitas dificuldades, muitas mesmo. Nunca tivemos casa própria. Uma vez expulsaram nossa família. Jogaram nossas coisas tudo na vala. Minha avó era muito velhinha caiu, quebrou a cabeça dentro de casa. Tudo isso fica muito na minha mente, eu não consigo esquecer, sabe?

Fomos pra casa de uma tia minha. Ela chamou minha mãe e disse que não queria a gente lá. Os filhos dela não poderiam se misturar comigo e com meu irmão. Tudo isso. Minha outra tia também tinha, só que ela botou a gente no depósito, ao invés de botar na casa que era grandona. Irmã legítima da minha mãe. Botou a gente num depósito de madeira velha que tinha muita aranha, muita barata, minha mãe passava a noite, eu me lembro muito bem....

**(Nesse momento Emília volta a chorar muito)**

Passava a noite matando pra não cair em cima da gente aquelas baratas cascudas e tudo aquilo ficou na minha mente. Eu ficava olhando, meu Deus....porque tudo isso, né? Minha mãe era lutadora. A gente ficou adolescente, eu queria estudar, queria ser médica, queria cuidar de criança, ser pediatra. Olha, Nara, eu nunca faltei na escola. Eu ia pra escola pra mim comer, porque eu estava com muita fome. Eu repetia duas, três vezes aqueles copos de mingau, porque eu sabia que quando chegasse lá em casa ia ser complicado, mas a culpa

---

<sup>119</sup> Nome fictício

não é dela. Ela não tinha mesmo, o que ela podia fazer, ela fazia por nós. A culpa não é da minha mãe.

Eu fui estudar. Eu peguei umas apostilas, comecei a estudar, eu não queria aquilo pra mim. **(Emília continua chorando)**. Minha farda era muito velha. Final do ano eu desmanchava, virava, costurava e colocava em baixo de um colchão velho. Meu sapato era velho, velho, velho, esquentava tanto no meu pé, aí doía tanto no meu pé, tinha que trocar porque trocava a numeração, mas não podia comprar outro sapato. Aquilo doía no meu pé, um sapato de borracha, mas eu gostava de estudar, era aquilo que eu queria pra mim. Eu não entendo, assim, eu me pergunto: o que foi que mudou em mim? Porque? Depois de eu passar tudo aquilo, porque que de repente eu troquei, mudei, me tornei aquela pessoa. Comecei a usar droga. Comecei primeiro a fumar maconha, eu tinha 15 anos. No primeiro já fiquei reprovada (na escola), fiquei arrasada. Meu Deus, como eu fiquei reprovada, minha mãe nunca veio numa reunião de escola minha. Sempre foi eu mesma, sempre, sempre, sempre. Onde foi que eu errei?

Aí comecei a namorar, mas não era um namorado viciado em droga como eu. Tudo foi eu mesma. Eu não culpo ninguém, entendeu Nara? Foi cabeça fraca minha mesmo, mente fraca, burrice minha. Eu poderia ser uma médica agora, eu poderia. Eu era muito inteligente. Eu sei que ainda sou.

Com 25 anos tive minha primeira filha. Eu nem queria ter filho ainda. Eu era muito doida. Gostava de festa. Eu não achava justo botar filho pra minha mãe criar. Até hoje nunca achei justo, encher minha casa de neto pra minha mãe criar. Basta dificuldade que ela já me criou, eu e meu irmão.

Eu engravidei, aí meu irmão e minha mãe disse: tem, porque a gente não tem nenhuma criança. Aí, eu tive minha primeira filha. Eu disse: vou criar minha filha, não é justo deixar com a minha mãe. Aí passei a roubar no comércio. Não roubar assim assaltar, não. Passei a roubar no comércio as lojas pra minha filha, pra mim. Depois fui embora pra São Paulo. Minha tia de São Paulo veio, aí eu falei: vou com a senhora. Compraram minha passagem. Eu falei: mãe fique com a minha filha? Assim que eu arrumar um emprego, eu venho buscar, a senhora não vai criar ela, quem vai criar sou eu.

Chegou lá eu arrumei na Barra Funda meu primeiro emprego. Era uma loja de negócio de ziper, essas coisas. Comecei a trabalhar lá, mandei buscar minha filha. Passou um tempo, eu arrumei meu marido lá que criou minha primeira filha. Passei 11 anos em São Paulo, tive minha segunda filha lá, comprei nossa casa.

Foi quando eu vim pra Belém passar umas férias sozinha. Foi quando eu me empolguei, porque meu irmão vendia (droga), aí eu ví muito dinheiro, muita coisa, eu vi minha casa tão humilde lá em São Paulo sem nada, a louca ficou com aquilo na cabeça. Aí voltei pra São Paulo. Quando eu guardei meu dinheiro todinho, no final do ano eu vou passar o Natal com minha mãe. Eu trouxe as duas (filhas). Aí que não quis mais voltar. Ele ficou pra lá, que ele era paulista. Ele me ligou e falou: “você tá certa disso que você quer, vai cuidar da minha filha, porque essa cidade aí não presta pra criar filhos”. Eu falei: eu não vou devolver minha filha. Eu não botei filho no mundo pra ninguém criar a não ser eu, mesmo tu sendo pai, eu vou ficar com minha filha. Ele disse: “tudo que acontecer com ela a culpa vai ser sua”. Eu disse: então tá, eu assumo essa culpa. Ele vendeu nossa casa e mandou todo o dinheiro. Ele disse: “tá aqui, isso é pro estudo da minha filha. Eu peguei esse dinheiro e comprei droga”.

Eu me empolguei, fiz minha casa, eu tinha um pálio (carro), tinha um fox (carro), tinha várias motos, tinha uma barraca no Ver-o-Peso, fui me empolgando, me empolgando, me empolgando. Quando eu vi, me dei por conta de mim mesmo, foi quando minha filha disse: “mamãe, vem cá, o teu nome tá aqui a DRCO<sup>120</sup> está atrás de ti”. Eu falei: atrás de mim porque? Eu podendo dizer o que era, não. Eu podia pagar um advogado, eu tinha dinheiro. Não fui. Entramos (as pessoas que vendiam droga com Emília) numa escuta telefônica. Seis meses de investigação e eu nem sabia que estava sendo investigada. Quando eles resolveram prender sete ou oito pessoas. Tudo que eu construir em dez anos, eu perdi no mesmo ano em que eu fui presa. Eu fiquei só com a minha casa.

O advogado acabou com tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, fui dando pra sair da cadeia, pra ver minha filha. Quando eu saí da cadeia, minha filha problemática, minha mãe quase morrendo de depressão...ah, ainda peguei a depressão lá dentro (prisão). Acabei meu tratamento ano passado.

Além de pegar a depressão, eu fui para o cárcere e levei a família junto pro cárcere. Que direito que eu tenho de levar minha família, porque minha filha ficou assim doente. Minha mãe tá muito fraquinha, muito mal, com 83 anos. Ela entrou numa depressão, porque abandonaram, porque você não pode deixar o idoso sem falar, sem conversar. Abandonaram minha mãe, jogaram ela pra lá numas kit nets que eu tinha. Ela foi ficando prostrada, não lembra de mais nada. Ainda tem tudo isso, minha mãe tá doente, não quer mais ficar sozinha. Vou te falar.

**Pesquisadora:** As duas outras filhas aceitaram a tua prisão numa boa?

---

<sup>120</sup> Divisão de Repressão e Combate ao Crime Organizado da Polícia Civil do Estado do Pará

**Emília:** Não aceitaram, mas viviam do bom e do melhor, nunca estudaram em escola pública. Tudo foi com o dinheiro do tráfico. Elas não podiam me julgar, elas tinham que aceitar. Elas tinham que dizer: “mãe, não concordo contigo, vamos pra escola pública”. Tudo foi gasto com elas também. Só que elas nunca foram de falar: “a mamãe é traficante”.

Uma (filha) é projetista. Tu dá o que tu queres da tua casa, ela monta rapidinho, tua cozinha, tua sala. Ela é muito boa no que ela faz. Todas duas fizeram faculdade. Não terminaram porque não querem, porque quando eu entrei pro cárcere eu não pude mais pagar, mas elas deveriam pagar, elas já eram moças, já eram adultas. Poxa, minha mãe já me adiantou e muito, nunca estudei em colégio público, então vou estudar. Todas duas tem nível superior incompleto, agora fizeram, eu ajudei, claro que eu ajudei, fui guardando meu dinheiro, quando tava lá dentro (prisão), sempre guardei, peguei da Susipe que eu trabalhava juntei tudo, ajudei elas nesse novo espaço de bronzamento que elas têm e tô aí. Nunca parei de estudar.

As pessoas falam: “tá vendo só se tu tivesse fora do cárcere, talvez tivesse te formado”. Mas, não é bem assim. Eu sei que é verdade, mas não é bem assim, porque eu sofri muito. Eu levei pessoas que eu amo pra sofrerem junto comigo.

**Pesquisadora:** Quem pagou a tua faculdade?

**Emília:** Eu mesma, com o trabalho na prisão.

**Pesquisadora:** E na faculdade, você dizia que estava na prisão?

**Emília:** Só pra direção e pra secretária e algumas professoras, porque todos os semestres tinha funcionária de lá (prisão) que me viam lá dentro. Mas, eu sempre falava: olha, aqui eu sou a Emília. Lá eu sou uma detenta, lá. “não Emília, não te preocupa, a gente vai respeitar esse teu lado”. Pois é, por favor, não se preocupem comigo não, daqui eu não vou fugir pra nenhum lugar. Foi o juiz que permitiu a minha saída pra faculdade, então não vou quebrar essa confiança do projeto, jamais eu vou quebrar essa confiança que o dr. Cláudio pôs em mim, jamais.

**Pesquisadora:** Com o teu bom comportamento, chegastes no “Começar de Novo”?

**Emília:** Sim, cheguei.

**Pesquisadora:** Em relação o uso das redes sociais, no caso o Facebook, tu tens alguma restrição ou usas numa boa?

**Emília:** Não, não uso numa boa. Eu não ponho assim....Só quem já é minha amiga que já é egressa sabe. Não tenho vergonha de postar foto, já tô aqui fora. Minha profissão é mexer com o público, com a questão social. Então, não tenho que ficar com esse negócio de

vergonha. Eu tento passar que o passado ficou lá atrás. Só que infelizmente nunca vai ficar, porque sempre vai vir à tona. De um jeitinho ou de outro, ele vem à tona.

**Pesquisadora:** Então, qual o teu objetivo no uso do Facebook?

**Emília:** É porque eu gosto muito de bater foto, sempre gostei. Quando eu era jovem, eu era muito bonita, sabe? Muito vaidosa, agora eu gosto. Quando eu vou assim na rede social é quando alguém comenta alguma coisa, ou então, eu publico meus momentos especiais como na minha formatura, essas coisas assim. Agora, dizer: ah, eu tô doente, isso eu não faço.

**Pesquisadora:** Tu procura mostrar tua mudança ou isso não interessa pra ti?

**Emília:** Interessa sim. Tento sim mostrar. Eu falo com elas. Eu toco nelas, nas pessoas que ainda não acordaram pra vida ainda. Eu queria mesmo era dar uma palestra dentro do cárcere, no CRF. Eu queria chamar elas todinhas do fechado, semiaberto não precisa, elas tão vendo aí a vida, a vida ensina, o mundo ensina, mas as que estão no fechado que já vão e voltam, vão e voltam. Eu queria fazer uma palestra, eu queria falar pra elas, que ainda tem jeito e que a gente pode mudar sim, que podem ter confiança na gente sim, que a gente pode estudar, que a gente pode trabalhar, que o mundo não acabou porque a gente foi pro cárcere, porque é isso que elas pensam: “ah, porque a gente não arruma emprego, ah por isso que a gente rouba”. Não! Eu não vou roubar quando a gente sair aqui do projeto agora em abril. Não vou roubar, nem traficar por isso. Elas põem a culpa na sociedade. Enquanto eu ficar colocando a culpa na sociedade e não em mim mesma, eu não vou mudar. Eu sempre vou achar que alguém tem culpa de eu ter ido pro cárcere. Isso não é verdade.

**Pesquisadora:** tu já trabalhastes no arquivo da 16 de novembro e agora na Bernal do Couto, já enfrentastes preconceito nesses locais?

**Emília:** Olha, pra te falar a verdade ele existe sim, por incrível que pareça ele existe mais que nos correios, porque nos correios eles te tratavam como uma família. Eu participava de tudo, eles te tratavam com um carinho assim, como se quisesse de dar realmente uma chance pra ti não te sentir como uma ex. Já no Tribunal, a gente ver, não precisa falar, a tua atitude mostra, a gente enfrenta sim, mas não pelos nossos chefes. Graças a Deus que eu tenho uma chefe maravilhosa que é a dona Lídia, mas que tem um lado preconceituoso, tem sim!

**Pesquisadora:** Quando tu falas que existe, te refere aos servidores?

**Emília:** Sim, mas eu não quero citar nomes

**Pesquisadora:** De que forma eles externalizam esse preconceito?

**Emília:** Te excluindo de muitas coisas, tipo de trabalhar contigo, tu não participa de muitas coisas. Eles te aturam só, mas não gostam, eu até já sei. Ele fala. Lá tem um senhor

chamado Moisés<sup>121</sup>, que ele mesmo fala, ele é o rei do preconceito, ele não gosta de trabalhar com a gente, ele não gosta de trabalhar com a gente. Mas a gente enfrenta isso, por que tem que enfrentar. Eu não sou dona da sua opinião, você tem a sua própria opinião, é um direito seu, desse preconceito. A gente fica triste, porque muita gente não merece esse tipo de preconceito, mas eles generalizam todos.

**Pesquisadora:** Vocês participam de reuniões de trabalho?

**Emília:** Não, a gente não participa de reuniões com eles. Só quando é entre nós mesmos ou então quando a chefe coloca a gente em todo tipo de.....(**pensativa**)

Olha o Libra agora, todos nós fomos chamados, ela (chefe) interage com a gente, ela põe a gente em tudo, mas se dependesse de alguns lá mesmo, não chamariam a gente pra nada.

Eles chamam a gente assim, pra gente falar que a gente é presa, porque graças ao projeto..... Aí sim, somos palhaços como muitas já falam, palhaço!

**Pesquisadora:** Então, quando chamam vocês pra reportagens é pra falar da ex-presa?

**Emília:** Isso! é! Como estamos agora, é só isso. Eles falam do trabalho que eles fazem por nós e nunca falam de nós. Quem é inteligente percebe, só que fica calada porque a gente precisa desse trabalho (**silêncio**).

Eu quero fazer minha pós, mas não tenho como fazer minha pós, porque eu tenho que procurar um lugar pra trabalhar urgentemente, eu preciso. Como a minha chefe fala: “Emília vai no computador, vai na internet, fica estudando, porque o que a Unip oferece é muito pouco, pelo preço não compensa”. Tem matérias que a Unama tem que eu nem conheço. Então, não estou preparada cem por cento como assistente social. Eu sei da minha qualidade e do meu potencial. Se eu disser pra ti, olha Nara eu estou preparada, eu estou mentindo pra ti, porque nem um estágio de observação, de fazer um relatório eu não tenho.

A assistente social da Susipe me liga, me ajuda muito. Eu vou fazer um curso pelo Sebrae agora, três dias de curso. O que ela (assistente social da Susipe) me aconselhou pra mim fazer tipo um trabalho voluntário na Fasepa, pra me pegar mais....Não sei se vou conseguir, ainda vou falar com minha chefe sobre isso. Eu não quero receber, é voluntário. Seria bom pra mim. Nem auxílio ônibus eu não queria, porque além do trabalho eu revendo roupa. Eu tento agregar, mas tem gente do projeto que não faz nada, só faz aquilo, mas complicado ainda, porque ficou na mesmice de só.....porque elas (técnicas do “Começar de novo”) sempre falaram: “Não se apeguem a esse trabalho, porque é só um projeto”. Elas

---

<sup>121</sup> Nome fictício

foram bem claras. Tem gente que tá desesperado, é desse desespero que eu tenho medo, delas reincidirem, voltarem pro crime, porque não tem ninguém pra te dar emprego, mas uma droga tem pra te vender.

Eles (os traficantes maiores) querem ficar no bem estar e levar você pra vender pra eles. Você que vai para o cárcere. Não vai poder entregar eles, porque se não eles te matam.

**Pesquisadora:** e os grupos do WhatsApp?

**Emília:** Eu só tenho o grupo de serviço social da faculdade, do arquivo (detentos do projeto) e do meu grupo de vendas de roupa, só. Não tenho grupo de amigos de facção, isso não. Não tenho grupo das meninas do CRF, porque elas me botaram no grupo, mas gera muita coisa, eu não gostei, era muita mulher nua, muito homem nu, era muita coisa de facção e comigo não rola, não rola mais isso, comigo não rola mais, comigo é só as assistentes sociais da faculdade, do arquivo, e das coisas que vendo de fortaleza pra eu mandar buscar. Até porque pode está sendo monitorado.

**Pesquisadora:** E você Catarina, como está sendo o recomeço? Podes falar um pouco?

**Catarina:** Eu uma vez conseguir falar as verdades que eu queria, porém segurei um pouco porque estava uma pessoa que eu gosto e respeito muito o trabalho dele. Ele é chefe do departamento da Susipe. Ele é da área de reinserção social. No evento, eu me segurei e falei: eu faço minha as palavras do representante da OAB...risos (com esse exemplo Catarina quis dizer que não tem problema em falar do processo de reintegração social, nem das falhas do sistema de justiça).

Eu acredito que se deveria investir mais na educação, na parte social, antes que aconteçam as coisas, coisas preventivas e não curativas. Pro outro lado, eu quero agradecer ao seu Cássio<sup>122</sup> (chefe do departamento da Susipe), porque eu falei mesmo porque eu sei que eles buscam e todo mundo diz não pra eles, imagina pra gente.

Esse recomeço é péssimo. Eu acho péssimo. Eu acho que as políticas, as leis, elas não ajudam o detento não, porque tu sabes que nosso nome fica sujo, aí o que que acontece? São cinco anos tu assinando, e mais cinco anos não sei de quê, e o teu nome continua lá. Quem é que vai dá trabalho? Aí, tu como mãe, se eu fosse mãe, que não é o meu caso, mas eu digo, cara quem é mulher, aí eu te pergunto: Como eles vai sustentar a família, hein?

Se o nome dela tá sujo, ninguém vai tratar ela bem, então existe uma certa demagogia, hipocrisia nessa história de estarem ajudando o povo a se ressocializar. Eu acho que ajudar não é só dá o peixe, é da uma vara verdadeira pra pescar. Eu acho muito bom o nosso trabalho

---

<sup>122</sup> Nome fictício



aqui, ele nos respalda sim, mas dois anos rua, e aí? A pessoa continua com nome sujo. Vai trabalhar como?

Até um tempo atrás o pessoal tava tudo de tornozoleira, porque se tirasse as tornozeleiras saia do convênio, porque quando tu chega, tu passa pra, pra...(esquecimento) não é pra domiciliar, é pra...a gente faz fechado, semiaberto, aberto, domiciliar, quando passa que tu vai assinar lá pro Fórum tu não pode ficar no projeto. Agora mudou. Eles tiveram uma visão mais..., porque tinha gente que não passava nem dois meses, entendeu?

É principalmente nesse aspecto que eu acho ruim, a gente não cumpriu pena e tudo, porque tem que ficar um tempão com o nome sujo, como é que a pessoa vai arrumar trabalho. Vai traficar de novo. Então, pra mim eu acho isso uma demagogia, **risos**.

Isso pro outro lado também me afeta, porque olha eu vou assinar até 2023, depois eu tenho não sei mais quantos anos para pedir a extinção, tirarem meu nome disso daí. A sorte que eu sou uma pessoa, graças a Deus, além de iluminada por Deus, bem relacionada, eu acredito que eu não vou ficar desempregada.

**Pesquisadora:** Como estamos falando em recomeço, quais as expectativas após o projeto?

**Catarina:** O projeto para alguns termina em abril, eu saio em junho. Tem gente que está a três, quatro anos, que bom! Porque eu infelizmente não peguei essa época. Eu passei dois anos nos correios. Eu te falo assim, olha, se o meu ex-marido tivesse me devolvido a casa, eu tava estudando, eu não tenho condições porque eu pago aluguel, ou eu pago aluguel ou pago a faculdade. O que acontece, eu tô pensando, sinceramente, em pedir ajuda pra um amigo meu para ver se ele consegue trabalho. Eu vou ter que correr atrás de trabalho e vamos ver se os amigos que eu tenho, que eu acredito que o maior deles é Jesus, venha me ajudar.

Se não tiver nada, eu vou ter que ir lá pra Abaetetuba pra casa da minha mãe. porque eu não vou ter condições de pagar aluguel. Vou ter que voltar pra casa da minha mãe. Não tem nada em vista, mas tenho uma certeza muito grande dentro do meu coração que vou conseguir alguma coisa.

**Pesquisadora:** Qual o trabalho que vocês fazem aqui no Tribunal?

**Catarina:** Meu trabalho aqui consiste em operar o Libra<sup>123</sup> e alimentar as Secretarias com os processos físicos que elas pedem. Esses processos são mandados pra lá e são devolvidos. Tanto quando vai, tanto quando vem, tem que ter esse controle e organizar

---

<sup>123</sup> Sistema de Tramitação de Processos Judiciais do TJPA

colocar no lugar certo (arquivar) . Eu trabalho direto com o Libra. Fora isso, eu atendo telefone. A realidade que a gente é o que um funcionário faz.

**Pesquisadora:** Dá pra aproveitar essa experiência pra outro lugar?

**Catarina:** O sistema Libra só funciona dentro do Tribunal. Então,..

**Pesquisadora:** e a experiência de arquivo?

**Catarina:** ah sim, com certeza, essa parte de organização é interessante, pode ser que sim. Pode ser que de repente eu vá pra uma empresa e já tenha noções do que eu já fiz aqui e aproveite sim. O pai da minha cunhada é dono de tipo um magazine e de repente.... .

A parte de informática eu passei oito anos no cárcere. Quando eu voltei pros Correios, eu tava praticamente analfabeta, eu esqueci muitas coisas, alguns comandos, agora não, eu já uso bastante. Eu já consegui novamante ficar conectada, acessar os e-mails, fazer as coisas mais...que um funcionário daqui faz.

**Pesquisadora:** Quais as principais dificuldades que tu encontras nessa fase da tua vida?

**Catarina:** A principal dificuldade é a pessoa está com essa restrição no nome. Que impossibilita ela a esse verdadeiro retorno social, porque como a pessoa pode ser cidadã, voltar a ser o que ele já não era, se o Estado, se as leis não derem condições a ela de ser digno de ter um trabalho? Como é que ele vai ser digno, como é que ele vai achar que está retornando para a sociedade sem trabalho?

Quem é que vive sem trabalho? Aí, o que é que a sociedade faz, o que essas leis fazem? Eu acho que se a pessoa já pagou, pagou, não tem jeito, ou você paga, ou então, tira as punições, mete num muro e fuzila, porque pra mim sai mais cara. Eles estão matando as pessoas de uma outra forma. Pra mim é isso que eu acho, porque não é uma coisa paliativa? É paliativa, se eu fosse, vamos supor, não sendo traficante, eu tô prejudicada também. Quem é que vai querer me dar trabalho.

Eu acho que eu e o Daniel<sup>124</sup> fomos os únicos reeducandos que ele (juiz) recebeu. Eu expliquei pra ele tudo. Como é que eu ia ficar com uma tornozeleira. Eu saia de saída temporária. Eu acho que dentro da unidade prisional, desde quando a pessoa já está no semiaberto, as assistentes, as psicólogas deveriam atribuir outras funções pra elas (psicólogas e assistentes sociais). Tipo, elas fazerem análise do perfil das pessoas, porque têm pessoas que não precisam ficar ocupando os agentes da Susipe. Olha, eu tenho que assinar esse negócio

---

<sup>124</sup> Nome fictício

que eu nem sei pra quê que serve, pra te falar a verdade, porque só serve pra eu gastar dinheiro, porque eu trabalho.

Eu acho que tem que ter o perfil das pessoas desde o semiaberto pra saber, esse aqui precisa de um acompanhamento. Pra te falar a verdade eu nem sei pra que serve isso (assinar no Fórum). Eu acho que esse Sistema Penitenciário tem um bando de coisas falhas, é falido. Isso tudo que estou te falando eu falei na mesa pra todo mundo ouvir. É um sistema falido, eu falei pro Superintendente da Susipe.

**Pesquisadora:** Porque você acha isso?

**Catarina:** A sociedade cobra tanto das pessoas dentro do cárcere trabalhar, mas eu nunca vi dizer que nenhum preso quer trabalhar, muito pelo contrário, eu só faltei ir pros tapas pra querer trabalhar lá dentro, pra diminuir minha pena, eu nunca ouvi falar. Eu acho que o que falta é trabalho. Falta mais trabalho, falta uma metodologia dentro do cárcere, porque todo mundo quer trabalhar.

A ociosidade é a pior coisa que tem. Eu nunca vi tanta droga, como eu vi lá dentro. Se eu fosse uma outra doida, eu tinha fumado um monte de droga e ia sair pior do que eu entrei lá. Eu sempre fui dum jeito. Eu nunca fui de crime, eu nunca fui de nada. Tem uma porção de coisa errada.

Eles fazem, eu não vou dizer que não. A outra diretora de lá (CRF) me apoiou. Eu tava no fechado e fui estudar. Tem coisas que se deve pontuar sim. A diretora atual a dra. Lúcia<sup>125</sup> me incentivou pra eu estudar, eu estudava no fechado e o juiz mandou eu parar de estudar. Então, tem coisas, que tudo bem ta lá na lei, eu não vou atirar pedra no juiz, ta lá na lei, ele fez o que tá na lei, eu não podia estudar no fechado, mas eu acho que deveria ter algum mecanismo, porque eles encontram brechas pra coisas que não são tão necessárias quanto eu acho que é fundamental, que é a educação.

A outra dra que está lá agora, ela está fazendo um trabalho, ela se esforça também, mas não supre, ainda falta muito mais, a gente tem que dar a César o que é de César. Ela pega, ela faz muitas coisas lá dentro eu acho legal, tipo curso, as bonecas, mas, infelizmente, também acontece coisas lá que até inviabiliza esse tipo de trabalho. Quem mais derruba as coisas lá, infelizmente, são os reeducandos.

**Pesquisadora:** Como assim?

**Catarina:** fazendo coisas erradas, eu prefiro não aprofundar e falar o quê. A gente mesmo antes fechava também o caminho. É assim, aonde tem um bando de gente que não faz

---

<sup>125</sup> Nome fictício

nada. A cabeça vazia é a oficina do capeta. Esse ditado, é um ditado verdadeiro. Felizmente umas querem estudar, mas a maioria faz barulho. É um ambiente inóspito. A realidade é essa. Em 2013, eu tive notas boas no Enem, eu tirei 850 na redação e em média 600 a 700 nas outras disciplinas. Quando eu cheguei pra me matricular na Universidade particular a moça me perguntou porque eu não tinha ido pra uma pública. Eu tinha nota pra fazer um outro curso, não digo excepcional, mas um curso de pedagogia eu tinha nota e ninguém fez nada. Eles poderiam ter me levado, me matriculado, me levado um pouquinho, porque na realidade ela tinha um ofício lá que foi assim que eu sair pra fazer no fechado, que respaldava ela, que precisava pedir autorização pro juiz pra quem tivesse lá saísse. Então, ela tava respaldada, era uma brecha. Poderiam ter me levado, aí eu trancava, agora eu não tava pagando faculdade, eu tava fazendo de graça.

**Pesquisadora:** Qual a faculdade que tu fazias?

**Catarina:** A que eles deveriam ter me inscrito em 2013, quando eu tirei uma nota boa no Enem. Mas, a última que eu fiz que era pago, que eu não sabia que eu tinha tirado essa nota, foi a Anhanguera, eu fazia pedagogia. Aí, eu tava no semiaberto, tu sabes o que foi que o juiz fazia? Demorava três meses pra expedir pra eu sair no sábado, que era só sábado a minha faculdade, três meses, o que aconteceu, eu frequentei a faculdade quando eu tava de licença (saída temporária). Eu fiquei desestimulada pra te falar a verdade. Aí eu falei: só vou voltar a fazer faculdade quando eu sair desse inferno, Voltei, mas não conseguir financeiramente me manter porque eu tenho que pagar o aluguel. A benção deste juiz que poderia me ajudar a ajeitar a história desta casa (ação de partilha de bens que Catarina tem na justiça contra o ex-marido), é isso aí, é por isso que não estou estudando.

**Pesquisadora:** Podes contar um pouco da sua trajetória de vida até chegar no projeto?

**Catarina:** Resumir?

**Pesquisadora:** Do jeito que você quiser contar, fique à vontade.

**Catarina:** Eu tinha uma família de nove irmãos. Eu e meus oito irmãos, minha mãe e meu pai. Eu morava no interior de Abaetetuba, vivia muito bem, brincava em uns quintais enormes que tinha, isso não existe mais aqui em Belém, em lugar nenhum, as pessoas só pensam em construir, construir, em fim. Aí, eu achava Abaetetuba “uó”. Era pequeno pros sonhos que eu tinha. Acabei casando com um primo meu que é funcionário do Banco do Brasil. Saí de lá, foi com 16 anos. Tive meu primeiro filho com 17 anos. Eu vi que aquilo que eu tinha pensado, saí de uma prisão, porque meu pai me prendia muito, pra ir pra outra prisão. Eu não gostava dele (ex-marido), ele também não ajudou, me separei dele.

Nesse entorno de me separar eu tive meus dois filhos, o segundo morreu em Marabá, foi o que fez eu vim pra Belém, aí eu tive a minha filha e posteriormente eu me separei em 95. Muito orgulhosa, eu disse que não queria mais esse meu ex-marido, fui trabalhar numa loja no shopping. Depois no Credicar, depois do Credicar eu fui ser representante do Jornal Brasileiro de Medicina, depois disso eu trabalhei na Vila dos Cabanos. Eu trabalhei na Transnave, da Transnave eu fui trabalhar na loja do meu irmão em Mocajuba. Nesse intervalo, aconteceu esse problema (crime) e ainda passaram dois anos pra me prenderem.

Aí eu fui vender umas roupas pro gerente da Revemar em Cametá, pro Dênis<sup>126</sup>, ele abriu uma loja lá, como ele viu que eu era muito “boba” como vendedora, ele viu que de “boba” eu não tinha nada, tô falando “boba” pra rir de mim, eu própria me acho uma benção, ele pegou me disse que a calça era mais cara, me deu o cartão e disse: “Olha, eu te quero trabalhando comigo, porque eu sei que tu é uma boa vendedora”. Eu argumentei de todo jeito com ele. Sou boa nas palavras. Eu peguei fui trabalhar na Revemar.

Um tempo depois não quis ficar. Eles me chamaram, como eu fiquei em primeiro lugar a nível nacional, porque eu vendi 30 consórcios de motos num ovo que é Mocajuba. Me chamaram pra ir pra Central que era a inauguração da loja aqui na Padre Eutíquio. Eu apaixonada por um paraibano de olhos azuis, belíssimo, tava na safra da pimenta vendendo confecções, não quis voltar me achando a tal, me demitiram.

Na verdade, eu vinha pra Belém, mas eu só queria passar um pouquinho mais lá (Mocajuba). Como eu tava me achando a vendedora tal, não vim, enrolei e eles perceberam e me demitiram. Até hoje eu sou referencia lá, aí o pessoal pergunta, poxa ela era tão boa porque demitiram.

Eu só sei te dizer que eu vim pra cá, fiquei trabalhando, não conseguia ficar em casa, então eu pegava a moto colocava confecções e ia trabalhar em frente ao Banco do Brasil em Marituba. Eu não sou uma mulher de ficar parada, eu ia morrer se eu ficasse sem trabalho, é por isso que isso me assusta e eu falo tanto sobre isso, mas eu vou procurar uma maneira de trabalhar de qualquer jeito quando eu sair, não sei como, mas tu podes ter certeza que eu vou conseguir. Eu não sei ficar em casa. Gosto dos afazeres domésticos, mas tudo no seu devido momento.

Aí eu fui presa, eu cheguei no cárcere a primeira coisa que eu tive que mudar foi meu modo de falar. Quando eu fui presa eu tava fazendo a faculdade de pedagogia em Marituba. Eu tive que mudar minha maneira de falar e um tempo atrás eu descobrir que quando eu

---

<sup>126</sup> Nome fictício

escrevo eu ainda escrevo assim rebuscado, mas eu mudei meu modo de falar porque “eu era fresca”, “eu era a doutora”, elas não me aceitavam. Eu era um zero a esquerda, eu era um cocô. Foi a maior confusão.

Eu fui conhecer o dr. Rendeiro, porque eu não queria que minha filha fosse lá dentro. Eu queria me encontrar com ela lá fora. Eu disse: vou ter que aprender a tocar esse violão na braba. Eu fui pro projeto lá dentro “Do ré mi faz melhor” por conta das saídas pra encontrar minha filha lá fora, porque eu ia com a assistente social, ela ligava e informava onde eu estava, onde eu ia cantar. Eu fiz coral, quatro anos de coral, que me rendeu muitas remissões. Três anos de violão. Eu sei tocar. Cheguei a compor uma música que eu dei pro dr. Jatene, chama “Coração de Simão”, tá no You tube, e daí pelo comportamento o dr. Cláudio conseguiu trabalho pra mim no Correio e depois do Correio tô aqui firme e forte. Mas, passei o caramba lá dentro do presídio. Passei oito anos, me apaixonei por um PM (policial militar) depois que eu descobri que o paraibano tava me traindo, larguei dele. Mana, dava pra escrever um livro.

**Pesquisadora:** Quando tu fostes pro cárcere, tu eras casada?

**Catarina:** Eu vivia com uma pessoa, com o paraibano. Ele chegou a me visitar quatro anos, mas no fim eu descobri que ele tinha uma namorada lá na Paraíba. Ele mentia pra mim. Eu descobri e arrasei com ele. Quando eu sai (saída temporária), eu fui buscar todas as minhas coisas e terminei com ele, mas eu terminei com ele ainda lá dentro mesmo. Aí, comecei a namorar um PM, um sargento da polícia e tô com ele até agora. Ai que elas (as outras presas) queriam me pegar mesmo. Eu era a safada, eu não sei como não me mataram, não me espancaram. Isso numa outra época eu taria mortinha lá dentro.

**Pesquisadora:** porque?

**Catarina:** porque polícia é safada, é o inverso. Ele é policial, muitas vezes se eu não me fizesse de doida lá elas iriam me espancar. Agora, ele foi um homem pra me assumir pro comandante dele. Tu achas que eu não ia ser mulher também. Eu tive que fazer, quando eu fui pro teatro, eu fiz um ano de teatro, eu já era atriz, eu me vestia de uma capa, falava na gíria pra me defender. Eu tive que bancar a escrota, que eu tinha mandado matar mesmo, porque se não me faziam de empregada, iam me bater, e uma coisa que eu não admitia mais era que me tocassem um dedo. Elas vinham brigar comigo eu pra não perder meu trabalho, eu aprendi a contar a té dez e funciona. Eu dizia, meu Deus, eu vou perder o meu trabalho, ela tá me chamando de safada, se ela não me meter a mão eu não vou quebrar a cara dela. Eu pensava vou perder meu trabalho, minha remissão, era só o que eu pensava. Eu focava nisso.

Eu aprendi coisas que eu nem imaginava que eu poderia. Eu aprendi a tocar violão. Tocar violão é que nem andar de bicicleta, depois que tu faz a primeira vez, tu vais saber sempre, é só tu continuar praticando, as notas nenhuma eu esqueci. O Negócio é o ataque, tu bater, que fala ataque. É isso. É uma mistura de muita coisa.

Eu desviei meus pensamentos. Me ofereceram tudo que não presta, droga, sabão, é mulher com mulher, o cacete lá dentro. Nunca vi tanta coisa que não presta lá dentro, Nara. Eu me desvencilhei de tudo isso.

**Pesquisadora:** Conseguiestes ficar no fechado com todas essas resistências sem ir para o seguro<sup>127</sup>?

**Catarina:** Fiquei. Ela (diretora) me mandou pro seguro como castigo, porque tinha uma safada lá que ia falar o que devia e o que não devia. A gente jogou as coisas dela de dentro da cela, porque também ela bateu, eu acho que quem está preso lá, aquela K. C., aquela que matou aquela moça lá, ela matou ela vai pagar não sou eu que sou mãe de ninguém pra ficar batendo nos outros na cadeia, e essa mulher deu um tampão na menina que a menina rebolou da cama e eu sou contra isso. Quando essa chegou lá todo mundo queria espezinhar a mulher. Eu disse: Olha, quem tem que julgar é Deus, não somos nós, eu sei que tem coisas bárbaras, mas eu nunca quis ser mãe de ninguém em cadeia, não, e eu fiquei com raiva disso, porque eu acho que de tanto que o outro me bateu lá que eu fiquei revoltada. Eu não aceito isso. Eu não aceito ninguém tá batendo em ninguém.

Eu fiquei com raiva dessa velha safada e a gente jogou, eu e as outras, jogamos as coisas dela lá de dentro da cela, aí a doutora me mandou pra lá. Mas meu amor, ela me mandou, mas Deus me abençoou. Três meses depois, Deus fez um milagre tremendo na minha vida. Eu saí antes com a ajuda daquele lá de cima. Deus ele trabalhou em outras pessoas. Eu vou te falar, isso aí é um testemunho. Deus é maravilhoso na minha vida. Eu preguei por um ano no contêiner.

**Pesquisadora:** Ainda passastes pelo contêiner?

**Catarina:** Passei. Eu melhorei, eu entrei um ano depois, eu fui pro primavera, não passei um mês no primavera, porque dia 11/11/2010 foi meu júri. Eu pecava, eu brigava muito, eu era chata, eu brigava pelas minhas coisas, não sou leiga. Briguei e fiz me levarem e arrumarem trabalho pra mim. Eu disse: eu estou sentenciada, minha sentença é alta, eu tenho prioridade, eu sei, meu advogado me falou. Eu perturbava meu advogado, aí eu trabalhei logo. Eu foquei em remir pena e eu era considerada pelo Coronel (Superintendente da Susipe), por

---

<sup>127</sup> Cela separada com presas que “rompem” as regras informais estabelecidas pelas próprias outras presas ou cumprir “castigo” estabelecido pela direção.

todo mundo. Quem vem pra cá pro projeto não é a toa que está, porque as pessoas sabem quem é quem.

**Pesquisadora:** O problema com o ex-marido foi antes do paraibano, foi com o pai dos teus filhos?

**Catarina:** Não. Eu já estava separada a muitos anos. Fiquei com esse rapaz três anos e três meses. Dois anos e três meses apanhando. No início, eu gostava dele. Ele era um bom companheiro, depois eu acho que ele usava droga. Isso é um câncer, a pior doença que tem é essa droga. Ele era muito agressivo. Eu fazia de tudo, ajudava ele, mas eu não prestava. Tô te falando. Se eu fosse errada eu te falava, porque não sou mulher de meias palavras. Eu ajudava muito ele. Por tudo ele me batia. Quando os negócios dele davam errado ele me batia. Tanto que a mãe dele não teve dúvida de achar que era eu, porque um mês antes ele me bateu e eu disse que eu não gostava de dinheiro, se eu gostasse de dinheiro, eu não estaria com ele.

O Superintendente das Docas queria que eu ficasse com ele, mas eu não fiquei, por amor eu fiquei com o outro lá pra apanhar depois, porque eu não sabia que ele era o demônio, o capeta (**risos**)

**Pesquisadora:** E os teus filhos?

**Catarina:** Minha filha é revoltada comigo, mora com o pai. Eles estão com raiva de mim por conta dessa casa, mas eu preciso da casa. Meu filho já está casado. A casa é independente, são dois andares.

**Pesquisadora:** E aqui no trabalho, tu enfrentas preconceito por ser presa?

**Catarina:** Não. Nem no Correio também. Eu já sofri preconceito dentro do ônibus quando eu tava de tornozeleira, motorista olhou pro cobrador e disse: te liga. Eu acho que ele pensou que eu estava com uma pistola. Eu falei isso pro dr. Rendeiro e ele morreu de rir e eu falei também pra um outro juiz. Essa tornozeleira, isso não resolve nada. Eles continuam matando, roubando, fazendo tudo, isso é só custo pro Estado, isso aí não resolve nada, isso aí é só uma resposta pra sociedade, porque diz que tá monitorado, mas isso não resolve nada.

Até a dra. Carla<sup>128</sup> aqui do TJ disse: “pra quê ela tem que ficar monitorada se ela já está no trabalho dela, isso é uma forma dela está monitorada. Ela nunca deu problema dois anos no Correio, pra quê que ela vai ter que usar tornozeleira?”. Aí, eles pegaram um monte de entendimento e o juiz botou, graças a Deus, 90 dias pra quem estuda e trabalha comprovadamente.

---

<sup>128</sup> Nome fictício



**Pesquisadora:** Se tu disseres no trabalho que tu és uma presa de regime domiciliário, o que acontece?

**Catarina:** Eu digo!

**Pesquisadora:** E aí?

**Catarina:** Nunca ninguém falou nada, porque muitas pessoas julgam se não conhecerem a pessoa. Se elas convivem contigo como eu convivo, porque eu sou muito expressiva também, brinco com todo mundo, não tenho frescura, eu falo, quando todo mundo tá ali falando, eu vou falo com o funcionário. Eu falo sim, os outros dizem: “ah, porque eu não vou falar”. Eu falo sim! É minha vida e não está estigmatizado em mim isso. É uma coisa que passou. Se vier uma pessoa e dizer: “eu não tenho coragem de matar”. Mata sim. Aí eu te falo: Tu tens filho?

**Pesquisadora:** Tenho.

**Catarina:** Se tu visse alguém maltratando o teu filho eu ia tirar a alma dele com a tua boca, com os dentes, entendeu?

**Pesquisadora:** O pior que o meu caso, eu sabia que eles iam pegar ele (ex-marido que batia), e também na verdade eu me sinto culpada, eu me sinto. Tipo assim, eu poderia ter evitado, largado ele, eu me sinto culpada. Mas de falarem que eu mandei matar, eu não mandei. Fui sentenciada, eu não mandei.

**Pesquisadora:** Teu irmão é envolvido com tráfico de drogas?

**Catarina:** Só um irmão dos nove. Meu irmão não foi preso, na verdade ele foi absolvido. O rapaz, o traficante pegou a mesma sentença que eu e o que atirou está foragido. Na realidade eu nem sei se foi ele, porque eu não vi. Eu estava lá, mas eu não vi.

**Catarina:** Eu era casada e meu ex-marido me batia muito. Meu irmão era envolvido com droga. Quando foi um dia meu irmão soube que ele tinha me batido, eu tava toda roxa. Aí, meu irmão disse: “é esse safado gosta de bater em mulher, tá bom, amanhã ele vai ter a dele”. Simplesmente meu irmão não me falou nada. Eu com raiva também não falei nada. Não quis saber e se ele tivesse me falado, vou te ser sincera, se ele tivesse me falado também eu não tinha feito nada. Eu vivia apanhando dele (ex-marido). Eu não sou hipócrita. Eu passei na penitenciária oito anos, não sou hipócrita.

**Pesquisadora:** E em relação às redes sociais, tu usas facebook e WhatsApp?

**Catarina:** Eu não uso. Não sei porque eu não gosto do Face. Eu até tenho, mas desativei do meu telefone. Eu não gosto de ficar expondo a minha vida. Nunca gostei disso. Sei lá, também pouco me imposta a vida dos outros, a não ser se fosse uma coisa que muito me interessasse. Se fosse trabalho, estudo. É só besteira e pra mim não mim interessa, só mim

interessa o que vai aumentar meus conhecimentos. E geralmente são coisas vazias, coisas bobas e não sou muito ligada em coisas bobas, eu acho bobo coisa de Face. Eu uso meu zap. Eu acho interessante. A minha irmã quer falar pra mim, babababababa, comunicação de coisas realmente de conteúdo, de necessidade, prática.

**Pesquisadora:** Mas tu acessas de vez em quando teu Face?

**Catarina:** Não. Nunca mais acessei. Isso dá problema também. Esse meu namorado é um chato, sabe? Olha, se eu não tiver lá na cama, assistindo TV e dando confiança pra ele, se eu pegar meu celular ele fica enjoando, tem muito ciúme. O único defeito dele. Ele é ótimo, não é bagunceiro. Olha, eu saio, ontem, ele lavou a roupa todinha, é uma mulher, dentro dele tem uma mulher e é machão, é sargento da polícia. Eu tô triste que ele tá envolvido em um problema de 20 anos atrás. Ele vai a júri. Ele é aposentado. Eu já uso o zap, imagina se eu for perder tempo e usar Face também.

**Pesquisadora:** Tens vergonha de mostrar nas redes sociais que já passastes pelo cárcere ou de alguém comentar?

**Catarina:** Não, até porque se alguém falasse isso, iam saber que iam ouvir, eu tenho muita personalidade e as pessoas que me conhecem jamais iam falar isso, porque iam ouvir o que queriam e o que não queriam. Eu sei ser muito educada, mas tem uma barraqueira dentro de mim. Eu sou terrível é por isso que a diretora não ia muito com a minha cara, mas depois que a gente se conheceu, eu respeitei ela, porque ela passou a me ajudar. Ela acredita na educação, aí eu mudei minhas vistas para ela. A maioria não me engolia por causa da forma que eu falava, porque eu tinha o conhecimento de algumas coisas. Por essa personalidade forte que eu conseguir sobreviver no cárcere, se não tinha apanhado muito. Eu só não meti a mão na cara de várias, porque eu ia perder meu trabalho, mas eu não tenho medo, não tenho. Depois da escola que eu passei com aquele psicopata, o resto pra mim é fichinha.

## APÊNDICE E - ENTREVISTA COM O COORDENADOR DO PROJETO COMEÇAR DE NOVO NO PARÁ

**Título da pesquisa:** “Interações comunicativas e mulheres em prisão domiciliar: Entre sociabilidades, aprisionamentos e resistências”

**Pesquisadora:** Nara Cristina Moura Pessoa

**Entrevistado:** Claudio Rendeiro, juiz criminal<sup>129</sup>

**Data da realização:** 13 dez. 2017.

**Pesquisadora:** As mulheres do “Começar de Novo” podem ser consideradas egressas já que não estão mais no cárcere?

**Juiz:** A presa que sai para trabalhar ou estudar ela não é considerada egressa, porque só é egresso....A Lei de Execução Penal diz o que é o egresso, o egresso é aquela pessoa que está na situação do artigo 26 da Lei de Execução Penal, que é o liberado condicional, aquele que já está fora do cárcere que só vem aqui (Fórum) assinar ou aquele que terminou de cumprir a pena dele, no primeiro ano depois que ele cumpriu a pena dele. Ele é considerado egresso.

O executado que está em prisão domiciliar ou está no semiaberto com autorização pra sair para trabalhar, com autorização pra sair pra fazer curso, com autorização pra sair pra estudar, tecnicamente ele não é um egresso, mas ele entra nesse processo de integração da sociedade.

As meninas do “Começar de Novo”, se elas forem do Regime Semiaberto nenhuma é egressa, porque o projeto “Começar de Novo” que trabalha em uma das frentes é essa digitalização do acervo do Tribunal. O projeto trabalha com semiaberto, com livramento condicional, que é o egresso, e com prisão domiciliar. Então, eu acho que agora só tem domiciliar e semiaberto.

A prisão domiciliar a gente equipara, a gente dá o mesmo tratamento do egresso pra prisão domiciliar, porque a pessoa não tem o retorno pro cárcere, mas tecnicamente não seria o egresso. Egresso é só o livramento condicional ou aquela pessoa que terminou de cumprir a pena saiu do cárcere e no primeiro ano ele tem direito a essa assistência dessa proteção do Estado.

**Pesquisadora:** Então, eu poderia chamá-las como?

---

<sup>129</sup> Já foi juiz da Execução Penal, ou seja, era o juiz responsável pela acompanhamento judicial da pena dos presos condenados.

**Juiz:** São presas de regime intermediário do semiaberto que estão envolvidas no projeto de reintegração social

**Pesquisadora:** Mesmo elas em prisão domiciliar?

**Juiz:** Se elas tiverem em prisão domiciliar, tecnicamente também, porque a prisão domiciliar é um regime de pena. É uma questão legal, porque o livramento condicional, ele também tá cumprindo, porque é assim, a lei trabalha o regime de pena. Tem o regime fechado, quem recebe uma condenação acima de oito anos; o regime semiaberto, condenação acima de quatro e até oito; e o regime aberto, que é até quatro anos. Isso são regimes de cumprimento de pena. E tem o instituto do livramento condicional, que a pessoa pode estar em qualquer um desses regimes e ele já cumpriu, dependendo do tipo do delito dele, um percentual que ele vai para o livramento condicional. Quando a lei fala do egresso, ela diz que o egresso é quem está de livramento condicional ou quem já cumpriu toda a pena e tá no primeiro ano depois que cumpriu a pena. Mas, a gente trabalha as outras situações de quem está no semiaberto, de quem está no aberto com a política aplicada ao egresso.

**Pesquisadora:** Então, posso continuar chamando de egressas ou melhor não?

**Juiz:** Não. Não são egressas, egressas são as pessoas que estão fora do cárcere. Se você chamar uma executada, um grupo de mulheres que está no regime semiaberto, mas vem aqui trabalhar e depois volta pro CRF (Centro de Reeducação Feminino), ela não é egressa. O egresso é aquele que já saiu do cárcere, ele não volta mais. Quem tá no semiaberto volta e quem tá de prisão domiciliar tá cumprindo na casa um regime de prisão domiciliar.

**Pesquisadora:** Então, é melhor tirar esse nome egressa

**Juiz:** Você pode utilizar que a pesquisa vai contemplar os egressos e os presos condenados que cumprem pena em regime domiciliar e semiaberto. Aí você usa tecnicamente. Você vai trabalhar com três amostragens: com os egressos, com o semiaberto, que tá nesse projeto de trabalho e estudo em aberto domiciliar. Tecnicamente é melhor você falar: egresso, semiaberto e aberto. As três situações são contempladas pelo projeto “Começar de Novo”.

Tem várias teorias da pena. Classicamente a teoria mais aceita é que a pena foi feita para ressocializar, ou seja, a pessoa cometeu um crime, é retirado da sociedade e aí ele é colocado para refletir, pra depois voltar ressocializado. Classicamente quando você faz direito na faculdade é isso que te ensinam: a função ressocializadora da pena. Eu não me filio a essa teoria, então por isso que eu não acredito nessa teoria, não acredito do ponto de vista acadêmico, pelo que eu estudei e pelo ponto de vista empírico de ter sido juiz por cinco anos da Execução Penal. Então, a pena nunca teve e nunca vai ter a função de ressocializar. Pena é castigo puro. Você vai preso porque você matou, você vai preso porque você roubou, você vai

preso porque você estuprou, porque as condições carcerárias, o número de presos que a gente coloca nas unidades carcerárias, o sucateamento do local de prisão no Brasil inviabiliza, logo por aí, qualquer possibilidade de ressocialização. Pelo contrário, se você fizer uma estatística a prisão gera uma dessocialização.

Têm várias questões, primeiro, geralmente, se escolhe um público pra prender. Então, às vezes essa pessoa não foi nem socializada. Nós temos uma população carcerária pobre, a maioria de etnia negra, pobre, com baixíssima escolaridade, baixíssimo poder econômico. Então, tem até um sociólogo que diz que, às vezes, tem jovens, e a grande maioria no Brasil, que é apresentado para o Estado por meio da prisão. Ele nasce, ele não conhece o Estado protetor. Ele nasce e não tem um hospital legal pra ele nascer. Ele vai crescendo e não tem uma escola legal pra ele estudar. Por ele não ter uma escola legal, não ter um emprego legal, aí, ele entra pra criminalidade. Quando ele comete o crime, o Estado diz: ah, você existe! Ótimo eu tenho um lugar pra você – a prisão. Então, o primeiro contato que ele tem com o Estado, que deveria ser protetor, ele só conheceu o Estado opressor. Aí, o Estado vai prendendo e colocando essa massa.

Eu não acredito na finalidade ressocializadora da pena. Isso é balela, isso é mentira, isso não acontece. Pena é castigo. Pena é punição. É o mal pelo mal. Você fez o mal e vai pagar com o mal.

**Pesquisadora:** O senhor segue alguma teoria?

**Juiz:** Eu sigo. Eu sigo a teoria agnóstica, que é a do Raul Zaffaroni, do Salo de Carvalho, que diz que você não trabalha com a ressocialização, mas sim com a minoração de danos. Bem, a pena é um dano. A pena não vai conseguir ressocializar, pelo contrário, violência gera violência, eu tenho experiência de pessoas que depois da prisão voltaram muito mais violentos do que quando saíram de lá, porque não conseguiram ressocializar.

Quem consegue sair do cárcere e não reincidir, tanto que a reincidência no Brasil é 70% na média geral, pontualmente tem casos que chegam a 85%, então eu digo homem ou mulher que sai do cárcere e não comete mais crime, ele não foi ressocializado pelo cárcere. Foi alguma outra coisa. Foi um milagre. Foi a família. Foi um princípio religioso que ele encontrou na vida. Foi qualquer coisa, menos a pena de prisão. Então, a pena não cumpre essa função, é mentira isso. Uma mentira que foi institucionalizada, repetida, debatida e justificada. A gente vê a justificção da prisão, porque a pessoa tem que melhorar.

Primeiro, já começa o grande erro aí. Você quer ensinar liberdade para quem tá preso. Por exemplo, eu vou te prender, você vai ficar trancado aqui, num espaço que só cabe seis, mas você vai ficar com 40 e você vai ficar anos pra você aprender como é viver em liberdade.

Já é um grande paradoxo, porque o Estado quer ensinar o preso a como ele se comportar quando ele tiver em liberdade, mas esse comportamento é ensinado preso.

Ele não aprende nada disso e ele vai reproduzir essa opressão do Estado na primeira saída dele, essa falta de garantia de direitos nos demais crimes que ele vai cometer. Então, eu sempre digo quando dou palestra, é como se eu pegasse uma filha minha e ela fosse aprender balé clássico no Bolshoi. Ela ficaria lá estudando cinco anos. Quando ela voltasse pra Belém, eu marcava uma apresentação pra ela no teatro da paz pra ela dançar samba. É isso que o Estado faz com o preso. Como ela vai dançar samba, se ela ficou lá na Rússia aprendendo balé clássico. É isso que a gente faz. A gente prende e quer que ele aprenda a viver em liberdade preso.

**Pesquisadora:** Então, não adianta eu explicar se é ressocialização ou reinserção social?

**Juiz:** Tem muita gente que explica e tem livros enormes sobre isso. Eu não acredito. Eu acho que a integração social... Eu acho importante que a gente faça com que o preso, ele tenha contato com a sociedade aqui fora, com a família, com o trabalho. Tu podes me perguntar: “dr. o senhor não acredita em ressocialização, porque o senhor coordena o projeto “Começar de Novo”? Porque eu acredito na minoração de danos.

Dá uma lida na Teoria Agnóstica da Minoração de Danos, você vai ver que ela tem uma lógica, que a gente sai de uma demagogia. É muita demagogia você dizer: olha você vai ser preso....., por exemplo eu faço isso no júri, eu saí da execução, eu condeno a pessoa a 12 anos, é um castigo, ele não vai ficar 12 anos porque a nossa lei adota o sistema progressivo, mas ele vai ficar quatro, cinco, mas ele vai ficar como castigo pelo erro que ele cometeu. Olha você vai lá pra ser ressocializado, não. Mas porque o senhor pensa assim e aceita coordenar o projeto “Começar de Novo”? Porque exatamente o projeto “Começar de Novo” ele trabalha na perspectiva de você tirar do cárcere. Aí, eu acredito que há uma possibilidade.

Por exemplo, se eu conseguir conscientizar empresários, conscientizar o Sistema de Saúde, o Sistema S, se eu conseguir fazer parcerias público-privadas que enxerguem que a pessoa pode ser inserida no trabalho, aí eu acredito que pode ter uma reintegração, uma ressocialização, não essa ressocialização da finalidade da pena. Ela vai ocorrer porque eu tirei ele do cárcere.

Como eu era da execução penal, eu vivia no cárcere. Eu tenho uma experiência com o cárcere física, por exemplo, eu ia visitar o presídio feminino eu entrava na cela, no beliche, eu sentava na beira da cama com as meninas e ficava conversando com elas durante horas sobre muitas coisas. Uma vez a gente realizou um projeto chamado “Agora é que são elas”, no CRF,

e foi o primeiro “Miss CRF”, já tinha ocorrido isso em Brasília e no Rio de Janeiro, o Pará foi o terceiro Estado, e nós levamos várias ações, grupos de dança, um monte de coisa. Tinha uma presa, que ela ganhou, ficou em primeiro lugar eu acho, e ela tinha vários assaltos. Depois eu conversando com ela, eu disse assim: deixa eu te perguntar uma coisa. Você tem consciência que você tem uma personalidade voltada para o crime, porque você tem quatro condenações de assaltos?

Ela disse: “Dr. eu tenho. Eu fui muito vítima porque eu arrumava maus namorados, eu era a isca. Eu sempre pedia carona, depois eles chegavam e faziam o assalto. Eu sempre fiquei com a prisão e eles sempre ficaram com o dinheiro. Como a mulher é muito discriminada, geralmente, eu era presa e eles não. Fugiam, davam um jeito e tal. Mas, eu vou lhe falar uma coisa, a vez que eu saí e cometi meu crime mais bárbaro, foi quando eu fiquei nos contêineres, no CRF, um absurdo, tudo metálico. Eu me senti parece um bicho. O senhor não tem ideia do que é ficar num contêiner com uma mulher, porque nós temos a menstruação. Eu me senti um bicho. Quando eu saí, que eu fui pro semiaberto que eu fugi, eu tava com tanto ódio que eu agi como se fosse um animal”. E ela tava um tempo sem fazer nada porque ela tinha sido colocada em um projeto de música, entendeu?

Então, se eu luto pra aumentar a empregabilidade de presos e egressos é pra minorar o dano, porque a finalidade da pena que é ressocializar, ela não existe, aí justifica ainda mais a necessidade de existência ainda mais do projeto. O projeto começar de novo foi criado no final de 2009 e aqui no Pará foi em fevereiro de 2010.

Desde o início me chamaram pra coordenar o projeto. A primeira pergunta que eu respondi foi a principal dificuldade do projeto – é o preconceito. É a dificuldade que as pessoas têm de perceber, porque nós rotulamos muito, então você entender que um preso ou egresso tem potencial, ele pode interagir, trabalhar, fazer curso e responder positivamente é muito difícil, porque nós temos uma sociedade assim muito preconceituosa mesmo, do ponto de vista de ter medo.

A pessoa, muitas vezes, cometeu um crime pequeno. Quando eu era da pena alternativa, por exemplo, eu fui em uma reunião com um grupo de pessoas (que recebiam) cumpridor de pena alternativa pra trabalhar e prestação de serviço em uma escola e ela exigia que nós mandássemos o crime que eles tinham cometido. Eu disse que a gente não trabalhava com o crime, porque pena alternativa é menor potencial ofensivo, a gente pode dizer que é de baixa complexidade, de média. Na reunião, eu perguntei assim: Quantos de vocês aqui já tiveram algum problema com os cumpridores de pena alternativa, já pegaram bolsa? Nenhum tinha problema, mas todas elas não queriam.

A maior dificuldade do projeto “Começar de Novo” é o preconceito, porque o preconceito vai fechando portas nas parcerias públicas, nas parcerias privadas, no meio empresarial. As pessoas têm uma dificuldade muito grande. Outra coisa é que nós vivemos em uma sociedade “iso”. Então, é muito complicado pra uma pessoa aderir ao projeto, porque ela tem que entender que aquela pessoa ali está dentro de um convênio que ela tem que ser recebida, porque numa sociedade “iso”, se aqui fora já é complicado encontrar os melhores, como é que você vai aceitar um egresso ou um preso que ficou num fosso muito grande.

**Pesquisadora:** “Iso” que o senhor diz é todo mundo igual?

**Juiz Cláudio Rendeiro:** A sociedade “Iso” quer dizer o melhor, essa empresa é “Iso”, ela tem Iso dois mil e não sei o quê. Então, vivemos em uma sociedade de mercado e essa sociedade exige o melhor, não é porque eu quero ter melhor por vaidade, é porque o mercado exige isso. Eu quero (empresário) lucro e eu só vou ter lucro com os melhores. Quando a gente leva o projeto para o empresário, ele fatalmente vai perceber isso.

**Pesquisadora:** E tem uma conscientização no ambiente de trabalho contra esse preconceito?

**Juiz Cláudio Rendeiro:** A gente faz reunião com os empresários, mas ainda tem muita resistência, por isso que a gente tem baixo número de presos que desenvolve atividade. Por exemplo, a gente vê toda a sociedade dizer: “Olha, tá aí, agora a pessoa não trabalha”, mas a lei prevê o trabalho, trabalho externo, trabalho até do fechado (regime), em construção de obras públicas, de estrada, mas o povo diz: “tá vendo, se botasse esse povo (preso) pra trabalhar”. Mas, quando a gente vai com o empresário eles não aceitam pelo preconceito, pelo medo, porque eles acham que não dá certo, entendeu?

O Brasil tem quase 700 mil presos. Se considerar a prisão domiciliar e a prisão, nós temos 750 mil presos, menos de 10% desse percentual trabalham ou fazem curso.

As meninas (mulheres desta pesquisa) estão desde 2013 no Tribunal. Foi uma resistência muito grande. Quando a gente conseguiu botar, eram oito, depois aumentou pra 12, hoje a gente tem 25. Dentro do Tribunal, a presa do semiaberto tá trabalhando com digitalização de processos, elas tinham intervalo pra almoçar, elas iam lancher lá na lanchonete do Tribunal era maior coisa. Ligavam, a assessora do desembargador tal tava com medo, porque a menina tava comendo uma coxinha. Aí eu ia no órgão e explicava e tal, e foi, foi... Hoje, quando termina os dois anos delas, o Secretário de lá liga: “pelo amor de Deus eles são muito bons, não dá pra renovar”?

**Pesquisadora:** Elas têm acesso a algum meio de comunicação pra ter maior participação nesse ambiente de trabalho?



**Juiz Cláudio Rendeiro:** Sim elas têm. A gente sempre está reunindo com elas. Elas sempre colocam as demandas, as dificuldades. A comunicação de toda a equipe que trabalha na digitalização começou só com internas do presídio feminino, depois passou pra misto. Hoje, tem homens e mulheres. Essa comunicação onde a gente houve e dá orientação também. É por exemplo, elas questionavam muito essa questão de ter que sair quando completa dois anos, porque elas ficam frustradas tal, elas provocam reuniões extras pra colocar as demandas delas do “Começar de Novo”, junto com os chefes imediatos e a gente também faz reuniões periódicas com eles. Às vezes, tem algum repasse, por exemplo, elas estavam muito frustradas que desde 2013 que não era atualizado o vale transporte e o vale alimentação e elas reivindicaram, foram feitas várias reuniões com a presença delas, da Secretaria Judicial e do “Começar de Novo”, e a gente conseguiu que fosse atualizado esse valor, e outras demandas. A gente tem reuniões periódicas, onde a gente avalia o trabalho delas, a produtividade, os ajustes que têm que ser feito. Tem umas que reivindicam muitas coisas, outras estão com tornozeleira, entendem que deveria tirar a tornozeleira porque ali no local de trabalho expõem. Sempre elas estão trazendo essas demandas.

**Pesquisadora:** Elas têm um espaço ou colaboração na rádio do Tribunal pra elas falarem das experiências delas, um espaço no Boletim informativo?

**Juiz Cláudio Rendeiro:** Não, não tem. Isso faz parte do projeto. A gente quer fazer isso, dá uma visibilidade pra essa experiência delas, mas concretamente o que elas já fizeram é algumas participarem de reuniões nossa com empresários, até pra elas falarem, dá depoimentos da oportunidade que tiveram pra incentivar que as portas sejam abertas para esse sentido. Então, eu quero inclusive caminhar pra isso, pra elas falarem na rádio Web, pra falarem no portal. Matérias têm, mas feita pelo Tribunal sem a fala delas.

Esse processo comunicativo mudou muito pra melhor, porque pelo menos com essa experiência das meninas, que hoje não são só as meninas, a gente tinha muita dificuldade e dificuldade que foi se quebrando no meu entender por um processo comunicativo estabelecendo entre o “Começar de Novo” e os servidores do Tribunal, por exemplo. Hoje, tem uma experiência muito interessante.

A primeira vez que o grupo dessas meninas veio trabalhar aqui no arquivo na cidade velha, uma das funcionárias que era uma das chefes, ela disse que preferia mudar de setor, mas que ela não ia trabalhar com pessoas presas que estava fazendo um trabalho no Tribunal. Ela pediu uma reunião conosco que ela não aceitava, porque tinha tanto setor no Tribunal porque colocaram com ela. E nós fomos, levei a equipe do “Começar de Novo”, levei um slide e mostrei o que era o projeto, mostrei que tinha uma seleção, mostrei uma série de coisas

e a gente foi trabalhando. Conclusão, isso foi em 2013, hoje nós estamos em 2017, essa servidora que se levantou e queria até mudar de setor, é a maior parceira que nós temos no processo de aceitação desse grupo de cumpridores de pena dentro do Tribunal. Ela briga pelas meninas, ela mostra. Ela percebeu, foi um negócio muito bonito, porque ela compreendeu, reconheceu que ela estava assumindo uma atitude preconceituosa, preconcebida e fechou naquilo ali. Quando ela se permitiu depois da reunião, ela é uma das incentivadoras.

**Pesquisadora:** Elas são preparadas para seguir quando terminar o período delas no projeto?

**Juiz Cláudio Rendeiro:** São sim, porque quando surgiu o projeto de digitalização não tinha prazo pra terminar, isso foi até um dos problemas que temos que enfrentar, e nós achávamos exatamente isso, que o projeto tinha que oportunizar outras mulheres e apenas a terem também essa experiência e que ela deveria servir como aquele momento de incubadora, ninho provisório. Dentro desses dois anos que o preso estivesse trabalhando na digitalização que ele fosse muito incentivado a ter essa experiência e conseguir dali arranjar um outro emprego. A gente sabe que por melhor que ele seja, ele vai ter dificuldade de arrumar esse emprego. Foi essa a angústia deles. Foi uma luta.

A gente teve que fazer ajuste no convênio. Não, vai ser dois anos. Aí quem já estava completou dois anos no projeto e saiu. E a gente passou a estimular, inclusive eles fazerem a parte deles e a gente fazer a nossa de tentar linkar. Terminou o projeto a gente ofertar o trabalho deles num ambiente de competitividade no mercado com empresas que precisam daquele tipo de profissional, porque eles são bem preparados.

No início, eu percebi que eles tiveram, por insegurança, uma certa angústia disso. O que eles queriam era assim: Nós da 25 somos do projeto e a gente quer ficar no projeto até acabar nossa pena. A gente fez várias reuniões, foi estresse, eles não aceitavam. Mas o projeto tem que ter início, meio e fim. “Vocês têm que saber que outras pessoas precisam ter essa experiência que vocês tiveram”.

**Pesquisadora:** Quais incentivos são esses pra prepará-las pra quando chegar esse fim?

**Juiz Cláudio Rendeiro:** Esse término vai ser muito mais um desafio nosso, do Tribunal, do projeto, do que uma ação deles, porque a gente tem consciência. Por exemplo, a equipe do Tribunal que trabalha com essas jovens, eles têm consciência que eles (jovens) são muito bons, agora cada convênio que termina, cada um que completa dois anos, eles dizem assim: “a gente fica frustrado porque a gente tá perdendo pessoa que é muito boa pra fazer o que tá fazendo” (a digitalização).

Então, a gente tem consciência que é um desafio muito grande, muito mais pra nós, conseguir um link pra vinculá-los do que deles. Porque eles estão no projeto, porque o projeto os aceitou com os antecedentes maculados.

Qual é a maior dificuldade do egresso, do preso arrumar um emprego? É porque um dos documentos que a empresa pede é a certidão de antecedentes, e quando eles veem, eles não querem. É por isso que o “Começar de Novo” fica incentivando as empresas dentro de um convênio que aceitem. Uma pessoa que está vindo do cárcere que está vindo de um regime intermediário ou que é um egresso no termo técnico, que é o livramento condicional. Nosso grande desafio é esse – aumentar a adesão de empresas público-privadas ao projeto. Eu vou na Defensoria Pública, vou no Ministério Público, vou na Alepa<sup>130</sup> mostrar que o Tribunal faz isso, vocês também poderiam fazer dentro de uma bolsa-emprego.

Olha, uma coisa que a gente luta muito e nunca conseguiu no Tribunal que seria uma migração fácil, é que eles fossem inseridos na terceirizada que ganha a licitação, que elas obrigatoriamente absorvessem uma parte desse pessoal na manutenção, porque a empresa não é só serviço geral, mas a gente não conseguiu ainda, esses anos todos lutando.

O Fernando<sup>131</sup> deu uma esperança que ano que vem (2018), ele disse que quando ele chegou tinha acabado de sair o edital de licitação, então não podia mais mexer, mas a gente queria muito que o Tribunal destinasse um percentual de vagas na terceirizada pra eles, porque seria uma coisa mais fixa, mais duradoura entendeu? Mas, não conseguimos, porque é muito difícil você conscientizar órgão públicos e privados, sobre tudo, a admitir um egresso ou mesmo uma pessoa que esteja em regime intermediário (semiaberto).

**Pesquisadora:** Há incentivo para elas se organizarem em associação ou em cooperativa?

**Juiz Cláudio Rendeiro:** Sim, a gente faz muito isso. Agora a gente tá praticamente estruturando, agora a gente deu o curso de capacitação, a gente fez um curso em convênio com o núcleo socioambiental do Tribunal, que era “Reciclando lixo, transformando vidas”, que nós fizemos uma capacitação, estamos na luta. Eles formaram uma cooperativa de catadores de lixo, aquele lixo seletivo. A gente foi na reunião com a Secretaria de Trabalho Emprego e Renda, fomos na Secretaria de Obras, aí falta um caminhão, a gente vai atrás desse caminhão, a gente entra em contato com quem...mas, tem uma burocracia. Mas a gente incentiva sim que eles se organizem. Procura os serviços do Estado. Agora eu tenho que fazer uma crítica aqui, que eu acho que tem que ser visto. O nosso público do “Começar de Novo”

---

<sup>130</sup> Assembleia Legislativa do Estado do Pará

<sup>131</sup> Nome fictício

que são de presos do regime intermediário, domiciliar e de egressos nos serviços sociais apoiados pelo Estado, tipo os cinco S, Sesi, Senai, Sesc, Empretec, Sebrae, porque? Porque eles sabem fazer aquilo, eles trabalham com aquilo, mas quando a gente apresenta o público eles têm uma resistência, porque eles já têm uma pré-condição.

Eu lembro uma vez que nós conseguimos 20 vagas com o Sesi, para manicure e pedicure, no CRF. Fizemos o convênio, eles iam entrar com os monitores, o Tribunal iria entrar com o material necessário para o curso e o Sesi iria dar a certificação. Olha, quando chegou na hora, a primeira confusão aconteceu porque eles não abrem mão das condições. Se o curso tal pede que a pessoa tenha o segundo grau, é o segundo grau. Aí, a gente fica morrendo de dificuldade de encontrar um grupo de egressos disposto a fazer aquele curso e que tenha a escolaridade exigida, porque eles não flexionam, por conta dessa não flexibilização deles entenderem que é um público diferente, precisa de requisitos e condições diferentes, eles não entendem, precisa formatado aqui nesse público.

Esse, especificamente, manicure e pedicure, o Tribunal quando foi providenciar o material de manicure, acetona, esmalte, gase, o Tribunal não tinha rubrica pra comprar esse material foi uma confusão. Eu disse: façam o seguinte, repassa o material, o dinheiro pro Sesi. O Sesi compra. “Não, não pode”. Eu cheguei com a pedagoga do projeto e disse: Olha, 20 presas, tá muito burocrático, a gente não consegue definir quem vai pagar esse esmalte, vamos parar com isso, só são 20 presas.

Tem 800 presas no CRF. Mas, a pedagoga insistiu: “Bora levar a frente, e tal”, Eu fui. Conseguimos vencer. Teve o curso. Teve o encerramento do curso. No encerramento do curso, isso me fez até ter uma sensibilidade diferenciada. Uma senhora representando as 20 presas que fez o curso foi falar. Quando ela foi falar, ela disse assim: “Olha, eu tô muito feliz com esse curso de manicure e pedicure porque daqui a seis meses eu vou pra livramento condicional e a minha irmã me autorizou a colocar uma plaquinha na frente da casa dela pra eu trabalhar”. Aí, eu digo: poxa, para ela valeu a pena. Mas a gente tem uma dificuldade muito grande por conta do público mesmo.

**Pesquisadora:** O “Começar de Novo” conta com alguma campanha de comunicação ou apoio para divulgar e sensibilizar sobre a importância de dar uma oportunidade de trabalho a uma presa ou egressa?

**Juiz Cláudio Rendeiro:** Olha, esse ano com muito custo a gente conseguiu que o Tribunal fizesse uma campanha, uma panfletagem, um folder e um mini vídeo falando do projeto. Folder, um cartaz, um vídeo pra botar nas redes sociais, foi isso. Mas não tem uma coisa mais específica, como uma página no facebook, um blog. A gente tinha um espaço no

portal do Tribunal, mas agora eles colocaram esse espaço tão secundário que não chama a atenção. As pessoas não visitam. Eu vou até ver se a comunicação (setor) dá mais uma visibilidade, porque a gente tem internet, o Tribunal tem os meios para isso, a gente tenta fazer realmente com que o Tribunal entenda e use.

O CNJ lançou o projeto “Começar de Novo” e disse que os Tribunais de Justiça do Brasil poderiam abraçar. Nosso Tribunal abraçou e eu fui, inclusive, convidado pra ir pra primeira reunião que fez a minuta da resolução em 1996, que foi publicada no outro dia. Eles pediram um juiz de cada Estado pra Brasília, aí discutiram o projeto e tal e depois, em fevereiro de 2010 o projeto foi lançado. Há sete anos eu coordeno o projeto “Começar de Novo”, troncos e barrancos. Saí da Vara de Execução e não saí do projeto, porque me pediram pra continuar.